

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

THIAGO LIMA MONDÊGO

**AS VISÕES DA CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 60: AS ANÁLISES
DESENVOLVIMENTISTAS DE CELSO FURTADO E ROBERTO CAMPOS**

Orientador: Cezar Honorato

**Niterói
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

THIAGO LIMA MONDÊGO

**AS VISÕES DA CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 60: AS ANÁLISES DE CELSO
FURTADO E ROBERTO CAMPOS**

Niterói
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M741 Mondêgo, Thiago Lima.
As visões da crise econômica dos anos 60: as análises de Celso Furtado e Roberto Campos / Thiago Lima Mondêgo. – 2013.
133 f.
Orientador: Cezar Honorato.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
Bibliografia: f. 132-133.

1. Brasil. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Furtado, Celso, 1920-2004. 4. Campos, Roberto, 1917-2001. 5. Crise econômica.
I. Honorato, Cezar. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 338.9

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
THIAGO LIMA MONDÊGO

**AS VISÕES DA CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 60:
AS ANÁLISES DE CELSO FURTADO E ROBERTO CAMPOS**

Orientador: Cezar Honorato

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História

Niterói, 25 de abril de 2013.

Prof. Dr. Cezar Honorato (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Monica Martins
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Muniz Ferreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Niterói
2013

“A responsabilidade dos homens de pensamento cresce nas fases de rápidas transformações sociais. Torna-se possível, então, uma lúcida tomada de consciência dos grandes problemas sociais, abrindo-se para os trabalhadores do pensamento a oportunidade única de cooperar conscientemente no aperfeiçoamento da cultura e de contribuir para o desenvolvimento do homem como ser social”.

(FURTADO, 1962, pag. 80)

Para minha mãe Helena e minha tia e anjo da guarda Heloísa.

Agradecimentos

Agradecer é uma tarefa de reconhecimento da ajuda que recebi. E essa ajuda não foi pequena. Agradeço primeiramente aos meus pais Nilo e Helena. Pedacos de minha carne que se esforçaram ao máximo para que hoje eu pudesse receber essa educação. Grande parte desse mérito pertence à eles.

Não posso esquecer de forma alguma minhas duas mães. Mães espirituais, que na ausência da minha mãe souberam desempenhar bem esse papel. Minha querida tia Nádia, que tanto conversou comigo, procurando me incentivar nos estudos e me aconselhando nos momentos difíceis. Minha querida tia Heloísa, carinhosamente chamada de Isa pela família. Posso dizer sem nenhum medo de errar que ela foi essencial em minha vida. Tia (ou mãe?) que tanto me ajudou com livros, passagem, fotocópias, aquelas caronas, e barras de cereais e outras sobremesas que tanto me mantinham em pé quando as dificuldades batiam a minha porta.

Quero agradecer também aos meus amados amigos. Ao meu amigo Rodrigo, que tanto me ajudava no começo da faculdade com seu computador quando eu não tinha um. Agradeço ao meu amigo João Rafael, cujas conversas e dicas colaboraram tanto para essa dissertação.

Agradeço inclusive aos queridos professores da UFF, que tanto colaboraram comigo. Aos professores Virgínia Fontes e Marcelo Bittencourt, cujas aulas me ensinaram muito sobre aspectos importantes da minha dissertação, e aos professores Cezar Honorato e Maria Fernanda Bicalho pela paciência e calma em me ajudar quando enfrentei momentos de dificuldade ao longo da dissertação.

Agradeço a professora Vera Lúcia Borges, que durante as aulas no Pedro II tanto me ensinou e pela ajuda ao fazer o projeto que permitiu que eu me candidatasse ao mestrado.

Agradecimentos especiais a Margareth Doherty que muito colaborou para que esta dissertação ficasse pronta.

Reitero que todo e qualquer erro presente na dissertação é de responsabilidade inteiramente minha.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar o pensamento econômico de Celso Furtado e Roberto Campos e suas respectivas visões sobre a crise econômica que nossa economia sofreu no começo dos anos 1960.

A crise dos anos 1960 foi a primeira grande crise econômica sofrida pelo país enquanto economia subdesenvolvida industrial madura e dependente. Celso Furtado e Roberto Campos são dois dos grandes intelectuais brasileiros que se debruçam sobre o tema visando extrair o melhor diagnóstico da crise e a melhor maneira de sair dela.

A presente dissertação começa com uma pequena elaboração do conceito de desenvolvimento econômico tirado de autores como Paul Singer e Esther Kuperman e, como contraponto a essa visão, temos o professor Bresser Pereira. Nos dois capítulos seguintes temos a análise de Celso Furtado e Roberto Campos sobre a crise dos anos 1960. Os dois intelectuais são vistos aqui como desenvolvimentistas.

Procuramos dar ênfase inicialmente às visões dos respectivos intelectuais na importância do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico interno e a partir disso analisar a visão de cada um sobre a crise econômica dos anos 1960.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Celso Furtado, Roberto Campos, Crise econômica.

Abstract

This thesis aims to analyze the economic thought of Celso Furtado and Roberto Campos and their respective views about the economic crisis that our economy has suffered in the early 1960s.

The crisis of the 1960s was the first major economic crisis suffered by the country as a mature industrial economy underdeveloped and dependent. Celso Furtado and Roberto Campos are two of the major Brazilian intellectuals who focus on the subject in order to get the best diagnosis of the crisis and the best way out of it.

This thesis begins with a small elaboration of the concept of economic development taken from authors such as Paul Singer and Esther Kuperman and as a counterpoint to that vision we have Professor Bresser Pereira. In the next two chapters we have the analysis of Celso Furtado and Roberto Campos on the crisis of the 1960s. The two are seen here as intellectual developmental.

We try to give emphasis initially on the visions of their intellectual importance in the state and foreign capital in domestic economic development and from there analyze the vision of each of the economic crisis of the 1960s.

Keywords: Development, Celso Furtado, Roberto Campos, Economic crisis.

Lista de Siglas

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN – União Democrática Nacional

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Um conceito de desenvolvimento.....	12
1.1 A visão de desenvolvimento de Singer/Kuperman	12
1.2 A visão de desenvolvimento de Bresser Pereira	33
1.3 As análises do desenvolvimento para Furtado/Campos	58
Capítulo 2 – A visão de Celso Furtado da participação do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento e a crise dos anos 60.....	64
Capítulo 3 - A resposta da ditadura militar: o pensamento econômico de Roberto Campos e sua visão da crise dos anos 1960.....	95
Conclusões.....	128
Bibliografia.....	133

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M741 Mondêgo, Thiago Lima.
As visões da crise econômica dos anos 60: as análises de Celso Furtado e Roberto Campos / Thiago Lima Mondêgo. – 2013.
133 f.
Orientador: Cezar Honorato.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
Bibliografia: f. 132-133.

1. Brasil. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Furtado, Celso, 1920-2004. 4. Campos, Roberto, 1917-2001. 5. Crise econômica.
I. Honorato, Cezar. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 338.9

Introdução

A presente dissertação trabalha com a ideia de que o desenvolvimento econômico experimentado pelo Brasil principalmente no período que vai de 1930 a 1960 teve uma ideologia desenvolvimentista. Esta era expressada por uma fração da classe dominante uma vez no poder. Segundo Bresser Pereira, somente no decorrer na década de 1930 o Brasil reuniu plenas condições para realizar seu desenvolvimento econômico, nesse momento em que tínhamos uma fração da classe dominante no poder, que via nas mudanças estruturais a realização de seus interesses materiais.¹

É a partir daí que analisamos o conceito de ideologia adotado pela presente dissertação. Entendemos como um conjunto de ideias, uma percepção da realidade adotada pela população, vinculada aos interesses da classe dominante. A saber, o conceito marxista de ideologia.

Entendendo a ideologia como a representação do interesse de determinada classe, poderíamos usar o conceito marxista de ideologia até mesmo porque “o marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a “desmascarar” as ideologias de classe por detrás do discurso pretensiosamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais”.²

Para Marx:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX e ENGEL, 1986)

¹ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983*. 15ª edição. SP, Editora Brasiliense, 1987

² LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. 5ª ed. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1987

A produção de ideias para Marx está intimamente ligada à produção material desses mesmos homens. Como o próprio Marx afirma, é uma emanação direta do comportamento material deles. A humanidade produz suas formas de pensamento da mesma forma que criamos nossas relações sociais e não o contrário. Não é a toa que Marx usa a analogia da inversão dos objetos na retina para sua explicação. Estamos tentados a observar que as relações sociais constroem os homens ou mesmo pensamos que são as ideologias que criam as relações humanas quando, na verdade, Marx nos afirma o oposto. São os homens dotados de determinados interesses, homens reais e ativos, que criam essa realidade social. Nesse sentido vemos que a crítica de Marx se concentra principalmente nos filósofos que insistem em afirmar o inverso da dialética materialista, ou seja, os idealistas.

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. *Não é a consciência que determina a vida, mas a vida determina a consciência.* (MARX e ENGELS, 1986, p. 37)³

Conforme comentado antes, é a crítica contra a filosofia alemã sobre a ideologia e seus processos. Marx afirma que não se deve partir do que os homens pensam, mas antes devemos entender os homens ativos e sua produção material para entender os reflexos na vida, ou seja, sua produção ideológica.

Interessante analisar que se coloca aqui que não somente a ideologia produzida pelo ser humano no que diz respeito à sociedade e à economia é um reflexo da produção material, mas toda a manifestação da vida humana. Isso inclui a moralidade, formas religiosas e quaisquer outras ideologias ou formas de se pensar.

³ Grifo nosso.

Deste fragmento também podemos entender que a ideologia produzida não tem história, antes disso o homem que a produz é quem tem. Então o que existe é a história dos homens que produzem suas ideologias antes mesmo da história das ideologias. É o homem que dotado de determinadas condições materiais modifica ou conserva sua realidade e a partir disso vive sua história.

Marx faz algumas considerações sobre a história humana usando sua perspectiva materialista. Afirma que, para fazer história, o homem precisa inicialmente reunir condições para isso, ou seja, o primeiro ato histórico passa a ser produzir as condições materiais que permitam atender minimamente suas necessidades mais básicas.⁴

Algumas páginas depois, temos uma contradição muito importante para a presente dissertação que é a questão do Estado para Marx, que veremos aqui de forma introdutória apenas para facilitar a compreensão do conceito de ideologia abordado.

É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal – tais como, laços de sangue. Linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e sobretudo, como desenvolveremos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes (...) segue-se, além disso, que toda classe que aspira a dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral... (MARX e ENGELS, 1986, p. 50)

A princípio então vemos que o Estado nada mais é do que a contradição entre o interesse particular e o coletivo. Através da ideologia devemos entender que se mascara a verdadeira intenção do Estado, que é servir aos interesses de uma classe com determinadas relações de produção e forças produtivas.

Toda e qualquer luta política são apenas formas ilusórias onde classes ou mesmo frações de classes disputam o poder político. No caso da presente dissertação, se quisermos concordar com Marx, deveremos entender que a Revolução de 1930 foi uma

⁴ Op. Cit. P. 39.

luta pelo poder político entre frações da classe dominante. Uma vez no poder, as oligarquias dissidentes do pacto cafeeiro aliadas a Vargas criaram uma nova política. Nesse contexto vale afirmar que as diferentes frações da classe dominante apresentavam também divergências em suas ideologias. Sendo assim, chegando ao poder, a oligarquia dissidente tratou de colocar em prática suas propostas de governo, o que no decorrer das décadas seguintes se tornaria o projeto desenvolvimentista.

A tomada do poder político não garante a dominação de uma sociedade como vemos no trecho citado. É necessário afirmar suas necessidades como de interesse geral e a superação das antigas formas de produção. No caso aqui estudado, a Revolução de 1930 marca a chegada de uma nova elite ao poder político e a superação de velhas formas de produção.

Relevante observar que a luta pelo poder político no Brasil durante a Revolução de 1930 não altera em nada a manutenção do capitalismo como modo de produção em nossa sociedade. Podemos afirmar, inclusive, que essa mudança no quadro político e a chegada ao poder de uma nova fração da classe dominante, longe de mudar o sistema, altera profundamente suas estruturas econômicas e o moderniza trazendo a industrialização.

Para entendermos como Marx se dedica a questão da ideologia como forma de dominação da classe dominante precisamos mais uma vez nos adiantar no texto.

As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam e toda sua extensão e, conseqüentemente entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (MARX e ENGELS, 1986, p. 72)

Em uma determinada época, as ideias correntes de uma sociedade são as ideias projetadas pela classe dominante. São as ideias desta classe e que a interessam na

manutenção das relações de produção colocadas. As ideias dominantes são a expressão máxima das relações materiais dominantes presentes numa sociedade. Quando analisamos o período de maior intensidade de nosso desenvolvimento econômico, ou seja, de 1930 a 1960, observamos que a todo o momento se coloca o desenvolvimento econômico capitalista como uma verdade absoluta e procuram-se alternativas para o modelo agrário exportador. E as opções propostas somente são dadas usando o modelo capitalista de sociedade.

Podemos usar como prova aqui os pensamentos de Celso Furtado e Roberto Campos: nossos objetos de pesquisa. Ambos rechaçam o modelo soviético e colocam qualquer revolução socialista como um retrocesso em nossa sociedade. Vale deixar claro que os dois intelectuais encontram-se em lados opostos em suas explicações de nosso subdesenvolvimento enquanto fenômeno econômico.

Se Furtado e Campos são representantes dessa mesma elite, ou classe dominante, como chama Marx, estão em frações diferentes dessa mesma elite. Mais a frente, Marx vai colocar que a divisão do trabalho enquanto um fenômeno sociológico natural também vai afetar essa classe dominante. Dentro dessa classe aparecem pensadores mais ativos e que participam mais da criação das ideias ou ilusões que vão dominar a sociedade. Assim como aparecem outros membros que se relacionam com essas ideias de forma mais passiva e receptiva, criando antagonismos e desentendimentos.⁵

Essa cisão dentro da classe dominante pode inclusive causar conflitos bastante significativos que são capazes de levar a extinção ou decadência dela mesma. Entretanto, toda vez que se coloca o perigo da supressão dessa classe dominante, surgem coalizões que impedem o fim do modo de produção estabelecido.

Temos aqui dois grandes exemplos de desentendimento dentro da classe dominante que podem ser aproveitados pela presente dissertação. O primeiro deles é a Revolução de 1930, onde a oligarquia uma vez no poder foi derrotada e forçada a sair para que as dissidentes aliadas a Vargas pudessem tomar o controle político. As ideias liberais e agrário exportadoras da primeira entraram em choque com as ideias intervencionistas que seriam desenvolvidas mais tarde pela segunda.

O segundo exemplo é o de nosso objeto de estudo. Roberto Campos e Celso Furtado representam interesses diversos de frações diferentes da classe dominante.

⁵ Op. Cit. P. 73.

Nesse segundo exemplo, se pudermos apontar um momento de cisão entre as frações da classe dominante, este seria o golpe de 1964, quando a classe dominante não mais aceitava o pacto populista e vemos a tomada do poder político por parte da fração do intelectual Roberto Campos.

Tentaremos agora com mais profundidade debater a relação entre Ideologia e Ciência segundo Marx.

Conforme trabalhamos antes o conceito de ideologia a partir do livro *A Ideologia Alemã*, de 1846, Marx vai usar termos mais amplos para explicar ideologia somente no famoso Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859. Afirma que: “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam até o fim”.⁶ Nesse trecho temos uma das clássicas descrições do autor sobre ideologia.

Nisso, é fundamental ver a participação do intelectual em Marx.

Os intelectuais são relativamente autônomos com relação à classe. Eles podem ser separados dela por um “abismo” social ou cultural; sua “situação pessoal” não deve ser de todo necessariamente a mesma que aquela classe que ele representa. O que os faz representantes desta classe é a ideologia ou utopia que eles produzem. (MARX e ENGELS, 1986, p. 97)

Ou seja, o intelectual não necessariamente precisa ter as mesmas condições materiais da classe que representa. Ele é autônomo. É um equívoco pensar que um intelectual ao defender o capitalismo precisa para isso ser dono dos meios de produção e acumular riquezas.

Löwy nos mostra em Marx mais uma explicação de ideologia. “O que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela ideia isolada tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa “forma de pensar”, uma certa problemática, um certo horizonte intelectual”⁷. Defender o sistema capitalista não é somente tecer comentários sobre propriedade privada ou a liberdade do capital. Antes disso é estabelecer um conjunto de ideias e sistematizá-las numa doutrina com o amparo da política. É esse um dos cernes da presente dissertação. Se o capitalismo brasileiro passava por uma crise econômica no começo da década de 1960, haveria a necessidade

⁶ Löwy cita um trecho do Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*. Op. Cit. p. 96.

⁷ Idem.

de buscar um amparo científico ou mesmo político para o capitalismo. O surgimento da Economia Política Brasileira na segunda metade do século XX serve a esse propósito. Ou pelo menos de grande parte de seus intelectuais.

Isso nos leva a outra questão elaborada por Löwy.

Este raciocínio (a definição de ideologia) vale unicamente para os representantes políticos e literários de uma classe? Não se aplicaria ele também a seus representantes científicos (ou com pretensão científica) no domínio das ciências sociais e econômicas? Realmente, o conceito de representação científica de classe ocupa um lugar crucial na crítica marxista da economia política. (...) Marx já escrevera que “os economistas são os representantes científicos da classe burguesa” – fórmula que sugere claramente que para ele ciência e representação de um ponto de vista de classe não são mutuamente exclusivos. (LÖWY, p. 98).

Se o capitalismo brasileiro passa por uma série de transformações estruturais, faz muito sentido que toda a intelectualidade seja completamente alterada também. O desenvolvimentismo enquanto ideologia serve a mudança estrutural que a economia nacional experimentou no decorrer na década de 1930, seguindo com intenso vigor até o final da década de 1950. Sem falar que boa parte do esforço intelectual da época foi nesse sentido também, ou seja, de legitimar a ideologia desenvolvimentista.

Devemos entender que, para Marx, não somente a representação de classe de um intelectual deve ser o suficiente para dar juízo de valor a sua obra. Não à toa que ele observa a existência de “clássicos” como Smith e Ricardo, com grandes contribuições a economia, mas o mesmo não se dá com os chamados “vulgares”, intelectuais que apenas reproduziam a nível bastante superficial aquilo que era dito para legitimar o capitalismo como modo de produção. Dentre eles podemos colocar Malthus, McCulloch, etc.⁸

Citando o Posfácio à segunda edição alemã de O Capital (1873), temos um exemplo histórico bastante importante que nos mostra como se dá para a luta de classes o uso da ciência. Marx cita a Inglaterra e a França. Observemos:

“Na medida em que é burguesa (...) a economia política não pode continuar sendo uma ciência senão quando a luta de classes permanece latente ou não se manifesta senão por fenômenos isolados. Tomemos a Inglaterra, o período onde esta não havia ainda se desenvolvido, e é também este o período

⁸ Op. Cit. p. 98.

clássico da economia política. Pelo contrário, após 1830, na França e na Inglaterra a burguesia se apodera do poder político. Desde então, na teoria como na prática, a luta de classes reveste-se de formas mais e mais acentuadas, mais e mais ameaçadoras. Ela faz soar a hora da economia burguesa científica. Daí em diante, não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas se ele é agradável ou não à polícia, útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo ao capital. A pesquisa desinteressada cedeu lugar ao pugilato remunerado, a investigação conscienciosa à má-fé, aos miseráveis subterfúgios da apologética. (LÖWY, Michael, p. 99).

Pelo que podemos perceber, a intelectualidade atua de acordo com os interesses da classe dominante, mas também sua qualidade científica. Uma vez que a classe dominante é ameaçada por uma nova classe revolucionária, neste caso, a burguesia, ameaçada pela maior organização do proletariado, vemos uma produção científica destinada cada vez mais à sua legitimação, abandonando-se a qualidade científica.

Para terminar, Löwy nos mostra que

O período no qual a burguesia é revolucionária ou no qual ela não é ameaçada “por baixo”, isto é, pelo proletariado, é o que favorece - ou ao menos que permite - a honestidade científica. Pelo contrário, uma vez no poder, a burguesia se torna conservadora e sente a necessidade, ou melhor, ela exige uma apologética vulgar em defesa de suas novas posições conquistadas, face ao perigo que representa o avanço do movimento operário e do socialismo. A ciência “imparcial” dos clássicos, não submetida de forma direta a um interesse exterior, exprime o grau elevado de autonomia da ciência econômica, possível em uma época na qual a burguesia não é contestada por uma força revolucionária nova. (LÖWY, Michael, Pag.101).

A partir do momento em que passa a ser questionada por uma força revolucionária bastante séria, surge a necessidade de se lançar mão de intelectuais “vulgares” ou que pouco ou em nada avançam nas propostas científicas.

No contexto da presente dissertação, vemos que a partir da década de 1930 temos um aumento na qualidade de nossa produção intelectual. Passamos a pensar mais nossa realidade e de uma forma mais descolada do pensamento europeu. Julgávamos racial e intelectualmente inferiores. Mas é a partir do deslanche de nosso processo de desenvolvimento econômico que se iniciam nossas obras de maior fôlego. De Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre, passando por Celso Furtado até Maria da Conceição Tavares, dentre outros, as obras nacionais de maior peso teórico aconteceram principalmente durante esse período de transição de uma economia agrária à uma

economia industrial.⁹ Era uma tentativa de nossos intelectuais de entender o que acontecia com nossa economia e sociedade e também o porquê dessas mudanças acontecerem tão rápido.

A transformação de nossas estruturas econômicas e sociais contou com a ideologia desenvolvimentista, conforme falamos anteriormente. Se durante o período de grande crescimento econômico contou com essa ideologia, já a partir do final dos anos 50 e começo dos anos 60 em diante vemos uma mudança. Essa ideologia desenvolvimentista sofre uma cisão, assim como nossa classe dominante, fazendo com que parte dela não aceite mais o pacto populista. A materialização desse rompimento se dá no golpe de 1964.

Concordando com Marx, podemos entender que não é uma simples coincidência o surgimento da Economia Política Brasileira nas décadas de 1950 e 1960. No momento em que nossa sociedade caminhava para sua primeira crise como economia industrial capitalista madura, houve uma necessidade política e, principalmente, científica e econômica de respaldar e dar como normal o desenvolvimento capitalista bem como a desigualdade social e a pobreza oriunda desse processo.

Como Bielschowsky¹⁰ mesmo explica em sua obra sobre o ciclo ideológico do desenvolvimento, quase todas as correntes ideológicas brasileiras do período de nosso maior desenvolvimento econômico buscavam soluções dentro do sistema capitalista sem sequer contestar sua ordem vigente ou seu padrão de acumulação industrial. Apenas a corrente socialista contestava o sistema capitalista. Porém, após o golpe de 1964, seus principais quadros foram perseguidos.

Mesmo Furtado e Campos, cujos pensamentos econômicos são objetos de pesquisa da presente dissertação, apresentam soluções dentro do sistema capitalista vigente. Furtado, como ainda veremos no segundo capítulo, apontará a revolução de caráter socialista como um retrocesso político e social para o país.

⁹ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983*. 15ª edição. Editora Brasiliense. 1987. SP e MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 4ª Edição. Polis/Vozes. RJ, 1987.

¹⁰ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1995.

É nesse sentido que, no primeiro capítulo, procuramos explicar a ideologia desenvolvimentista e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Veremos o desenvolvimentismo e o liberalismo como ideologias que buscavam soluções dentro desse novo Estado que emergia das cinzas do Estado liberal agrário exportador, derrubado pela revolução de 1930. Devemos entender que tanto o desenvolvimentismo quanto o liberalismo serviam ao grande interesse do capitalismo internacional naquele momento: a entrada de capitais estrangeiros nos países subdesenvolvidos. As duas ideologias apoiavam isso. O desenvolvimentismo afirmava que o capital estrangeiro deve entrar para acelerar o processo de desenvolvimento econômico que não poderia ser deslanchado somente pelo Estado brasileiro e pelo empresariado nacional. Por sua vez, o liberalismo afirmava que não deve haver barreiras ao capital e que a economia de livre mercado trataria de corrigir as imperfeições econômicas e sociais.

No segundo capítulo, vemos a importante visão de Celso Furtado como um dos mais nacionalistas desenvolvimentistas brasileiros e que, não por isso, deixaria de defender a entrada de capitais estrangeiros. Sem questionar o sistema vigente, colocava que as nossas estruturas capitalistas eram arcaicas e que reclamavam mudanças. Seu grande mérito foi ser um dos primeiros a produzir com originalidade uma explicação com forte fundamentação teórica o modelo de subdesenvolvimento brasileiro, que iria influenciar muitos outros intelectuais brasileiros. Sua intelectualidade serviu a uma fração da classe dominante interessada na manutenção do pacto populista. Também pensava que o capital estrangeiro deveria estar fortemente disciplinado pelo Estado, a serviço do desenvolvimento econômico.

No terceiro capítulo temos Roberto Campos, cuja obra serviu a outra fração da classe dominante que tinha base monetarista e não mais aceitava o pacto populista. Seu projeto intelectual foi vitorioso após o golpe de 1964. Não à toa que as bases da economia a partir daquele momento foram orientadas para debelar a inflação. O controle da inflação para depois alcançar-se o crescimento econômico passou a ser o fim, e não mais o meio para as políticas econômicas posteriores durante a ditadura.

Para concluir, afirmamos que, para efeito de pesquisa, as fontes usadas para entender o objeto de pesquisa aqui colocado, a saber, o pensamento econômico de Celso Furtado e Roberto Campos e suas respectivas visões sobre a crise econômica dos anos 1960 foram as obras dos autores. No caso de Celso Furtado, temos *A Pré-Revolução Brasileira* e *A Dialética do Desenvolvimento*. No caso de Roberto Campos,

principalmente *A Lanterna na Popa* e *A Nova Economia Brasileira*, escritas em conjunto com Mário Henrique Simonsen. As obras usadas como fontes foram desenvolvidas ou possuem referências ao período estudado aqui, ou seja, a crise dos anos 1960.

Capítulo 1 - O conceito de Desenvolvimento

1.1 A visão de desenvolvimento de Singer/Kuperman

Entendemos o processo de desenvolvimento como algo que visa a transformação de uma região que não possui relações capitalistas ou que possui em sua forma subdesenvolvida e que por conta de tal processo busca sair dessa situação econômica e social. Usamos aqui basicamente duas visões. Em primeiro lugar, trabalhamos com o conceito de desenvolvimento estudado por marxistas como Paul Singer e Esther Kuperman e, num segundo momento, analisaremos o conceito de desenvolvimento para um autor não marxista, Luiz Carlos Bresser Pereira.

Durante o século XX, o Brasil transitou de uma economia rural e exportadora de gêneros primários para uma economia industrial, urbana, industrial e subdesenvolvida. A bibliografia que apontaremos ao longo da dissertação chama esse processo de desenvolvimento econômico.

O pleno rompimento de nossas estruturas agrárias e a transição da maior importância para o setor industrial aconteceu principalmente no período de 1930-1960. Durante esse recorte de tempo, que dura basicamente trinta anos e que pode se estender para o decorrer da década de 1960, observamos a ascensão, o auge e o declínio de uma ideologia que guia esse processo, o qual chamamos de desenvolvimentismo.

No primeiro capítulo, a presente dissertação pretende explicar como se deu esse desenvolvimento econômico, suas consequências e sua ligação com a sociedade e a política. Para tal intento, dialogaremos principalmente com autores como Paul Singer¹¹ e Esther Kuperman¹². A contribuição do primeiro autor é no sentido de entender o desenvolvimento econômico experimentado pela economia nacional e suas implicações nos processos políticos, tais como democratização e instauração de ditaduras. O autor também comenta sobre um dos maiores fenômenos econômicos da América Latina que

¹¹ REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (Org.) A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. O texto do Paul Singer se chama REFLEXÕES SOBRE INFLAÇÃO, CONFLITO DISTRIBUTIVO E DEMOCRACIA.

¹² KUPERMAN, Esther. Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil. Rio de Janeiro, 2008. Tese de Doutorado.

é a inflação e o impacto desta nas políticas econômicas dos governos latinos, sobretudo o brasileiro.

A professora Esther Kuperman nos ajuda a entender como o diálogo e o conflito entre as frações da classe dominante contribui para construir o capitalismo brasileiro contemporâneo e as bases para o liberalismo como este vem sendo aplicado. Ainda contamos com a ajuda da professora para entender que desenvolvimentismo e liberalismo não são antagônicos, como geralmente se pensa. São apenas manifestações de diferentes frações da classe dominante que na sua essência não divergem do que realmente importa: o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo brasileiro.

Precisamos, a partir de agora, entender a relação entre capitalismo e democracia, análise essa que está no texto de Singer e que é fundamental para observarmos o foco da presente dissertação, que é o pensamento econômico de Celso Furtado e Roberto Campos ao longo da década de 1960, período este que, com sua crise econômica, presencia paralelamente uma crise política.

Singer inicia sua análise comentando as relações entre liberalismo e democracia já a partir do século XIX.

Mas quando – na passagem do século XVIII para o XIX – a ordem liberal começa a se impor. Do seu seio surge o capitalismo industrial, exatamente o modo de produção que concentra a propriedade e reduz a grande massa dos produtores diretos à condição proletária. Ao longo das décadas a classe “anômala” torna-se majoritária, de exceção vira regra. O que torna o exercício da cidadania privilégio de uma minoria e a apregoada “igualdade de oportunidades” um mito, cada vez menos aceitável para a massa de excluídos. (SINGER, 1988, p. 93)

Singer nos explica que a tal anomalia se refere justamente ao proletariado dentro da ordem feudal, ou seja, durante momentos do período de transição feudal-capitalista a ordem social comportava nobreza fundiária, nobreza clerical, burguesia e campesinato. Dentro desse contexto social, cada classe era proprietária. O único elemento estranho aqui seria o proletariado pela ausência de propriedade, o que constituía uma espécie de anomalia dentro daquele regime. Eram os que fugiam do feudo ou eram expulsos do mesmo. Também pertenciam a essas fileiras os comerciantes que estavam arruinados. Isso explica porque as Constituições que surgiam no mundo ao longo dos séculos XVIII e XIX se opunham cerradamente a extensão da cidadania a esse grupo.

A luta pela democracia rapidamente passou a ser uma bandeira do proletariado porque este enxergava no recebimento dos direitos democráticos uma ferramenta para sobreviver à exploração desmedida pelo nascente capitalismo industrial. A intervenção estatal passou a ser fundamental para que o proletariado não fosse levado à extinção. Medidas como redução da jornada de trabalho, proteção à maternidade, restrições ao trabalho infantil são mostras de que esse Estado, na visão da classe trabalhadora, era um agente regulador que pudesse ampará-la. A partir disso, o proletariado percebeu que através desse Estado poderia buscar avanços sociais cada vez mais significativos. O próximo passo seria a conquista do sufrágio universal. Esta era uma das maiores causas da classe operária organizada nas sociedades capitalistas com alto grau de industrialização.

Percebendo o que estava em jogo no alargamento dos direitos políticos e sociais ao proletariado, a burguesia, detentora da maior parte das cadeiras nos parlamentos desses países, se oporia ferozmente a essa ampliação da cidadania. A prova disso é que apesar da luta pelo sufrágio universal se iniciar no começo do século XIX, foi somente em meados do século XX que ela seria completada. Foi unicamente no século XX que as mulheres puderam votar. Isso para não falar das democracias que adotaram regimes fascistas ao longo da primeira metade do século. Temos o exemplo também de países que surgiram como fruto da 2ª Guerra e da Descolonização.

Visualizamos, então, que cada classe possui seu interesse material, conforme vimos em parte na introdução da presente dissertação. Vejamos isso de uma forma melhor explicada:

Como as ideias não representam mera superestrutura assentada sobre uma determinada base econômica, compreendemos que estas possuem papel importante nos processos apontados, por possuírem o caráter de força material e representarem as forças políticas participantes dos processos históricos, enfim, os interesses de classe. Consideramos que estas ideias estão identificadas com grupos de interesse e estes, por sua vez, com instituições da sociedade civil. (...) se determinada medida convém ao processo econômico, corresponde ao jogo real de interesses do corpo social, tenham ou não consciência desses interesses os atores formais do drama, podemos estar certos de que essa medida será tomada. (KUPERMAN, 2008)

Passando essa teoria aqui analisada pela professora Kuperman, na realidade, entendemos que a burguesia realiza todos os seus esforços para impedir que a classe completamente expropriada de meios de produção, ou seja, o proletariado, buscaria

através do Estado a recuperação em parte de seus interesses materiais. Interesses esses que foram perdidos no processo de expropriação realizado pela classe dominante.

Vamos nos ater às palavras de Singer sobre a relação entre liberalismo e democracia:

A democracia nasce da matriz liberal, quando esta é abalada pelo capitalismo industrial, cuja expansão proletariza a classe trabalhadora. Ela constitui o regime político “natural” de sociedades amplamente capitalistas, em que a grande maioria da população é assalariada. Isso fica claro quando se pensa como é improvável que um país como os Estados Unidos, a Grã Bretanha ou o Japão de hoje possa retroceder a um regime liberal em que o sufrágio estivesse limitado aos homens adultos, dotados de propriedade capitalista e/ou renda elevada. Em sociedades como esta, a única alternativa viável à democracia seria algum tipo de autoritarismo, sem eleições ou com eleições destituídas de significado político. Como qualquer autoritarismo pressupõe a hegemonia de um estrato burocrático, este tipo de regime expropria politicamente todas as classes, inclusive a dominante, que faz com que sua vigência só seja possível em circunstâncias excepcionais. O término do fascismo em todo o Hemisfério Norte confirma a hipótese de que a democracia é o regime a que o capitalismo está condenado. (SINGER, 1988, p. 94)

Nas sociedades capitalistas amplamente desenvolvidas e com grau elevado de assalariamento da população, o proletariado conta somente com os esforços da política visto que foi expropriado de qualquer outro meio para sua sobrevivência. É nesse sentido que Singer sustenta ser improvável qualquer retorno ao liberalismo clássico na política, aquele momento em que o voto era censitário. Uma vez que a classe trabalhadora está organizada e não permite expropriações sociais que levam a sua extinção como antes, ela cada vez mais se organiza no sentido de avançar nas conquistas sociais. A democracia é o espaço político “natural” de enfrentamento entre as classes detentoras ou não dos meios de produção. Somente nos regimes de exceção, com algum grau de autoritarismo é que vemos uma alternativa a democracia, mas vemos que nem mesmo a classe dominante suporta isso ao não permitir por muito tempo o controle de sua produção. Isso mostra a falência em pouco tempo dos regimes fascistas no continente europeu. Segundo Singer, a democracia é o regime por excelência do capitalismo industrial desenvolvido.

Ao longo do século XX, outra tendência se abre para a integração entre capitalismo e democracia. Falamos do Estado enquanto agente redistribuidor de renda. O Estado capta o dinheiro dos impostos, sobretudo de parte da riqueza produzida por empresas e pessoas de renda elevada, e usa para diversos programas sociais tais como seguro-desemprego, construção de escolas e hospitais, pensões, aposentadoria e

previdência de uma forma geral. O Estado também funciona como árbitro das relações entre patrão e operário ao impedir o abuso econômico por parte do primeiro e criar mecanismos de defesa para o trabalhador, como o salário mínimo, a regulação da jornada de trabalho e o amparo ao demitido sem justa causa. Isso graças a uma força política que vem de homens e mulheres que vivem do seu trabalho e lutam e se organizam desde o nascimento do capitalismo industrial. Seus votos nas eleições são as únicas armas, uma vez que foram completamente expropriados e somente possuem a força de trabalho.

Ditaduras fascistas também fizeram uso desse Estado para redistribuir a renda, uma vez concentrada com o intuito de receber o apoio das massas e disputar esse mesmo apoio com outras correntes ideológicas, como a própria corrente democrática e a corrente socialista. Não sem fundamento que a própria experiência histórica nos mostra que os regimes fascistas e autoritários são deflagrados em momentos em que a burguesia está em pânico pelo alastramento da simpatia do proletariado com os socialistas. Ou pelo menos boa parte dessa burguesia europeia nos anos 20 e 30 assim examina a sociedade. A crise econômica de 1929 parecia a princípio um sinal de falência dos governos liberais democráticos que somente o fascismo poderia dar conta de resolver os problemas.

De qualquer forma, concluímos haver uma relação intrínseca entre democracia e capitalismo, pelo menos quando falamos em países altamente industrializados. Tanto isso é possível que na segunda metade do século XX esses regimes fascistas foram derrubados assim como regimes autoritários na América Latina.¹³

Devemos desmentir aqui que o “Estado de bem-estar” é a imediata consequência do estabelecimento do sufrágio universal. Pelo contrário, Singer nos explica que

a experiência histórica revela ampla correlação entre práticas democráticas e crescente distribuição de renda via Estado. Regimes autoritários não se furtam ocasionalmente, a promover o mesmo tipo de redistribuição. Fazem-no para disputar o apoio das massas, à oposição democrática ou socialista. Mesmo quando ela não existe, a democracia faz sentir sua presença potencial e surte, em certas ocasiões, os mesmos efeitos. A presença ideológica da democracia é tão potente, no mundo da segunda metade do século XX, que a maioria dos regimes autoritários prestam a ela o conhecido tributo da hipocrisia, pretendendo ser “democracias” de tipo especial ou regimes de “transição à democracia”. (SINGER, 1988, p. 94)

¹³ Idem.

Podemos deduzir então que, desde o começo do século XIX, quando o capitalismo industrial começa a se espalhar pelas economias europeias, vemos uma relação entre a progressiva organização do movimento operário e a busca pela cidadania. Durante todo esse século, conforme a cidadania vai se estendendo a partes cada vez maiores da população, através do voto em parlamentos majoritariamente burgueses, diga-se de passagem, o Estado vai se transformando em um canal que reduz as tensões entre as classes e ao mesmo tempo distribui uma parte da renda acumulada pela burguesia através dos impostos. Sendo assim, quando o “Estado de bem-estar” começa, no século XX, este não surge do nada e tampouco é somente resultado de uma tentativa de amparo para as destruídas economias e sociedades europeias após a segunda guerra. É resultado de longas conquistas da classe trabalhadora desde o começo do século XIX.

Temos que perceber também que o Estado construído ao longo dessas conquistas não serve apenas para redistribuir renda. Ele também garante a estabilidade da economia e de altos índices de emprego e renda. Isso fica provado com a longa depressão dos anos 20 e 30, em que o Estado não interveio como faria depois. Ficava claro, então, que o capitalismo é um sistema econômico que tende a crises quando sua economia é relegada ao poder dos “automatismos do mercado”. Esta pelo menos é a visão dos “economistas keynesianos”, intelectuais e burocratas que poriam em prática as orientações dadas por John Keynes,¹⁴ que tinha como pressuposto a intervenção do Estado na economia para a manutenção do emprego e da renda. Mesmo que por um período curto a economia perca o equilíbrio das contas públicas, ainda assim devemos ressaltar que em nenhum momento Keynes pregava o constante déficit público. O Estado deveria intervir para restaurar o equilíbrio da economia, uma vez que o sistema capitalista é um sistema que tende a crises, conforme dito antes.

Antes de passarmos para a análise das democracias na América Latina e seu processo de desenvolvimento, veremos a conclusão geral a que chega Singer quanto à democracia e a classe trabalhadora:

¹⁴ KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

A experiência das últimas quatro décadas ¹⁵, nos principais países capitalistas, tende antes a indicar que a vigência da democracia produz mudanças que reconciliam os assalariados com o capitalismo. Esta reconciliação se dá mediante a concessão à classe operária de direitos que são “substitutos da propriedade”. O proletariado da democracia capitalista hodierna não é mais o trabalhador destituído de qualquer garantia, o qual nada tem a perder, a não ser os grilhões”, na célebre formulação do Manifesto Comunista. A democracia proporcionou-lhe meios políticos para conquistar uma renda parcialmente assegurada sob a forma de estabilidade (relativa) no emprego, salário mínimo, auxílio-desemprego, pensão e aposentadoria. Grande parte do proletariado tornou-se sujeito de interesses constituídos, o que serviu para moderar seus pendores anticapitalistas. (SINGER, 1988, p. 96)

Quando o capitalismo industrial se espalha pelo continente europeu, a organização da classe trabalhadora fez com que a luta pela cidadania ao longo do século XIX fosse acompanhada de conquistas sociais e da transformação do Estado em um canal que redistribui renda e permite a manutenção da estabilidade econômica do regime. Interessante observar que a América Latina, quando passa pela sua industrialização, o mesmo processo social não ocorre com a classe trabalhadora local e muito menos com o Estado.

Mais uma vez recorremos à professora Kuperman para entender esse Estado e as mudanças que este sofreu para atender as demandas da classe operária:

(...) as políticas sociais têm sua origem, contemporaneamente, na própria ampliação do Estado capitalista, ao ultrapassar suas fronteiras inicialmente restritas às funções mais efetivamente repressivas e que garantem as relações econômicas para a própria indução direta na produção e reprodução das condições sociais de existência. (...) Na origem das políticas sociais do Estado capitalista encontramos, portanto, todo um movimento histórico de ampliação de suas funções com a dupla tarefa de garantir a continuidade do processo de reprodução ampliada do capital e, ao mesmo tempo, promover a hegemonia, através da absorção seletiva e da contenção dos interesses das classes sociais. (KUPERMAN, 2008, p. 57).

O Estado capitalista assume então uma dupla função: em primeiro lugar, garantir a reprodução da classe proletária. Se o empresariado explorasse o proletário sem qualquer tipo de intervenção do Estado que assegurasse o mínimo de condições de trabalho, a classe trabalhadora seria levada a extinção¹⁶; em segundo lugar, o Estado, ao preservar minimamente a sobrevivência da classe trabalhadora e fornecer progressivamente direitos sociais e políticos, vai aos poucos afastando o risco de uma

¹⁵ A publicação do livro com a colaboração de Singer é de 1988.

¹⁶ Como relata Singer, Op. Cit. p. 93.

revolução socialista. Para isso, devemos entender que quanto mais conquistas sociais essa classe trabalhadora adquire, menor é o risco de esta recorrer a uma revolução socialista para atingir seus objetivos. Importante entender que, ao longo dos séculos XIX e XX, a classe burguesa cede e aos poucos vai estendendo direitos políticos e sociais a classe trabalhadora sem que o essencial ocorra: o fim da propriedade privada e o fim da concentração dos meios de produção em suas mãos.

A princípio, temos que notar que na América Latina

de início, que o desenvolvimento do capitalismo em países “retardatários” se dá, de certo modo, de fora para dentro, à medida que tanto forças produtivas quanto o “formato” das relações de produção são importados dos países mais adiantados. Durante uma longa fase – de meados do século XIX até 1930 ou até mais tarde em vários países – o capitalismo na América Latina, era um produto lateral da economia de exportação, sendo que na última nem sempre vigoravam relações capitalistas de produção. Deixou de sê-lo quando o domínio da oligarquia exportadora de produtos primários foi rompido por revoluções ou movimentos militares, que abriram caminho à industrialização por substituição de importações. Nos principais países do continente, o avanço do capitalismo industrial por esta via foi a tendência dominante, após a Segunda Guerra Mundial, interrompido, no entanto, regularmente por crises de estrangulamento externo. (SINGER, 2008, p. 97)

Temos aqui a noção de que a América Latina, durante o período colonial, serviu de complemento das economias europeias e que essa situação pouco se alterou desde a independência política dessa região no começo do século XIX até a crise de 1929. Mesmo com revoluções e golpes militares que eclodiram ao longo da década de 1930, o que parece ter mudado significativamente foi a situação política. No decorrer dessa década, ascende ao poder em diversos países latinos outra fração da classe dominante, dessa vez interessada no processo de industrialização.¹⁷

No século XX, a América Latina demonstraria ser um terreno fértil para revoluções do tipo burguesa. A Revolução de 1930, aqui no Brasil, se encaixa no contexto latino-americano de tentar remover do poder velhas oligarquias comprometidas com o liberalismo clássico e com a agroexportação. Apesar de suas especificidades locais e ideológicas, a Revolução Mexicana de 1910 tinha esse objetivo,

¹⁷ Caio Prado Júnior, Fernando Novais e Celso Furtado, dentre outros autores, trabalham com a ideia de que as colônias de exploração, especificamente aqui no caso examinado a América Latina, foram um complemento das economias europeias e parte consequente da expansão marítima do século XVI, onde o sentido da colonização é extrair riquezas da colônia.

a Revolução Cubana (1959), em sua fase inicial, também estava situada nesses pressupostos teóricos.

É nesse contexto que colocamos a Revolução de 1930 no Brasil. Revolução comprometida com a expulsão de velhas oligarquias e com a modificação das estruturas econômicas, uma vez que a transferência do capital agrário para a industrialização parecia uma das saídas para a grave crise de 1929. A Constituição de 1934 parecia demonstrar que o Brasil finalmente encontrava o caminho da democracia. A fragilidade deste sistema político logo apareceu com o fechamento político de 1937. Isso coincide com a nova onda autoritária que varreu boa parte das democracias no mundo nas décadas de 1920 e 1930. Regimes democráticos se tornaram autoritários e alguns foram mais adiante, chegando inclusive ao fascismo. Se partirmos da relação entre capitalismo e democracia de Singer então só podemos concluir que o capitalismo industrial não fincara raízes profundas no Brasil. De fato, no decorrer da década de 1930, nossa industrialização apenas começava.

Trabalhemos finalmente com o conceito de desenvolvimento para Singer: “O desenvolvimento retardado se distingue do desenvolvimento “original” dos países hoje adiantados por duas características, relevantes para a questão: 1) o papel do Estado no processo de desenvolvimento; e 2) as condições em que se dá a proletarização dos produtores diretos”.¹⁸

Por países de desenvolvimento “original” devemos entender os países que fizeram sua revolução industrial entre os séculos XVIII e XIX. Caso de Inglaterra, EUA, França, Alemanha, Itália dentre outros. Quando nos referimos a desenvolvimento “retardado”, nos referimos principalmente a países latino-americanos, africanos e asiáticos, países que intensificaram o processo de industrialização somente no decorrer do século XX.

O desenvolvimento retardado exige um ritmo de acumulação muito maior do que o “original” basicamente porque é necessário implantar uma infraestrutura e um parque industrial dotados de maior volume e valor de capital fixo. Os países em desenvolvimento atualmente não refazem a trajetória dos que se industrializaram no passado, mas dão um salto em direção ao nível em que se encontram agora – em termos tecnológicos e, portanto de composição do capital – os países adiantados. O ritmo requerido de acumulação nos países retardatários só pode ser alcançado mediante

¹⁸ Idem.

intervenção ativa do Estado, que assume a função de “concentrador e redistribuidor do excedente” através do orçamento público e do sistema financeiro público. Convém recordar que o capitalismo, que serve de modelo aos países retardatários, já se caracteriza por um amplo setor público, que foi criado, no entanto, em grande parte mediante acumulação privada e depois estatizado. Na América Latina, os sistemas de energia, transporte, telecomunicações e a indústria pesada têm que ser criados por acumulação estatal ou por acumulação privada subsidiada pelo Estado. (SINGER, 1988, p. 98)

O desenvolvimento “original”, ou seja, o que é hoje experimentado pelos países desenvolvidos, nasce a partir da acumulação primitiva de capitais. Esses países somente tiveram capitais e condições materiais o suficiente para deslanchar a revolução industrial a partir dos ganhos obtidos principalmente com o comércio praticado durante séculos. Somente no século XVIII e XIX é que tiveram essas devidas condições. É daí a origem do capitalismo industrial.

O mesmo não se dá com os países subdesenvolvidos. Historicamente relegados ao papel de exportadores de riquezas durante o período colonial, na divisão internacional do trabalho do século XX são meros exportadores de matéria-prima. Seu comércio com as nações desenvolvidas é progressivamente prejudicial visto o valor de suas mercadorias se deteriora com o tempo e o contrário acontece com as mercadorias de alto valor agregado.¹⁹

Outra explicação para isso é que a troca comercial entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas não é desigual. Acontece que o sistema financeiro internacional é estruturado a partir dos interesses financeiros das nações desenvolvidas, fazendo com que o preço dos produtos primários seja controlado pelos próprios países desenvolvidos.²⁰

¹⁹ Tese usada por Celso Furtado principalmente em seus trabalhos para a CEPAL. A tese se chama deterioração dos termos de troca.

²⁰ A resposta de Francisco de Oliveira ao que ele chama de equívoco de Furtado. “A tese cepalino-furtadiana (...) não contemplou a possibilidade teórica, que se deu na prática da estruturação da divisão internacional do trabalho sob o capitalismo industrial. Em primeiro lugar, não percebeu o fato inegável de que o estabelecimento de colônias é, em si mesmo, um ato de rapina, de saque, parte de amplo processo de acumulação primitiva que tanto nos futuros centrais quanto em suas colônias, está fundando o capitalismo. Em segundo lugar, (...) a fragilidade da teoria monetária em sua visão cepalino-furtadiana não conseguiu desvendar o mistério da “troca desigual”: esta não se dá porque exista desequilíbrio nas relações de trocas, senão porque é a hegemonia do capital financeiro dos países centrais sobre a produção da “periferia”, como é o caso da América Latina, que estrutura o próprio sistema de preços internacional, fazendo com que a moeda nos países dependentes expresse menos o valor da hora de trabalho e mais a sua função na circulação interna do excedente e sua relação – a taxa cambial – com a moeda hegemônica.” OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado*. 1ª edição. São Paulo. Boitempo Editorial. 2003.

De qualquer forma, usando as ideias de Furtado ou Oliveira, entendemos que os países desenvolvidos reuniram condições históricas que permitissem seu desenvolvimento como a acumulação primitiva de capital como uma das principais características e fontes. Em contrapartida, os países subdesenvolvidos, no nosso caso, a América Latina, por conta desse comércio ditado pelos países desenvolvidos e pelos mecanismos de dominação impostos por estes, não conseguiu reunir excedentes. Pelo contrário, seus excedentes foram absorvidos pelas metrópoles ao longo dos séculos.

Quando chegamos ao século XX, as estruturas econômicas e sociais apontam para a permanência da produção de gêneros primários. Se uma nova fração da classe dominante toma o poder público, como aconteceu após a crise de 1929, e tem como objetivo o desentrelaçamento dessas estruturas e a realização do processo de desenvolvimento, então isso seria feito mediante a atuação de um elemento externo a essa burguesia, que sozinha não seria capaz de realizar esse empreendimento. Esse elemento é o Estado.

Isso significa que, na América Latina, o Estado se encontra sob forte pressão da própria classe capitalista para realizar inversões em infraestrutura e indústria pesada e para conceder subsídios a diversas atividades privadas. Esta pressão se estende inclusive ao subsidiamento da reprodução da reprodução da força de trabalho mediante financiamento da educação pública, do sistema de saúde, do transporte urbano de massas, da habitação popular etc. É claro que nestas demandas a classe dominante pode contar com o apoio dos beneficiários diretos, em geral a população urbana. (SINGER, 1988, p. 98)

Ao explicar a relação entre o Estado e frações da classe dominante, no que se refere a SUMOC, a professora Kuperman nos mostra como se dá o conflito e as relações de classe dentro do Estado:

Torna-se necessário ressaltar que não estamos considerando o Estado brasileiro como objeto, mas sim como um espaço onde se realizam as relações de classe. Portanto, ao identificar a SUMOC enquanto agência deste Estado admitimos que é também nela que se desenrolam instâncias de conflitos inerentes às relações políticas. Tais conflitos são produzidos pelos agentes, ou seja, representantes das classes sociais entendidas como bloco histórico. Este bloco constitui a base da hegemonia de uma classe, assim como esta hegemonia é a base da sustentação do bloco histórico. (KUPERMAN, 2008)²¹

²¹ Por hegemonia entendemos a liderança de uma classe sobre as outras do ponto de vista cultural e ideológico. Na presente dissertação entendemos hegemonia não somente por dominação da burguesia sobre o proletariado, mas principalmente como a construção do consenso em torno do projeto desenvolvimentista. Por bloco histórico entendemos a consolidação da hegemonia de uma classe dentro

No contexto da presente dissertação, a revolução de 1930 é apenas o começo da construção da hegemonia da nova fração da classe dominante uma vez no poder. Enxergamos isso de 1930 a 1937. O golpe dado por Vargas, a instauração da ditadura, censura e repressão política aos grupos opositores nos dá a mostra de que a construção dessa hegemonia está completa. Temos, a partir desse momento, a construção do bloco histórico. É a consolidação de um novo projeto que ganha forma. O projeto desenvolvimentista.

Conforme falamos antes, o Estado é o Estado burguês. É a representação dos interesses materiais de uma fração da classe dominante uma vez no poder. A ideologia dessa classe dominante é o pensamento tido como verdade por essa sociedade ou pelo menos por grande parte da intelectualidade da época. É a partir disso que o Estado começa a aumentar sua importância na economia e participar ativamente do processo de desenvolvimento. Vemos então, a partir da década de 1930, no Brasil, os primeiros contornos do que seria mais tarde chamado de ideologia desenvolvimentista. Força ideológica motriz do processo de industrialização brasileiro nas décadas seguintes.

No que se refere à formação do proletariado, o capitalismo clássico dissolve as formações sociais antigas para atender a demanda do novo modo de produção. É o que chamamos de processo de “cercamento dos campos”, que aconteceu principalmente nos países europeus entre os séculos XVI e XVIII. Como as fábricas não poderiam absorver todo o excedente que vinha do campo, formava-se então o exército industrial de reserva. Mesmo assim, nos países capitalistas mais desenvolvidos, a industrialização absorveu muito mais mão de obra que nos países subdesenvolvidos durante o mesmo processo.

Em países de desenvolvimento “retardado”, como o Brasil, independente da população urbana ser quantitativamente maior que nos países desenvolvidos e isso influenciar no baixo nível do salário dos trabalhadores, a exclusão da massa trabalhadora da cidadania se fez através do acesso a educação, uma vez que somente alfabetizados poderiam votar. Assim, mesmo o Brasil tendo sido um dos primeiros países do pós-guerra a permitir o voto feminino, a extensão dos direitos políticos continuou restrita porque a maior parte da população era analfabeta.

Nos países desenvolvidos, uma vez que a burguesia possuía capital para a realização do chamado desenvolvimento “original”, o Estado nesse contexto serve como

de uma determinada sociedade. KUPERMAN, Esther. Op. Cit., ver também GRUPPI, Luciano, *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro. Graal. 1978.

árbitro dos conflitos entre patrões e empregados, funcionando também como redistribuidor de renda. O caso contrário se dá nos países subdesenvolvidos de desenvolvimento “retardado”. Se a burguesia local não realizou a acumulação primitiva de capital e não possui capitais excedentes para deslanchar o processo de desenvolvimento, que exige muito mais do que esta é capaz de investir, ela necessitará novamente do elemento externo que falamos agora pouco: o Estado. Podemos perceber que

na América Latina, a burguesia acumula grande parte de seu capital, captando-o do Estado de diversas maneiras: crédito subsidiado, incentivos fiscais, preços mínimos. Venda de bens ou serviços ao Estado, protecionismo alfandegário ou cambial, concessão de serviço público etc. Grande parte da burguesia, principalmente a grande burguesia, deve suas origens a favores do Estado. Este a cria *ex nihilo*, favorecendo apaniguados e parentes dos eventuais detentores do poder. Assim como o Estado cria capitalistas do nada, ele os aniquila ao lhes retirar os subsídios, contratos, preços mínimos etc. A burguesia latino-americana compete pela renda no mercado, mas, ao mesmo tempo, um importante setor dela acumula e valoriza seu capital através do Estado. Para esse setor, estar em boas relações com os governantes é condição essencial de existência. E isso se aplica ao capital monopólico. (SINGER, 1988, p. 100)

Prova-se então que em nosso processo de desenvolvimento, “retardado”, diga-se de passagem, a burguesia necessita do Estado para realizar a industrialização. Os desdobramentos políticos são capazes de beneficiar ou mesmo arruinar determinados setores da economia.

No que diz respeito ao proletariado, este se encontra duplamente explorado. Primeiro porque seu salário é baixo e tende a permanecer baixo pelo grande exército industrial de reserva, algo estrutural nos países subdesenvolvidos, e segundo porque seu patrão depende das relações com o Estado para lidar com seu salário, ou seja, caso seu patrão não tenha boas relações com o Estado, o empregado não terá uma boa política salarial.

Nisso, temos que perceber que, se por um lado a burguesia demanda capital desse Estado na forma de subsídios, incentivos e outros elementos citados anteriormente, por outro também temos o proletariado pressionando-o por demandas como escolas, hospitais, seguridade social, etc. Esse é o maior conflito distributivo dentro desse Estado. Essa intensa pressão sobre as contas públicas que progressivamente veem a dificuldade de fecharem suas contas com superávit, geram as tensões inflacionárias, fazendo com que o Estado lance mão de uma ferramenta

monetária nociva como a emissão de moedas. Referimo-nos aqui a inflação que na América Latina deixou de ser apenas um simples componente da economia para se tornar um fenômeno econômico permanente, fazendo com que os governos façam suas contas somando a participação desta variável.

Conforme aumentam os gastos com infraestrutura e outros por conta do processo de desenvolvimento demandado por frações da burguesia, paralelamente os gastos sociais também aumentam por causa das demandas do proletariado que agora é maioria nas cidades e luta por avanços sociais, o Estado, deficitário, aumenta progressivamente os rombos do erário. Dessa forma, a inflação se descontrola fazendo com que a situação econômica ficasse insustentável, contaminando, inclusive, a situação política, que como consequência deflagraria o golpe de 1964. Isso se confirma porque os regimes autoritários se legitimam na medida em que se mostram ferramentas eficazes ao reprimir as massas populares que buscam melhores condições de vida, pressionando os gastos estatais e, ao mesmo tempo, realizando a estabilidade econômica com crescimento econômico.

Uma vez que os regimes autoritários iniciam seus governos com falta de “capital político”²², já que governam com ausência de liberdade democrática, precisam com mais rapidez que uma democracia redistribuir renda e os frutos do desenvolvimento econômico. Se isso não é feito, as pressões para sua queda aumentam significativamente. É a tal “presença potencial da democracia” de Singer. Voltaremos melhor a esse assunto ao comentarmos o golpe de 1964. Concentremo-nos agora na relação entre democracia, capitalismo e desenvolvimento no Brasil.

Reconhecemos a relação intrínseca entre capitalismo industrial e democracia quando falamos nos países desenvolvidos. Porém, ainda que de forma frágil, podemos comentar a existência dessa relação aqui no Brasil também, apesar de seu subdesenvolvimento.

A revolução de 1930 lança as bases do processo de desenvolvimento econômico como também da extensão da cidadania. Lembremos que não somente oligarquias dissidentes apoiaram a derrubada da oligarquia cafeeira, também a nova classe média e os operários estavam interessados numa política que estendesse a cidadania a outros grupos.

²² Singer usa o termo “déficit político”.

O regime democrático iniciado com a Constituição de 1934 avançou significativamente nas questões sociais. Salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, repouso semanal remunerado, férias anuais e indenização, trabalhador dispensado sem justa causa, previdência social, dentre outros elementos, são mostras de que o regime democrático parecia avançar. Isso não foi adiante. Em 1937, as rebeliões provocadas por comunistas deram as justificativas necessárias para que Vargas deflagrasse um golpe de Estado.

Usando as relações entre capitalismo industrial e democracia que vimos até agora, percebemos que um proletariado desprovido de tudo e somente com a força política como alternativa é capaz de obter avanços sociais e liberdade política que se traduzem no sistema democrático. Isso é correto quando falamos das nações desenvolvidas. No que se refere a nações subdesenvolvidas, como o caso aqui estudado, o Brasil, o mesmo não ocorre. No decorrer da década de 1930, o país contava com uma incipiente classe trabalhadora urbanizada. O grosso da classe trabalhadora se concentrava nas áreas rurais, completamente analfabeta e subordinada a coronéis, que usam essa massa para manobra política em troca de pequenos favores em época de eleição. Podemos afirmar, então, que se a classe trabalhadora estava dividida e sem condições de pressionar o sistema político, seja por direitos políticos e cidadania, seja por avanços sociais dificilmente o sistema democrático montado terá forças para reagir a tensões internas da economia, política e sociedade. O que explica sua curta duração. De qualquer forma, o golpe de 1937 de nenhuma forma deve ser entendido como reacionário, muito pelo contrário, este afirma as conquistas sociais conseguidas durante o governo anterior, o governo democrático instaurado em 1934.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a economia brasileira conheceu potente surto de desenvolvimento, com o Estado assumindo pela primeira vez a função de concentrador e acumulador de capital industrial. Iniciou-se por iniciativa estatal, a implantação da grande siderurgia e da indústria petrolífera. Os índices de urbanização e de proletarização avançavam paralelamente, mudando a estrutura de classes no país. (SINGER, 1988, p. 106)

Apesar de todo esse surto desenvolvimentista, a ditadura de Vargas é derrubada em 1945. A explicação de sua derrubada não deve usar os argumentos aqui expostos, como a relação entre capitalismo e democracia. Se a democracia funciona como sombra pra regimes democráticos, já demonstramos aqui que a sociedade brasileira ainda tinha

a maior parte da classe trabalhadora. Também não podemos usar os argumentos de que a economia tenha sido um dos elementos que derrubou Vargas. A economia ia muito bem. O Brasil era credor das economias mais diretamente envolvidas no conflito militar recém-terminado. O que justifica a derrubada da ditadura de Vargas é a contradição política entre a luta ao lado de democracias contra ditaduras totalitárias conciliadas com o fechado regime interno. Uma vez perdido o apoio dos militares, Vargas perde a legitimidade.

A segunda metade da década de 1940 mostra uma nova onda de democratização na política mundial. Diversos países europeus, cujos regimes totalitários foram derrubados, se tornam novamente democracias. A América Latina parece também experimentar esses ventos democráticos.

A nova experiência democrática brasileira, iniciada logo após a segunda guerra, mostra um fôlego maior. Dura quase vinte anos (1945-1964). Conforme a citada relação entre capitalismo e democracia, a cada vez mais numerosa classe operária presente nas zonas urbanas pressionaria os aparelhos políticos para que suas demandas fossem atendidas. Dentre as reivindicações podemos colocar como uma das principais a reposição do poder de compra perdida com o surto inflacionário presente no final do Estado Novo.

O sistema eleitoral dessa vez beneficiaria a camada urbana da população. Excluídos do sistema eleitoral por conta do analfabetismo, os trabalhadores rurais não puderam participar das eleições, fazendo com que o peso político se concentrasse nas camadas urbanas. Com poder de voto, ainda que minorias da população, as classes trabalhadoras urbanas, ao pressionarem por avanços sociais, acabaram por fortalecer o jogo populista, indiretamente beneficiando parte dos herdeiros políticos de Vargas. Isso explica parcialmente porque na maioria desses 19 anos de democracia a cena política brasileira foi dominada por populistas.

O que marcou esta experiência democrática foi, sobretudo o desenvolvimento capitalista, comandado pelo Estado, mas com crescente participação das empresas multinacionais. Foram quase 20 anos de intensa industrialização, rápida urbanização da população e consequente fortalecimento das classes sociais urbanas: burguesia e proletariado industriais. O Estado aproveitou a reabertura do mercado mundial e a consequente recuperação das exportações brasileiras para confiscar – via política cambial – grande parte do excedente da oligarquia agroexportadora, que encaminhou – também via de câmbio – ao capital industrial. A burguesia industrial não só enriqueceu fabulosamente, como gerou uma ideologia – o *desenvolvimentismo* – que identificava seus

interesses de classe com os da sociedade como um todo. Em nome do “desenvolvimentismo” foi possível ao Estado – sobretudo no mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961) – se apropriar de parcela ponderável do excedente social, para aplicá-lo em empresas estatais e repassá-lo, como subsídio, a indústrias privadas. Surgiu uma grande burguesia industrial, comercial e financeira por obra e graça do Estado. Cerraram-se os laços entre o Estado, o grande capital estatal e o grande capital privado. Neste último, o capital multinacional passou a ter cada vez mais presença. (SINGER, 1988, p. 107)²³

O desenvolvimento capitalista brasileiro somente foi possível graças à efetiva participação do Estado que comandou esse processo. De um lado, comandava serviços de utilidade pública como energia elétrica, transporte urbano, telefonia, gás e controlava a indústria de petróleo. Em contrapartida, o capital privado estrangeiro era incentivado a fazer parte, dominar mesmo, os setores como indústria automobilística, naval, química e de aparelhos elétricos. Esses mecanismos de ativa participação do Estado em um setor e controle do capital privado em outros faz parte do pensamento desenvolvimentista. Se pudermos destacar, a corrente desenvolvimentista nacionalista era a que mais enfatizava controle do setor energético, tido como fundamental para a soberania do Estado.

O desenvolvimentismo estava dividido em correntes ideológicas. As duas principais era a desenvolvimentista nacionalista e a não nacionalista. A primeira argumentava que o subdesenvolvimento, ou melhor, o atraso brasileiro, derivava de problemas nas suas estruturas econômicas e sociais arcaicas, que deveriam ser modificadas. Seu principal articulador foi Celso Furtado. A corrente desenvolvimentista não nacionalista colocava que o atraso brasileiro somente se resolveria com intensa participação do capital privado nacional e estrangeiro e que o controle da inflação era uma das principais ferramentas, sem a qual o desenvolvimento não se sustenta. Seu principal intelectual foi Roberto Campos.

Seja como for, as duas correntes contribuíram significativamente para os quadros intelectuais e políticos durante o breve período de desenvolvimento econômico experimentado pelo país. Na sua essência, buscavam a mesma coisa: o desenvolvimento econômico do capitalismo brasileiro mediante a intervenção estatal como solução para tirar o Brasil da “periferia” do capitalismo internacional. As correntes supracitadas serão pormenorizadas nos capítulos posteriores.

Sendo assim, continuemos com a análise de Singer sobre a inflação:

²³ Grifo do autor.

Mas a industrialização acelerada tem um preço, pago no início (1945-1954) pelo setor agroexportador. Após a Guerra da Coréia, porém, a relação de intercâmbio piorou para o Brasil, o que tornava cada vez mais difícil financiar a acumulação pelo então chamado “confisco cambial”. Este passou a inibir as exportações, ameaçando estrangular o crescimento pela escassez de divisas para importar bens de capital e insumos. Procurou-se então substituir a oligarquia agroexportadora pelo proletariado, como fonte de excedente acumulável, o que se fez pela inflação. No período JK, os enormes investimentos estatais foram em parte financiados por emissões de moeda. Era um imposto indireto lançado sobre rendas fixas, das quais as mais importantes eram os salários. A inflação crescente operava redistribuição de renda dos credores aos devedores, dos locadores aos inquilinos e dos assalariados aos capitalistas – além e acima do “imposto inflacionário” representado pelas emissões. (SINGER, 1988, p. 108)

A partir do que foi exposto, entendemos que o processo de desenvolvimento econômico que acontecia, porém, não era feito sem empobrecer ainda mais a classe trabalhadora. Nos países desenvolvidos a industrialização capitalista teve como consequência uma redistribuição de renda através da organização da classe trabalhadora. O contrário parecia acontecer no Brasil durante seu processo de desenvolvimento “retardado”. O principal elemento responsável pela não distribuição de renda seria a inflação, usada pelo governo como ferramenta para concentrar ainda mais a renda nas mãos do empresariado, viabilizando, dessa forma, a acumulação necessária à industrialização.

Aos poucos a teoria estruturalista da CEPAL vai perdendo força bem como a dos desenvolvimentistas nacionalistas. As experiências históricas vividas pela América Latina provavam isso. Segundo Mantega:

(...) a teoria cepalina arquitetou um plano de transformações econômicas para a América Latina na base da intervenção estatal em prol da industrialização e da valorização das atividades voltadas para o mercado interno. Essas medidas deveriam modificar a estrutura econômica da periferia, propiciando a elevação e a retenção da produtividade e, finalmente, resultar em alterações na estrutura social e política a partir da extensão dos benefícios do desenvolvimento para a maioria dos grupos sociais. Mas, será que a plena realização das relações de produção capitalistas conduziria, automaticamente, aos benefícios sociais postulados pela CEPAL? Na prática, a resposta revelou-se negativa à medida que aumentavam a concentração de renda e as desigualdades sociais dessas populações ao longo dos anos 50, apesar da industrialização em curso, levando a CEPAL a repensar suas teses e a se preocupar mais diretamente com os problemas sociais e políticos. (MANTEGA, 1987, ps. 41 e 42)²⁴

²⁴ MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 4ª Edição. Polis/Vozes. RJ, 1987. P. 41/42.

Agora entendemos porque as oligarquias dissidentes, ao tomarem o poder em 1930, decidem por medidas anticíclicas, ou melhor, políticas de contenção de crises. Aparentemente parece um contrassenso por parte de Vargas ajudar a derrubar a oligarquia no poder e pouco tempo depois tomar medidas para salvar financeiramente essa oligarquia arruinada. Ao criar o Instituto do Café e manter o funcionamento da economia cafeeira, o governo tinha objetivo impedir o aumento da crise. Uma vez que essa elite arruinada foi salva da crise, quer dizer, uma vez que o setor agroexportador mantinha-se funcionando, as verbas para iniciar a industrialização poderiam sair desse setor.

Precisamos recorrer a Furtado para entender esse processo contraditório em que Vargas ajuda a derrubar uma oligarquia cafeeira, mas ao chegar ao poder continua a valorização do café. Furtado nos explica que sendo uma economia agrário-exportadora, o Brasil, naquele momento, dependia majoritariamente da venda do café no mercado internacional. E ao iniciar um processo de desmonte rápido dessa economia exportadora de gêneros primários, isso causaria uma onda absurdamente alta de desempregados e demoraria muito mais para tirar o país da crise. Observemos o que Furtado afirma:

A solução que à primeira vista pareceria mais racional consistia em abandonar os cafezais. Entretanto, o problema consistia menos em saber o que fazer com o café do que decidir quem pagaria pela perda. Colhido ou não o café, a perda existia. Abandonar os cafezais sem dar nenhuma indenização aos produtores significava fazer recair sobre estes a perda maior. Ora, conforme já vimos, a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores. Seria de esperar, portanto, que se buscasse por esse lado a linha de menor resistência. (...) O caso reflete aproximadamente a experiência brasileira dos anos da depressão, quando os preços pagos ao produtor de café foram reduzidos à metade, permitindo-se, entretanto, que crescesse a quantidade produzida. A redução da renda monetária, no Brasil, entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, se situa entre 25 e 30 por cento, sendo, portanto, relativamente pequena se compara com a de outros países. Nos EUA, por exemplo, essa redução excedeu a 50 por cento, não obstante os índices de preços por atacado, desse país, tenham sofrido quedas muito inferiores às do preço do café no comércio internacional. A diferença está em que nos EUA a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse de destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos,

em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. (FURTADO, 1971)²⁵

Furtado está narrando as políticas preconizadas por Vargas durante a década de 1930 para proteger a economia gerada pelo café. Aparentemente, vemos uma contradição aqui. A revolução de 1930 derruba a elite cafeeira, coloca Vargas no poder e este realiza uma proteção da economia cafeeira. Os comentários de Furtado nos elucidam que, a primeira vista, abandonar os cafezais parece a solução mais lógica a fazer quando este setor da economia vai mal por causa da crise de 1929. Se a nova classe política uma vez instalada no poder tivesse feito isso, o país talvez tivesse demorado ainda mais para sair da crise. Por isso, Furtado comenta que foi a decisão mais acertada continuar colhendo o café e pagando os empregados desse setor da economia. Não à toa que Furtado comenta que, já em 1933, a renda nacional volta a crescer no Brasil, enquanto nos EUA isso somente se daria em 1934.²⁶

Após a Segunda Guerra, com o mercado mundial reaberto, o setor agroexportador ganha novo fôlego. Daí pode-se entender que o “confisco cambial” funciona. É o capital agroexportador financiando indiretamente o capital industrial. Com a piora do câmbio a partir da Guerra da Coréia, na década de 50, o setor agroexportador não pode mais ser taxado e nem sobrecarregado. Não ao acaso que vemos o governo adotar políticas inflacionárias para que camadas da população com renda fixa, ou seja, em sua maior parte trabalhadores, financiem o projeto desenvolvimentista.

Quanto ao movimento operário, vemos uma grande ascensão por conta dessa política inflacionária. O conflito distributivo a favor dos industriais encarecia significativamente a vida dos trabalhadores. A ascensão do movimento operário coincide com esse momento na década de 1950. Outro fator que iria contribuir para a maior mobilização foi a estreita ligação de Vargas e do PTB com as centrais sindicais, ainda que o número de sindicatos “pelegos” fosse alto.²⁷

²⁵ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 11ª edição, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1971.

²⁶ Furtado. Op. Cit.

²⁷ SINGER. Op. Cit.

O aumento de 100% no salário mínimo foi uma das últimas manobras de Vargas e do populismo brasileiro antes do golpe de 1964. Apesar de ter recuperado parte do poder de compra da classe trabalhadora, ficou a indisposição com o empresariado cujos interesses foram prejudicados.

Se havia impasse econômico, em contrapartida, havia uma pequena estabilidade política simbolizada pelo governo de JK. A partir de 1961 é que vemos ruir aos poucos todo o pacto populista montado no pós-guerra. Com Quadros no poder, as políticas econômicas necessitavam de ortodoxia e corte de gastos, o que foi inicialmente tentado pelo presidente. Pelo menos era o que admitia a ortodoxia econômica da época.

Se a situação econômica não era resolvida porque o conflito distributivo não era debelado, acrescenta-se a péssima situação política com a posse do vice-presidente após a renúncia de Quadros, que buscava reunir mais capital político através de sua renúncia.

Militares, empresariado e a classe média mais conservadora não aceitavam a ideia de Goulart, um político com estreito compromisso com as bases sindicais, assumir a liderança do Poder Executivo. A situação econômica contaminava ainda mais a situação política.

O importante é que o conflito distributivo conduzia a um impasse, que deteve o crescimento econômico e ao mesmo tempo provocou uma polarização político-ideológica cada vez mais forte. O centro desenvolvimentista, chefiado por JK (candidato às eleições presidenciais de 1965), perdia apoio pelos dois lados: uma parte de seus partidários, amedrontada pelo fantasma do “comunismo”, sistematicamente exorcizado pela grande imprensa, aderiu à direita golpista; outra parte, impressionada pela ameaça à democracia representada pela arregimentação golpista, se juntava à esquerda. Esta se encontrava, em sua maioria, disposta a defender a democracia, mas o conflito distributivo impedia uma aliança efetiva com o centro como um todo. Sua plataforma de “reformas de base” – reforma agrária, reforma urbana, restrição às remessas de lucro – soava radical e alienava a burguesia desenvolvimentista. (SINGER, 1988, p. 109)

A polarização entre os civis também foi feita paralelamente entre os militares. De um lado, boa parte dos cabos e sargentos apoiava Goulart, enquanto que boa parte dos oficiais decidia-se pelo golpismo. O principal motivo que levou oficiais ao golpismo foi o claro apoio de Goulart a greve de cabos e sargentos, encarado pelos oficiais como quebra de hierarquia.

Se somarmos elementos como a crise inflacionária, impasses produzidos pelo conflito distributivo, progressiva mobilização da classe trabalhadora, conservadorismo por parte das classes médias e do empresariado, todos esses principais elementos

agrupados, é que temos a deflagração do golpe militar, consumado em 31 de março de 1964, enterrando o pacto populista e a democracia por cerca de 20 anos.

Passemos agora para a visão de desenvolvimento usado por Bresser Pereira, um autor não marxista, e como é analisado o processo de desenvolvimento brasileiro ao longo das décadas de 1930 à 1960.

1.2 A visão de desenvolvimento de Bresser Pereira

Conforme o Professor Bresser afirma o desenvolvimento econômico não se dá apenas em uma dessas áreas ou estruturas de um país.

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. (...) Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. (PEREIRA, 1987)

Temos aqui então uma das mais importantes características do desenvolvimento: seu caráter global. Para ser desenvolvimento, este precisa acontecer em todas as estruturas de um país. Se houve crescimento de apenas um desses setores, então não houve desenvolvimento. “Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento.”²⁸ Um exemplo que será bastante repetido ao longo da presente dissertação é a imensa transformação econômica atravessada pelo Brasil, que não foi acompanhada de uma modificação social e nem política. “As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não

²⁸ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983. 15ª edição. Editora Brasiliense. 1987. SP.

deixaram traços.”²⁹ Ou seja, modificações que se verifiquem em apenas um dos setores pode ser perdidas se não forem acompanhadas pela melhora dos demais setores.

Para melhor entendermos o significado de desenvolvimento econômico, o Professor Bresser Pereira nos explica o que seria sistema social, ou seja, o objeto que sofre as transformações trazidas pelo desenvolvimento econômico. Vejamos:

Um sistema social é constituído de relações tanto econômicas como sociais e políticas. E como a própria expressão “sistema” sugere, essas relações são interdependentes, de forma que, quando algumas relações sofrem alterações, as outras receberão necessariamente as influências das modificações havidas. Ora, quando falamos em desenvolvimento, temos sempre como objeto um sistema social determinado, o qual se localizará geograficamente em uma região, um país, um continente. Será sempre, porém um sistema social. Suas partes, portanto, serão interdependentes. Quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão na estrutura política e social e vice-versa. Se a repercussão for pequena, se o crescimento da renda, por exemplo, não for acompanhado de transformações políticas e sociais, isto será sinal de que aquele crescimento da renda não foi significativo para o desenvolvimento, não podendo ser considerado como tal. (PEREIRA, 1987, p. 20)

Essa última explicação se aplica ao que acontecia no Brasil no final dos anos 50 e começo dos anos 60. A própria CEPAL, desde sua criação em 1949, buscava orientar os países latinos no sentido de buscar a industrialização via intensa participação estatal e do capital estrangeiro como uma forma de sair do subdesenvolvimento. Quando chegamos ao período mencionado acima, no começo dos anos 60, vemos uma crise desse modelo de desenvolvimento. Realmente alguns países latinos, sobretudo o Brasil, haviam alcançado um desenvolvimento industrial formidável, porém, não se viam significativas melhoras nos indicadores sociais.

Temos então uma prova de que o professor Bresser Pereira acerta ao comentar o caráter global do processo de desenvolvimento. As transformações econômicas devem ser acompanhadas de transformações estruturais também nos campos sociais e políticos.

“O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que geralmente, se usa a expressão “desenvolvimento econômico” como sinônimo de “desenvolvimento””.³⁰ Temos uma

²⁹ Op. Cit.

³⁰ Op. Cit.

concordância aqui. Ao colocar a elevação do padrão de vida da população como uma das consequências mais importantes do desenvolvimento, Bresser Pereira faz praticamente as mesmas afirmações que Furtado no seu livro “A Pré-revolução Brasileira”. Furtado concorda com Bresser Pereira e faz as mesmas afirmações que Mantega. Quando começa a década de 60, o Brasil havia alcançado um processo de maturação de seu modelo de industrialização, porém, não se verificava elevação do padrão de vida da população. Por isso Furtado reclama a necessidade de se fazer reformas sociais e principalmente políticas. Somente com essas reformas que o Brasil poderia continuar com seu processo de desenvolvimento econômico.

No processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante. Mas o setor político pode transformar-se, em determinados momentos, no foco dinâmico do processo de desenvolvimento, como, paradoxalmente, aconteceu nos países comunistas. Esses fenômenos, porém, revestem-se sempre do caráter de exceção. A regra geral é que o desenvolvimento tenha como aspecto dominante de seu processo a transformação econômica e como resultado por excelência o crescimento do padrão de vida da população no seio da qual ocorre o desenvolvimento. (PEREIRA, 1987)

Existem casos em que o setor político adquire importância fundamental dentro do processo de desenvolvimento, às vezes mais importante que o econômico. Porém, como Bresser Pereira explica, isso acontece nos países comunistas. Em se tratando de Brasil, país capitalista subdesenvolvido e industrializado, essa análise não pode ser aceita. Aqui, mais importante que o político é o desenvolvimento econômico e seus desdobramentos. Eventos institucionais e políticos importantes, como a abolição da escravidão em 1888 e a chegada da República em 1889, abalam a estrutura socioeconômica, mas não o suficiente para deslanchar o processo de desenvolvimento.

Vejamos então de que forma Bresser Pereira nos coloca a elevação do padrão de vida.

Falamos, propositadamente, em padrão de vida e não em renda *per capita*. A melhoria dos padrões de vida, o aumento do bem-estar, este é um objetivo universalmente aceito pelas sociedades modernas. Torna-se, pois, muito mais significativo identificar-se o desenvolvimento com o aumento do padrão de vida. Por outro lado, embora a renda *per capita* seja uma medida do padrão de vida, é uma medida muito deficiente. Muitas vezes cresce a renda *per capita* sem que haja aumento do padrão de vida, a não ser para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Quando isso acontece, é provável que não tenhamos transformações políticas e sociais, o crescimento da renda terá sido aleatório e instável, é certo que não poderemos falar em desenvolvimento econômico. (PEREIRA, 1987)

Esse era o maior alerta de Furtado no seu livro já citado “A Pré-Revolução Brasileira”. Furtado enxergava um país que caminhava a passos largos para uma maior integração com o sistema capitalista global e um grande desenvolvimento industrial. Porém, em seu outro livro, “Dialética do Desenvolvimento”, alertava para a necessidade de outras reformas. Por exemplo, afirmava que somente a reforma política poderia fazer com que a massa trabalhadora não fosse mais refém tanto de oligarquias políticas quanto de líderes populistas. Ou seja, havia a necessidade de outras reformas que pudessem permitir a integração da população como um todo nos benefícios trazidos pelo desenvolvimento experimentado. Prova-se então que CEPAL, Bresser Pereira e Furtado concordam que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro foi incompleto, havendo a demanda de outras reformas estruturais que pudessem deslanchar de fato o desenvolvimento.

Para que ocorra realmente um processo de desenvolvimento, a melhoria do padrão de vida da população deverá tender a ser automática, autônoma e necessária. Essa melhoria será automática no sentido de que o processo de desenvolvimento econômico passará a se gerar a si mesmo. Quando, por exemplo, um país atinge o estágio de capitalismo comercial, o reinvestimento estimulado pelo lucro torna-se a regra, o desenvolvimento se automatiza. Quando atingimos um estágio capitalista mais avançado, já de caráter industrial, o desenvolvimento tende a tornar-se não só automático, mas necessário, na medida em que o reinvestimento e o crescimento das empresas tornam-se uma condição de sobrevivência das mesmas. A tendência à autonomia do crescimento da renda, que geralmente caracteriza o desenvolvimento econômico, diz respeito ao fato de que, uma vez iniciado, o desenvolvimento tende não só a gerar-se a si mesmo de forma necessária, mas também a encontrar dentro de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado interno, seus próprios fatores dinâmicos. (PEREIRA, 1987)

Isso não acontece no Brasil. As transformações econômicas sofridas pela nossa economia poderiam ter levado a alguma elevação da renda, mas não foi o suficiente para elevar o padrão de vida da população como um todo. Além disso, não foram criadas as condições básicas para que nosso desenvolvimento fosse automático e muito menos autônomo. Enquanto que nos países desenvolvidos as transformações econômicas e sociais caminharam no sentido de incrementar a produção, aumentar a tecnologia, libertar a mão de obra servil e elevar seu padrão de vida, o contrário ocorreu nos países subdesenvolvidos, sobretudo no Brasil. Aqui, nossas estruturas coloniais e arcaicas, até meados do século XIX, sempre desencorajaram o rompimento de laços servis/escravistas, o modelo agrário exportador e sua dependência do capitalismo expansionista europeu.

Quando se tentou mudar o modelo econômico, de exportador de gêneros primários e liberal para industrial, urbano e “voltado para dentro”, obteve-se pouco sucesso neste intento. O processo de substituição de importações, a compra de maquinário, as políticas populistas³¹ dentre outros elementos, criaram distorções monetárias, cambiais e inflacionárias bastante graves. Isso prova o quanto era difícil para uma nação periférica se desenvolver seguindo o modelo de industrialização capitalista com intensa participação do capital estrangeiro.

O modelo desenvolvimentista falhava em suas análises. A América Latina continuava refém dos ciclos econômicos dos países desenvolvidos, funcionavam como meros apêndices dessas economias e suas populações continuavam com baixo padrão de vida.

Concebido dessa forma restritiva, segundo a qual não só as transformações devem ser ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais, como também o resultado mais direto é o aumento do padrão de vida da população, e esse aumento é automático, autônomo e necessário, ou seja, autossustentado, o conceito de desenvolvimento torna-se historicamente situado. Todas essas condições só se conjugam quando, em um determinado país ou região, as relações e as técnicas de produção adquirem cunho predominantemente capitalista ou socialista; quando o Governo da sociedade, a administração da produção e a própria convivência social deixam de ser regidos por critérios tradicionais e se enquadram no espírito do racionalismo; quando finalmente, a riqueza social básica não é mais a terra, como é próprio dos sistemas econômicos tradicionais, ou mesmo as mercadorias, como acontece com o capitalismo comercial, e sim o capital investido em prédios e equipamentos destinados à produção, como acontece no socialismo ou capitalismo industrial. (PEREIRA, 1987, p. 21)

Temos aqui um dos elementos mais importantes do desenvolvimento. Este processo é histórica e geograficamente situado. Não basta que ocorra crescimento econômico, evolução tecnológica ou elevação do padrão de vida. Mesmo a reunião desses fatores não pode caracterizar o desenvolvimento econômico. Para que este processo ocorra, é necessário o fim das relações de trabalho servis/escravistas e o fim das estruturas feudais como um todo.

Por estas condições dadas é que não podemos falar em desenvolvimento econômico em Portugal no período auge das navegações do século XVI, na América

³¹ Dentre os autores analisados aqui, Roberto Campos e Celso Furtado estão entre os que comentam as políticas populistas das décadas de 1930 até 1960 como um dos elementos desfavoráveis ao desenvolvimento.

portuguesa do século XVIII, período de grande urbanização e crescimento econômico e do mercado interno, enfim, podemos citar várias circunstâncias históricas que costumam servir de exemplo de grande desenvolvimento. Uma dessas circunstâncias é o período da segunda metade do século XIX até a década de 1930 aqui no Brasil, visto por muitos como de grande desenvolvimento. De fato observamos nesse período a transição de uma economia escravista para uma economia liberal agrária. Porém, isso não pode ser caracterizado como desenvolvimento apenas pela destruição da escravidão enquanto modelo de mão de obra. Esse período citado nada mais é do que um dos grandes subsídios para o grande processo transformador das estruturas a partir de 1930.

Bresser Pereira explica melhor isso ao continuar sua análise:

Nestes termos, não tem sentido falar-se em desenvolvimento da Grécia antiga ou do Egito dos Faraós. Da mesma forma, não podemos falar em desenvolvimento no Brasil na época do ciclo da cana ou do ouro. Nesses momentos houve sem dúvida aumento da riqueza, o qual, todavia, beneficiou em regra a apenas uma elite. As transformações sociais e políticas decorrentes não se revestiram de maior importância, não chegando a mudar a estrutura social ou o sistema de poder daquelas regiões, e faltou a esses aumentos de riqueza qualquer caráter automático, autônomo e necessário. Não houve, portanto desenvolvimento, no sentido moderno da palavra, no sentido que estamos usando. (PEREIRA, 1987)

Para ficarmos somente no exemplo do Brasil enquanto colônia, a exploração do ouro, citada por Bresser Pereira, durante todo o século XVIII realmente trouxe mudanças importantes para a economia local. Porém, não se observou melhora do padrão de vida da população da colônia de uma forma geral e muito menos desenvolvimento tecnológico. O mercado interno foi desenvolvido, mas não ao ponto de ser um elemento importante. O que significa que esse mercado interno, apesar de aumentado, não era o suficiente para que o desenvolvimento pudesse se apoiar nele e ser automático, autônomo e necessário. Essa melhora apenas fez com que nossa economia colonial caminhasse sem demandas criadas em Portugal.

Daremos agora uma pequena pausa nas análises de Bresser Pereira para tentar provar porque o Brasil não reunia, antes de 1930, as condições para seu desenvolvimento econômico.

Costuma-se comentar que o período auge da produção aurífera é de desenvolvimento da colônia. Bresser Pereira diz que não podemos identificar desenvolvimento nesse momento. Vejamos de que forma podemos explicar esse

processo. Houve uma série de mudanças, mas nenhuma delas, mesmo que agrupadas, poderiam levar ao desenvolvimento. Jorge Caldeira nos afirma que a produção aurífera e as reformas pombalinas permitiram que a colônia reunisse condições de que sua economia caminhasse com as próprias pernas, ou seja, sem estímulos da metrópole portuguesa. Vejamos:

No fundo, acontecia uma separação definitiva do ritmo colonial em relação ao da metropolitana. Em outras palavras, uma independência econômica efetiva do Brasil. Obviamente, tal suposição jogaria por terra a lógica inerente ao sistema colonial – mas também uma ideia que sobreviveu a ele: a ideia de que o setor interno da economia brasileira tinha um ritmo que era apenas o reflexo do desempenho dos produtos exportados. (CALDEIRA, 1999)

Mais a frente Caldeira afirma: “Também os marxistas têm aí um problema: sendo a economia definida como colonial e montada para favorecer a Metrópole, fica difícil entender como a Colônia se desenvolve e Lisboa se desespera.”³²

Resta-nos seguir o raciocínio de Caldeira:

A ideia alternativa seria a de considerar que a economia brasileira, já a partir do século XVIII, poderia estar andando pelas próprias pernas. Teria então uma trajetória construída na oposição explícita aos desígnios de seus dirigentes, inclusive no que se refere ao essencial: acumular capital suficiente para sustentar seu crescimento. Mais ainda, deveria basear esse crescimento em seu mercado interno, nas frestas deixadas em aberto. (CALDEIRA, 1999)

Podemos deduzir então que o Brasil começa, já no século XVIII, a construir um dos pressupostos que Bresser Pereira tanto fala para que o desenvolvimento aconteça: o mercado interno.³³

Quem confirma a tese de Caldeira é o marxista João Fragoso.

Os números (...) demonstram algumas coisas. A mais importante delas é que a economia colonial é um pouco mais complexa que uma *plantation* escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais. (...) Mais que isso, a complexidade da economia colonial é verificada pela capacidade

³² CALDEIRA, Jorge. A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil -. SP. Editora 34. 1999. Caldeira aqui faz uma crítica aos escritores de orientação marxista Caio Prado Jr., Jobson Arruda e Fernando Novais, segundo os quais, a economia colonial respondia somente aos estímulos e demandas das economias europeias. Já em meados do século XVIII, o Brasil não mais respondia somente aos estímulos exógenos, sendo o mercado interno também importante.

³³ Op. Cit. P. 240.

(além da elasticidade da agroexportação frente às conjunturas internacionais) de aumentar suas receitas das produções de abastecimento, mesmo em épocas de queda dos preços internacionais e de retração da agroexportação. Este fenômeno nos informa, através de uma situação limite, a possibilidade de realização de acumulações endógenas no espaço colonial. (FRAGOSO, 1992, p. 23)³⁴

Devemos ter o cuidado de afirmar que somente podemos trazer essa análise para a situação do Rio de Janeiro. Não podendo levar essa mesma explicação para outras regiões do Brasil colonial. Ao longo do século XIX, o Brasil também experimentaria novos movimentos transformadores em sua estrutura, mas da mesma forma não podemos observar desenvolvimento aí. O próprio Bresser Pereira nos fala desses antecedentes.

Estes antecedentes podem ser encontrados, em primeiro lugar, no desenvolvimento da cultura do café, que tem lugar no Brasil a partir de meados do século XIX. O ciclo do café tem características diversas do ciclo do açúcar ou do ouro. Entre elas a diferença fundamental, além da circunstância de o ciclo do açúcar e do ouro haverem ocorrido em plena época colonial, está o fato de que com o café começa a ser usado em grande escala o trabalho assalariado, ao invés do trabalho escravo. Os grandes cafeicultores descobrem rapidamente que era mais econômico pagar pelo trabalho dos colonos, geralmente através de um sistema de meação, do que usar escravos, quando se tratava de produzir café. Surge, assim, em grande escala no Brasil, fora dos centros urbanos, o trabalho remunerado, que permitirá a formação de um incipiente mercado interno. Abre-se uma brecha no sistema agrário tradicional brasileiro, de caráter semifeudal, com as fazendas constituindo-se centros relativamente autossuficientes no que diz respeito ao consumo de seus escravos e agregados. Desenvolve-se o mercado interno. Começam a surgir as condições básicas para a instalação de uma indústria nacional orientada para o mercado interno. (PEREIRA, 1987)

Se seguirmos o modelo de desenvolvimento explicado aqui, não poderemos também colocar a segunda metade do século XIX como de desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, não falamos em elevação do padrão de vida da população; não temos reinvestimentos em capital industrial e nem comentamos que se usa somente mão de obra livre. A mão de obra escrava ainda era dominante. Embora Bresser Pereira deixe claro que as condições para o surgimento do processo de desenvolvimento estivessem cada vez maiores, vários são os obstáculos ao desenvolvimento.

³⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 1992, p. 23.

Ainda no campo econômico, temos como antecedentes da Revolução Industrial Brasileira, o desenvolvimento da indústria têxtil, a partir dos anos cinquenta do século XIX; o surto industrial que ocorre nessa época é marcado pela figura de Mauá; a instalação de um sistema de transporte ferroviário, ainda que totalmente destinado a servir às necessidades de exportação e não às de integração econômica nacional; o aparelhamento da infraestrutura econômica em geral no país (não só ferrovias, mas portos, usinas hidrelétricas, sistemas de comunicações), tornado possível com a prosperidade trazida pelo café. (PEREIRA, 1987)

O surto industrial verificado ao longo da segunda metade do século XIX e que continuaria no começo do século XX é uma das principais mostras de que o país estava cada vez mais aberto ao capitalismo e suas práticas. Não podemos esquecer que grande parte dessa montagem da infraestrutura, mesmo aquela que o empresário Mauá participou, visava basicamente à exportação de gêneros primários, ou seja, nosso capitalismo nascia e se formava completamente dependente de suas relações econômicas com o capitalismo europeu e/ou norte-americano.

Também vemos práticas mais modernizantes em outras áreas.

No campo político e social, temos como antecedentes da Revolução Nacional Brasileira, entre outros fatos (...) a constituição do Exército Nacional, especialmente a partir da Guerra do Paraguai, como uma organização essencialmente de classe média, em oposição às origens aristocráticas da Marinha; a Proclamação da República, permitindo que durante uns poucos anos, até a eleição de Prudente de Moraes, a aristocracia agrária e comercial brasileira fosse substituída no poder por grupos de classe média; e as revoluções que nos anos vinte abalam a Primeira República, evidenciando a insatisfação que grassava em amplas camadas da população brasileira, e que resultaria na Revolução de 30. (PEREIRA, 1987)

As transformações políticas do final do século XIX e as do começo do século XX nos mostram uma séria tentativa de afastar do poder a oligarquia tradicional. Como Bresser Pereira vai explicar mais tarde, o afastamento do poder desta oligarquia é uma das condições do processo de desenvolvimento, porém, fica claro aqui que tal afastamento é temporário. Essa oligarquia tradicional logo retornaria ao poder com Prudente de Moraes e novamente colocaria as estruturas econômicas e políticas para servir aos seus interesses, como a exportação de café.

Continuemos então nosso assunto de antes, o conceito de desenvolvimento: mesmo com o crescimento do mercado interno, pequena urbanização, uso mais recorrente de trocas monetárias, e não somente de escambos, e circunstâncias internas onde se permite acumulação endógena, mesmo com a reunião de todos esses fatores, não podemos em hipótese alguma afirmar que houve desenvolvimento econômico no

período analisado. Se usarmos o modelo de desenvolvimento de Bresser Pereira, podemos encontrar diversas falhas nesse processo, o que nos permite afirmar que houve apenas crescimento econômico. Não houve elevação do padrão de vida da população de forma automática, autônoma e necessária, não se rompeu com os laços escravistas coloniais, não houve elevação tecnológica e futuro reinvestimento provocado pela busca do lucro nas forças produtivas, enfim, não foi implantado o sistema capitalista com todas as suas características básicas.

Se não há capitalismo ou socialismo com todas as suas características reunidas, ou ao menos predominantes, não há oportunidade de desenvolvimento econômico. Podemos afirmar então que, nesse período da segunda metade do século XVII, houve de fato uma série de transformações econômicas, sociais e produtivas, mas não o suficiente para falarmos em desenvolvimento, porque não foi implantado o sistema capitalista de acumulação. É importante comentar isso, pois podemos entender que somente no século XX o Brasil reuniu as condições necessárias para seu desenvolvimento.

Sigamos então com o raciocínio de Bresser Pereira. Este afirma que o desenvolvimento se dá quando o sistema econômico é dominante num determinado momento histórico.

O desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista ou socialista. Em uma sociedade ainda bastante tradicional pode ocorrer um processo de crescimento econômico que fornece as bases para o posterior desenvolvimento. Foi o que ocorreu no Brasil, a partir de meados do século XIX. O desenvolvimento, porém, só começa a ocorrer quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, quando o poder político deixa de ser privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso, quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, e depois não é mais a empresa familiar, mas a empresa burocrática, quando os métodos de trabalho tradicionais cedem lugar aos racionais, quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos das unidades de produção, e quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária.” (PEREIRA, 1987, p. 22)

Após o auge da produção aurífera no Brasil, em meados do século XVIII, somente em meados do século XIX veremos novamente condições para um importante crescimento e modificações de algumas estruturas. Percebam, não falo aqui em desenvolvimento, mas em crescimento econômico e modificação de algumas poucas estruturas. O início de um novo ciclo econômico, um novo gênero primário, dessa vez, o café, fez com que o Brasil, agora independente, experimentasse transformações significativas. Aos poucos a velha ordem escravista e monarquista vai sendo substituída por outra. Referimo-nos aqui aos novos métodos de produção do café praticados no Oeste paulista. Enquanto que no Vale do Paraíba as fazendas usavam mão de obra escrava e transportavam o café em animais e nas costas dos escravos, no Oeste paulista o capital investido e reinvestido circulava de forma cada vez mais rápida pela inovação tecnológica, investimentos em transporte e uso de mão de obra assalariada. É em parte a transformação que Bresser Pereira se refere no parágrafo acima. Transformação de uma sociedade de senhores e escravos no Vale do Paraíba por outra com traços sociais e econômicos capitalistas do Oeste paulista.

Aos poucos vemos nesse período que a velha aristocracia escravista vai perdendo força política, assim como a monarquia instalada com o apoio desta. Em 1889, com a saída desta aristocracia do poder, o fim das relações de trabalho escravistas e o surgimento de uma política republicana e federalista forneceram ainda mais condições para que o Brasil deslanchasse seu processo de desenvolvimento econômico. Porém, ainda não era o momento de iniciar este processo. Isso porque embora o mercado interno aumentasse, ainda faltava a inovação tecnológica e práticas capitalistas dominantes. Condições estas que muitos capitalistas brasileiros no século XIX reclamavam, sobretudo, o Barão de Mauá. A liberação de capital proporcionada pelo fim do tráfico intercontinental de escravos não foi suficiente para a predominância de elementos capitalistas no nosso sistema econômico no século XIX. Vejamos como Bresser Pereira comenta isso de forma generalizada e depois no Brasil as condições necessárias ao desenvolvimento econômico.

Para que todo esse processo de transformação tenha início e comece a ocorrer o desenvolvimento econômico em uma sociedade, uma revolução política não é absolutamente necessária, embora na maioria das vezes acabe verificando-se. É essencial, todavia, que a classe dominante tradicional – geralmente uma oligarquia de caráter aristocrático – seja substituída no controle político da sociedade por um grupo de classe média. Essa

substituição será tanto mais rápida e completa quanto mais radical for a revolução política. A Revolução de Cromwell, na Inglaterra, ou a Revolução Brasileira de 1930, foram social e ideologicamente muito menos radicais do que a revolução Francesa, ou a revolução Russa de 1917. Conseqüentemente, a ascensão no poder de grupos de classe média, naqueles países, e a perda do poder por parte da aristocracia, ocorreram de forma paulatina, enquanto que nestes se verificou de um só golpe, especialmente no caso da Revolução Russa. Excepcionalmente o poder político pode não ser empolgado por um grupo de classe média, para que tenha início o desenvolvimento, e sim uma facção decadente da aristocracia, como aconteceu no Japão. Na grande maioria dos casos, porém, o desenvolvimento será iniciado no momento em que o poder político estiver predominantemente ou exclusivamente nas mãos de um grupo de classe média constituído seja de empresários burgueses, seja de políticos ou militares nacionalistas, seja de políticos ou intelectuais comunistas. No primeiro caso enquadram-se todos os países industriais da área capitalista, além de países estão ainda nos primeiros passos do seu desenvolvimento, como o Brasil. No segundo caso temos países como Índia, o Egito, o México. No terceiro caso estão os países comunistas. Naqueles países em que o desenvolvimento é iniciado por políticos e militares nacionalistas, o sistema tende, durante um certo período, a ser indefinido. A propriedade privada dos bens de produção é admitida, mas o setor socializado é grande. Depois de um tempo, porém, as tendências do sistema econômico em questão começam a delinear-se em uma forma predominantemente capitalista, como aconteceu no México, ou predominantemente socialista, como se sucede na Índia e no Egito. (PEREIRA, 1987, p. 23)

Podemos deduzir que a instauração da República no Brasil em 1889 não dispara o gatilho necessário para iniciar nosso desenvolvimento econômico. Embora a nova oligarquia cafeeira paulista tenha iniciado seu governo em cima de pressupostos mais avançados que o regime anterior, tais como mão de obra livre e assalariada, federalismo, fim de privilégios de sangue, dentre outros, esta ainda não tinha os elementos inerentes ao processo de desenvolvimento.

Seria necessário então que uma nova transformação política ocorresse no Brasil, com forças ainda mais progressivas, como aquelas que tomaram o poder em 1930. A renovação política é importante para Bresser Pereira porque, uma vez instalada no poder e detentora de mecanismo de controle e de dominação, a nova classe política poderia iniciar as transformações econômicas que o sistema econômico demandava para seu desenvolvimento sem sofrer qualquer tipo de coerção política ou ideológica.

É nesse sentido que a Revolução de 1930 representa a chegada ao poder de setores sociais mais comprometidos com o desenvolvimento e a conseqüente marginalização das oligarquias que travavam esse processo, como a oligarquia cafeeira paulista. Bresser Pereira comenta que a Revolução de 1930 foi muito menos radical que outras, como a Francesa e a Russa. Estas foram mais sangrentas e criaram condições de mudança muito mais rápidas que a Revolução Brasileira de 1930 ou mesmo a Inglesa

do século XVII. De fato, se analisarmos, a princípio, a Revolução de 1930 mais conservou que modificou. Vemos isso na importância dada por Vargas ao café ao criar o Conselho Nacional do Café, ou seja, dando prosseguimento a Política de Valorização do Café.

Provamos então que a Revolução de 1930 é uma lenta mudança de paradigmas em relação ao modelo econômico anterior. Para sair logo da crise decidiu-se por manter, incentivar e até mesmo subsidiar a economia cafeeira ao longo daquela década. Mas devemos entender também que, mesmo fazendo isso, o novo governo realizava outras políticas econômicas que demonstravam uma tentativa de mudança nas estruturas econômicas e sociais brasileiras. Veremos isso mais a frente. Seguiremos com o raciocínio de Bresser Pereira e seu conceito de desenvolvimento.

A tomada do poder por um desses grupos de classe média – que, obviamente, à medida que se vão estabelecendo no poder vão-se transformando em classe alta – somada a uma série de outros fatores de ordem econômica que não cabe agora discutir, dão o sinal de partida ao processo de desenvolvimento. Tem início, então, uma fase na história do país que tem sido chamada por uns de *Revolução Industrial*, para salientar a básica identificação do desenvolvimento com o processo de industrialização, por outros de *Revolução Nacional*, especialmente quando se trata de um país colonial ou semicolonial, que para iniciar seu desenvolvimento tem não só que colocar em segundo plano sua oligarquia tradicional como também desvencilhar-se do jogo de potências imperialistas, e por Rostow de *decolagem*, para dar ênfase ao rompimento com o estado de estagnação crônica que caracteriza as sociedades tradicionais. (PEREIRA, 1987)

De fato, seria no mínimo equivocado colocar as oligarquias dissidentes que fizeram a Revolução de 1930 como setores da classe média. Mas o interessante aqui é que estes setores realmente foram beneficiados e apoiaram a derrubada da velha oligarquia e a construção de uma nova forma de se fazer política. Destacamos principalmente os movimentos tenentistas, tipicamente de classe média, que tanta oposição fizeram ao longo da Primeira República.

Vimos então que a chegada ao poder de setores sociais não comprometidos com as oligarquias tradicionais é um dos elementos mais importantes, porém, não obrigatórios de um processo de desenvolvimento. Para Bresser Pereira, por mais que a Revolução de 1930 seja um movimento de lenta transformação e afastamento das oligarquias tradicionais, esta constituiu uma das chaves do início de nosso desenvolvimento.

O ano de 30 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então fora um país tipicamente semicolonial. Com o processo de industrialização que então se inicia, encetamos nosso caminho rumo ao desenvolvimento. Por uma série de razões, entre as quais sobressaem as de ordem econômica, a nossa história dá uma guinada decisiva. Verifica-se então um processo acelerado de transformação. A história, depois de muitos anos de um desenrolar contínuo e uniforme, sofre um impacto e dá um daqueles seus típicos saltos para uma nova direção. Todos os campos são atingidos: o econômico, o cultural, o social e o político. A nação inteira sofre um ábaco profundo, cuja marca essencial é a crise violenta que se abate sobre o café e, portanto, sobre todo o nosso comércio exterior. Vemos um ruir de velhas estruturas, de antigos preconceitos, de classes esclerosadas, de privilégios arraigados. (PEREIRA, 1987)

A primeira vista, Bresser Pereira parece fazer um panfleto elogioso da Revolução de 1930. A princípio, por mais lenta e conservadora que esta revolução fosse, trouxe mais avanços e benefícios que atraso. A sociedade vai finalmente deixar de girar em torno da terra e daqueles que são os donos desta para girar em torno do capital industrial, um dos pressupostos do desenvolvimento econômico. O autor começa sua análise da Revolução de 30 falando das questões econômicas.

“No plano econômico as transformações são notáveis. Em primeiro lugar, notamos o rápido aparecimento de um mercado interno. É característica básica de uma economia semicolonial o não contar com um mercado interno”.³⁵ Paramos aqui rapidamente a análise de Bresser Pereira para colocar que essa ausência de um mercado interno é completamente discutível. Vimos com João Fragoso que desde o século XVIII o Brasil havia se descolado da metrópole portuguesa e as demandas desta não mais ditavam o comportamento econômico da colônia e muito menos seus ciclos econômicos. De qualquer forma, precisamos deixar claro que Bresser Pereira talvez tenha feito referências a um mercado interno poderoso e atuante capaz de consumir e garantir a demanda de uma economia industrial, o que de fato não era o caso do Brasil até o momento da Revolução de 1930.

Isso fica claro quando Bresser Pereira continuar seu raciocínio explicando como era o mercado interno.

A grande maioria da população, trabalhando no campo, encontra-se fora do mercado nacional, produzindo artesanalmente para seu próprio consumo, em condições miseráveis, de forma a não permitir que se possa falar em mercado interno. Este, que com o café e a abolição da escravidão tivera seu primeiro

³⁵ PEREIRA, Bresser, op. cit.

impulso, só em 30 tem oportunidade real de expandir-se. Em segundo lugar, observamos a rápida modificação da estrutura do mercado interno, especialmente no campo das importações. Como país semicolonial, exportava produtos primários em troca de manufaturas. O surto industrial, que então se verifica, permite-nos realizar rápida substituição de importações. Assim, hoje, praticamente não mais importamos produtos manufaturados de consumo, produzidos agora no país. (PEREIRA, 1987)

Bresser Pereira fala aqui do processo de substituição de importações, quando o Brasil começou a produzir aqui artigos que não mais poderiam ser consumidos diretamente dos europeus. Isso se verificou principalmente na indústria têxtil e de alimentos, de forma mais acentuada, durante a Primeira Guerra Mundial. Interessante observar que, para Bresser Pereira, a simples instalação dessas fábricas aqui não caracteriza desenvolvimento. De fato, faltava ao Brasil o domínio de outras áreas da produção, como a siderurgia, que o país dominaria somente com o advento da Revolução de 1930. É por conta disso que, para o autor, o desenvolvimento só vem a partir desta Revolução.

“Por outro lado, a dependência de nossa economia, e, portanto de nossa renda nacional, em relação à exportação, diminui de forma sensível. Nosso objetivo básico não é mais produzir para exportar (a preços extremamente baixos em relação aos das importações), mas produzir para consumir.”³⁶

Temos aqui dois conceitos importantes para Bresser Pereira. Um deles já foi explicitado aqui que é o crescimento do mercado interno como um dos pressupostos do desenvolvimento. O segundo ponto, e mais importante parece ser a dependência das exportações (com baixo preço) e a não alternativa a importação (com preços elevados). Fazer com que as demandas de nossa indústria sejam quase que exclusivamente do mercado interno é não ser refém da exportação com preços baixos. Esta é uma das ideias mais defendidas pela CEPAL e posteriormente por Furtado. A teoria da deterioração dos termos de troca nos afirma que, se as economias subdesenvolvidas fossem levadas ao sabor do mercado livre, seu subdesenvolvimento e sua dependência em relação aos países desenvolvidos somente aumentariam. A solução estaria em incrementar a produção e usar essa receita para o desenvolvimento de indústrias com forte intervenção estatal e do capital estrangeiro. Furtado ainda acrescentaria outros

³⁶ PEREIRA, Bresser, op. cit.

termos a essa teoria, afirmando a necessidade de reformas nas estruturas econômico-sociais para incluir a maior parte da população brasileira nos frutos do desenvolvimento.

Continua Bresser Pereira:

Em terceiro lugar – observe-se que todas essas transformações estão ligadas e dependem sempre uma das outras – temos o desenvolvimento industrial, que hoje, já alcançou a indústria pesada e a de equipamentos. Essa rápida industrialização, aliás, é a causa dominante das modificações desse período, enquanto o mercado interno é seu efeito fundamental. Em quarto lugar, verificamos a redistribuição de nossa renda nacional e seu extraordinário crescimento. O país deixa de ser basicamente agrário. Além da agricultura e do comércio, dois novos setores produtivos de renda nacional passam a figurar com importância crescente – a indústria e o Estado. (PEREIRA, 1987)

Vimos anteriormente que uma das características mais importantes do processo de desenvolvimento é seu caráter global, ou seja, para que as transformações dentro uma região possam ser consideradas um desenvolvimento, elas devem afetar positivamente a todo o sistema social. Se o desenvolvimento afeta todo o sistema social, quando falamos dos ramos da indústria, isso se torna ainda mais óbvio. Claro, tendo como motor principal e alimentador desse processo o mercado interno que sempre levará demandas ao sistema produtivo, não deixando que este sofra prejuízos que interfiram em seu processo de desenvolvimento.

Bresser Pereira também comenta nesse trecho que existem dois setores de grande importância no Brasil, agricultura e o comércio. Sabemos o motivo da relevância da agricultura, pois falamos bastante dela. Fomos estimulados desde o começo de nossa colonização, passando pela divisão internacional do trabalho, a exportarmos gêneros primários. A outra face de sua relevância estaria em sermos dirigidos por uma oligarquia tradicional que baseava sua riqueza através da posse da terra.

O segundo setor produtivo comentado foi o comércio, este bastante estimulado porque também, desde o começo de nossa colonização, estávamos vinculados e dependentes da economia europeia, sendo necessário o crescimento do comércio como ferramenta de exportação das nossas riquezas.

O surgimento de dois outros setores produtivos nos mostra qual o caráter da Revolução de 30. A indústria e o Estado. A questão industrial comentou-se antes, inicia-se com a revolução industrial brasileira. O que não foi explicitada foi a questão do Estado. Este surge, ou aumenta sua importância para servir de elemento fomentador desse processo de desenvolvimento.

No plano social há uma transformação básica a ser analisada. Caracteriza a sociedade colonial a simplicidade de sua estrutura. A divisão do trabalho ainda é primária. A partir de 30 a diversificação da sociedade brasileira toma um novo e decisivo impulso. Antes dessa data nossa estrutura social apresentava suas classes básicas apenas: a dirigente, dos senhores de terra, intimamente ligada ao alto comércio exportador de café e importador de produtos manufaturados; e a classe dominada, constituída por um enorme subproletariado rural, vivendo em condições de extrema miséria. (PEREIRA, 1987)

Antes de continuar com a análise, faremos uma pequena ressalva. O surgimento de uma maior complexidade social não aparece somente com a Revolução de 30. Aparece antes, sobretudo ao longo das décadas de 10 e 20. O próprio destaque aos movimentos operários e tenentistas ao longo da Primeira República nos mostra que, desde aquela época, nascia uma maior complexidade social que forçava os limites daquele sistema. Podemos afirmar que essa maior complexidade social encontra crescimento e deslança a partir da década de 30 com o início do desenvolvimento econômico.

Continua:

Entre a diminuta classe dirigente, totalmente alienada aos interesses estrangeiros, dos quais dependia, e a imensa classe dominada encontrou uma pequena classe média vivendo nas cidades - classe média essa de cunho parasitário, apoiada fundamentalmente no emprego público, já que o Estado, então, mais do que qualquer outra coisa, funciona como agência de empregos e polícia, às ordens da oligarquia dominante. É essa a estrutura da sociedade brasileira da república velha. (PEREIRA, 1987)

Podem-se colocar aqui uma das consequências do desenvolvimento econômico. Esse seria o crescimento das camadas médias urbanas e sua representatividade econômica e política e sua importância ideológica, bastante decisiva principalmente nos períodos desde a Revolução de 30 até o golpe militar de 64. De fato, essas camadas médias urbanas, principalmente fruto do maior crescimento econômico e dos benefícios trabalhistas, cresceram significativamente nesse período.

Em volta dessa camada média urbana nasceriam outras duas classes sociais:

A partir de 30, duas novas classes começam a se delinear com mais firmeza: a da burguesia industrial e a do proletariado urbano. Essas duas classes virão nos nossos dias marcar decisivamente a sociedade nacional. Por outro lado, a

classe média, expande-se rapidamente. Continua ainda em grande parte ligada ao funcionalismo público parasitário. O próprio Estado, porém, deixa sua atitude passiva, de mero instrumento de uma classe dirigente objetivando a ordem social, para participar de forma ativa, e afinal como seu principal elemento, do desenvolvimento nacional. E já nessa medida o funcionalismo deixa em grande parte de ser parasitário. (PEREIRA, 1987)

Pelo que acabamos de ler podemos chegar à conclusão que, até 30, o papel do Estado era de garantir tão somente os lucros do setor cafeeiro. Não à toa que a questão trabalhista era caso de polícia, literalmente, e as camadas rurais, como o próprio Bresser Pereira chama, eram um “enorme subproletariado rural vivendo em condições de extrema miséria”. Sem falar que o dinheiro público era usado para socializar as perdas do café no comércio externo, através do que foi decidido no Convênio de Taubaté. A partir de 30, Bresser Pereira comenta que a natureza desse Estado muda, deixando de ser um mero coadjuvante no cenário nacional e se tornando um dos mais importantes atores que buscava fomentar o desenvolvimento econômico.

Continua Bresser Pereira, ao comentar a classe média:

Além disso, a classe média encontra na indústria, e em todas as novas atividades que a mesma permite surgirem, um campo ideal de trabalho. E assim, da mesma forma que boa parte do subproletariado rural ascende à categoria de proletariado rural, em condições de padrão de vida muito superior, também uma parte do antigo proletariado urbano já tende para a classe média ou nela se instalou. (PEREIRA, 1987)

Ou seja, um dos elementos do desenvolvimento econômico aparece aqui. Falamos da elevação do padrão de vida da população. Não falamos em crescimento da renda e nem crescimento das exportações ou auge de um ciclo econômico, e sim de um momento em que a massa trabalhadora começa a usufruir dos benefícios do sistema social então em desenvolvimento. Interessante acrescentar que este processo não se deu de forma completa. Ainda na década de 60, intelectuais como Furtado e instituições como a CEPAL denunciariam que o desenvolvimento alcançado pelos países latinos não fora o suficiente para elevar o padrão de vida da maior parte da sua população.

Bresser continua falando da nova dinâmica social. “Vemo-nos assim diante de um quadro novo da sociedade brasileira, que se completa com a entrada em decadência – embora ainda possua muita força – da antiga classe dominante, a qual passa a lutar

contra a ascensão das novas classes de forma cada vez mais consciente”.³⁷ O maior símbolo dessa tentativa das oligarquias antigas em tentar retomar o poder diante das novas classes políticas é a Revolução Constitucionalista de 1932. A oligarquia paulista, descontente com os rumos adotados por Vargas e a nova classe dirigente, inicia um movimento armado com o discurso oficial de que o Governo precisava elaborar uma nova constituição. Está claro, no entanto, que o objetivo maior é o retorno à cena política por parte dessa oligarquia decadente. O intuito não é alcançado, uma vez que suas tropas são derrotadas pelo governo federal. Porém, parte dos objetivos da oligarquia paulista é bem-sucedida. É feita uma Assembleia Constituinte e o prejuízo dos cafeicultores é amenizado com as políticas econômicas que buscavam salvaguardar a produção cafeeira, conforme comentamos anteriormente.

A análise dessas lutas, porém, já pertence a outro campo – o político, onde as transformações não são menos notáveis. O que caracteriza politicamente o Brasil semicolonial é o domínio de uma pequena oligarquia de senhores de terra, que tem na organização estatal e no capitalismo internacional, respectivamente, o seu principal instrumento e a sua maior razão de existência. No regime a um tempo só feudal e capitalista em que vivíamos, o domínio político vai caber por definição ao proprietário da terra. Este, necessitando compor-se com o simulacro de democracia que então vigora, usa o Estado não só para manter a ordem estabelecida, mas também para seu instrumento político básico. (PEREIRA, 1987)

Assume-se, então, para o autor que, antes de 30, o Brasil vivia um regime ao mesmo tempo feudal e capitalista, como um estado de transição. Analisando algumas características econômicas e sociais, observamos que ele tem razão ao afirmar isso. O poder estava nas mãos de uma oligarquia tradicional; o poder político e econômico dessa oligarquia vinha da posse da terra; a íntima ligação/dependência entre esses oligarcas com altos comerciantes exportadores; o uso alienável da terra e de mão de obra livre e assalariada completaria esta que seria uma espécie de fase de transição feudal-capitalista.

Continua o autor:

Vigora então a chamada política de clientela, em que a classe dominante troca os votos do povo por promessas de recompensa, geralmente por promessas de emprego público. E o pequeno número de eleitores e seu

³⁷ Op. Cit.

caráter totalmente dependente da classe dominante tornam fácil a realização dessa barganha. Por outro lado, produzindo para exportar, em benefício direto do capitalismo internacional, que goza de todas as vantagens e deixa uma pequena parcela (embora perfeitamente suficiente para um alto nível de vida) para a oligarquia dominante, esta oligarquia conta com o apoio do capitalismo internacional. Em outras palavras: nosso sistema de produção e comércio interessava diretamente às nações industrializadas, que auferiam todas as vantagens da troca de produtos industrializados por primários. Por isso mesmo essas nações apoiavam, davam mão forte ao domínio da classe que dirigia esse sistema e lhe ofereciam algumas vantagens. (PEREIRA, 1987)

Seguindo a tese usada por Caio Prado e Fernando Novais, Bresser Pereira coloca nossa economia desde sempre amarrada à economia capitalista internacional, sobretudo a europeia. Ou seja, subordinada, dependente e uma mera extensão destas economias. Isso não seria diferente no começo do século XX, quando pouco havia mudado dentro de nossas estruturas sociais e econômicas que pudessem contrariar essa dinâmica do comércio internacional e a divisão internacional do trabalho, conforme comentado no tópico anterior. Os países desenvolvidos, ou melhor, seus investidores e capitalistas, eram beneficiados pela permanência de uma elite política oligarca e tradicional nos países latinos. Elite essa que mantinha as estruturas de exportação de gêneros primários. Se houvesse necessidade de se fazer ajustes nessa estrutura, eles eram feitos para beneficiar ambos os lados. Um grande exemplo disso seria o fim da escravidão ao longo do século XIX. Ao pressionar pela abolição da escravidão, os países desenvolvidos buscavam um aumento do nível de consumo e de produtividade em países que ainda continuavam usando mão de obra escrava, caso de Brasil e da colônia espanhola Cuba.

Quando se tentava melhorar algo nesses países como: transporte ferroviário, iluminação pública, etc., isso era feito basicamente com investimentos dos desenvolvidos como forma de aumentar ainda mais os lucros e a dependência econômica das regiões subdesenvolvidas.

Com a Revolução de 30 a oligarquia perde o poder, entra em decadência. As classes sociais, conforme vimos anteriormente, que então se desenvolvem rapidamente, vão participar também do Governo, juntamente com as classes derrotadas em 30 e que se haviam apressado em aderir à nova ordem. E o que vemos então, através dos Governos de Getúlio, Dutra, Getúlio novamente, e Juscelino Kubitschek? Vemos Governos de compromisso, dos quais participam forças antagônicas, embora sejam marcados, em traços amplos, por uma linha de industrialização contínua, ainda que nem sempre muito bem definida. E isto porque a antiga oligarquia, embora derrotada, ainda continua detentora de enorme força econômica e política, não sendo possível uma política de franca oposição a ela. (PEREIRA, 1987)

Conforme comentamos antes, a Revolução de 30 representou uma das chaves para que nosso processo de desenvolvimento se iniciasse, embora seja uma Revolução de caráter transformador bastante lento, se comparada com outras Revoluções, e muito menos violenta.

Quando Bresser Pereira fala dos governos citados acima, se refere aos governos populistas que através de compromissos buscavam reunir forças bastante antagônicas para governar. Isso incluía desde a massa trabalhadora sindicalizada a industriais e burocratas da classe média, dentre outros setores sociais. Bresser Pereira explica melhor esse processo político com implicações sociais.

Vai-se desenrolar então, a partir de 30, um drama, cujos contornos se irão definindo cada vez mais. De um lado, lutando por uma volta ao antigo regime, a agricultura latifundiária do café e o alto comércio ligado ao café ou diretamente ao capitalismo internacional, com apoio da classe média parasitária ligada por laços econômicos e sociais (familiares mesmo) à antiga classe dominante. Do outro, o Governo, no qual, além de parte das referidas classes de oposição que aderiram para poder lutar por seus interesses em campos mais favoráveis, além desse grupo vamos encontrar a classe industrial, a classe proletária e uma nova classe média. Como se vê, um Governo de compromisso, um Governo de composição instável, do qual Getúlio Vargas, apesar de seus inúmeros erros, será o genial coordenador e ao mesmo tempo o líder das correntes realmente renovadoras que nesse Governo existiam. (PEREIRA, 1987)

Apesar da existência de comentários panfletários e amplamente favoráveis a Vargas, devemos nos ater aqui ao mérito de Bresser Pereira, que seria o de elaborar um conceito de desenvolvimento. O autor comenta que a chegada de Vargas ao poder em 30 representa exatamente esse isso, ou seja, o momento em que novas forças políticas ascendem e iniciam o desenvolvimento em um cenário favorável. E o próprio Vargas representa essa renovação no cenário nacional. As forças das quais ele era símbolo buscavam acabar com todo aquele estado de subdesenvolvimento e dependência externa. Se não isso, ao menos amenizar estes fatores.

Nesta análise em traços extremamente amplos que estamos fazendo, evidentemente, não cabe um exame da época getulista mais aprofundado. Bastam-nos agora essas ideias fundamentais. Getúlio Vargas foi um líder populista típico. Ao contrário de muitos líderes populistas, porém, foi suficientemente hábil para realizar a sua missão. Fez um Governo de compromisso, soube conceder, mas não perdeu a visão de seu objetivo geral, como tantos fatos estão aí para comprovar, inclusive os resultados econômicos e sociais de seu Governo. (PEREIRA, 1987)

Bresser Pereira baseia sua análise de Vargas nas transformações que o país passou de 1930 até 1945. É claro que ao final de sua ditadura ainda havia uma importante estrutura agrária exportadora, existia um imenso “subproletariado” rural como o autor mesmo enfatiza e uma oligarquia rural tradicional com bastante poder. Porém, o que Bresser Pereira afirma é que, já em 45, quando Vargas sai do poder, o Brasil não é mais essencialmente agrário como no momento em que este tomou o poder com as oligarquias dissidentes e a nova classe média. A economia nacional contava com um significativo parque industrial e siderurgia, a urbanização se acelerava e, ainda por cima, o setor industrial continuava crescendo mais que o setor rural. Essa elite rural tradicional continuaria impedindo o processo de desenvolvimento econômico iniciado com a Revolução de 30.

Mas continuemos esta rápida análise introdutória das transformações políticas verificadas no Brasil a partir de 30. Dessas forças que se entrecrocaram no primeiro Governo Vargas surgirão no fim da guerra os grandes partidos nacionais que a Revolução de 64 extinguiu. Esses não serão mais meros representantes de uma mesma classe social, a oligarquia dominante, como acontecia antes de 30. Em 45, quando volta a ordem democrática, os partidos que então se formam logo se definem, não obstante suas contradições e seu caráter hesitante. (PEREIRA, 1987)

Embora concordando com o que Bresser Pereira comenta, ou seja, que a Revolução de 30 foi de lenta transformação, apesar disso, não podemos ignorar que houve um significativo sucesso em afastar as forças políticas tradicionais derrotadas do jogo político. Somente em 45 as forças políticas derrotadas puderam ter a liberdade de se expressarem politicamente. Bem como as forças “vitoriosas”³⁸ também.

A UDN irá representar as forças derrotadas em 30, além da classe média parasitária a eles ligada. Suas características liberais, agrárias, tipicamente reacionárias tornam-se logo visíveis. Por outro lado, PTB e PSD saem diretamente da matriz getulista. O primeiro irá representar seu caráter mais novo e popular, constituindo-se em um amálgama de líderes sindicais e

³⁸ Coloquei aspas aqui para mostrar que, assim como Bresser Pereira, comentou antes, o grupo que compunha com Vargas o poder durante sua permanência na presidência não foi igualmente representado. Os mais beneficiados foram os industriais e comerciantes que lucravam com o protecionismo. Além de setores da classe média (Bresser Pereira chama essa nova classe média de classe média produtiva) que se beneficiavam de empregos qualificados na indústria e na crescente burocracia. A massa trabalhadora embora tenha se transformado significativamente, não foi diretamente beneficiada e em muitos pontos acabou perdendo. Embora a legislação trabalhista e maior organização dos sindicatos tenham sido aspectos positivos do período, o controle desses sindicatos pelo governo e progressiva perda do poder de compra do trabalhador podem ser vistas como pontos negativos.

“pelegos” e de grande parte da nova classe média produtiva que então se formava. Apesar de inúmeras falhas, o PTB irá definir-se como partido de esquerda moderada. O PSD, por sua vez, será o representante das demais forças antagônicas que se formaram no Governo Vargas. Ainda que se possa notar nele tendência para a industrialização e para o desenvolvimento econômico planejado será o partido brasileiro híbrido por excelência, o partido do centro. (PEREIRA, 1987)

Como podemos ver, o comportamento político é importante para a análise do conceito de desenvolvimento aqui colocado. Aponta-se então um dos novos partidos surgidos em 45, a UDN, como o grande representante das oligarquias tradicionais. Esta seria o elemento-chave principal no entrave ao desenvolvimento. No Congresso, seria a grande força antinacionalista e desenvolvimentista. Seus políticos atuaram o tempo todo no sentido de impedir que Vargas realizasse reformas e acelerasse o processo de desenvolvimento em seu segundo mandato. Como Bresser Pereira comentou antes, o afastamento desse segmento político do poder seria uma das condições para deslanchar o processo de desenvolvimento nacional.

Como as forças políticas que compunham o lado de Vargas eram bastante heterogêneas, e até mesmo antagônicas, foram criados dois novos partidos entre as forças favoráveis ao desenvolvimento econômico. De um lado temos o PTB que representaria os sindicatos ligados ao governo e a massa trabalhadora urbana beneficiada com a nova legislação trabalhista. De outro, temos o PSD, de base mais conservadora que o PTB, embora não tanto quanto a UDN, representando a burocracia empregada por Vargas no aparelhamento estatal que buscava fomentar o desenvolvimento.

Podemos adiantar aqui que no terceiro capítulo da presente dissertação veremos uma série de críticas do economista Roberto Campos ao modo que Goulart governava e a todos os presidentes chamados populistas após a democratização. Criticava-se, sobretudo, a forma de se fazer política do PTB e sua estreita aliança com os sindicatos e a massa trabalhadora urbana. Campos apontará para os descasos desse partido e, principalmente, de Goulart para a crise econômica atravessada no começo da década de 60.

Continuando com seu raciocínio, depois de falar do impacto da Revolução de 30 na política, Bresser Pereira comenta sobre o impacto desta nas questões culturais.

As transformações verificadas no plano cultural são também profundas. Fundamentalmente podem ser resumidas em uma só: tomamos consciência

de nós mesmos. Até então o Brasil não se conhecia a si mesmo. Da mesma forma que uma criança desconhece sua própria natureza, não tínhamos noção da realidade brasileira. Quando tomamos consciência de nós mesmos, vemos-nos diante do problema básico de nossa cultura, qual seja o profundo complexo de inferioridade cultural que a avassala. Julgávamos-nos racial e intelectualmente inferiores aos povos industrializados, sem a mesma capacidade de trabalho, de iniciativa e de êxito, derivando daí as três alienações básicas de nossa formação: a alienação cultural, a alienação institucional e a alienação econômica. A primeira se evidenciava no caráter transplantado e inautêntico de nossa cultura. Não pensávamos por nós mesmos, mas pela cabeça dos outros. Nossos livros eram medidos pela qualidade e pelo número de citações. Pretendíamos conhecer o Brasil usando simplesmente, sem nenhum critério mais científico, as categorias da cultura estrangeira. A alienação institucional se caracterizava pela nossa insistência em transferir as instituições políticas estrangeiras para o Brasil, sem tomar em consideração as diferenças econômicas, sociais e naturais que o País apresentava. Finalmente, a alienação econômica importava na tentativa de copiar as práticas econômicas e financeiras dos grandes centros industrializados e na descrença em nossa própria capacidade de trabalho, especialmente em relação às grandes indústrias. Em todos esses anos a partir de 30, vamos-nos conhecendo melhor, perdendo esses complexos, encontrando-nos com a nossa própria realidade. E é nesse processo, cuja conclusão ainda está longe, que localizamos as grandes transformações culturais verificadas no Brasil. (PEREIRA, 1987)

Ao terminar seu conceito de desenvolvimento, Bresser Pereira comenta que um dos caminhos mais importantes para o desenvolvimento é a criação, dentro do plano interno, de ferramentas analíticas para que possamos nos entender sem usar métodos analíticos externos, conceitos estrangeiros para buscar o entendimento daquilo que é nossa realidade. A partir da Revolução de 30, a independência analítica se dá de forma mais intensa. Não que antes não houvesse, mas se intensifica a partir dali.

Não vamos nos deter aqui em explicar cada uma das alienações e como nos libertamos destas, se é que nos libertamos. Procuraremos nos ater somente a alienação econômica, que é uma das questões que será tratada nos próximos capítulos. Nas décadas seguintes, e principalmente a partir da de 50, veremos surgir uma importante geração de economistas e intelectuais que buscará fórmulas originais e mais adequadas a nossa estrutura econômica.

Mantega analisa muito bem essa questão e engloba esses intelectuais no que chama de “fundação da Economia Política Brasileira”. Vejamos como o autor relata essa tentativa brasileira de se desvencilhar da alienação econômica internacional:

A publicação, em 1959, de Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, constituiu um marco para o pensamento econômico brasileiro. Após muitos anos de análises parciais e fragmentadas sobre este ou aquele aspecto da economia brasileira, vinha a público um trabalho de fôlego que,

respaldado num sólido arcabouço teórico, procurava concatenar os vários aspectos da dinâmica de nosso sistema econômico. Estava dado o primeiro passo em direção a uma produção teórica de envergadura, que se intensificaria nas décadas sucessivas pelas penas de Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e muitos outros pensadores responsáveis pela fundação da Economia Política Brasileira. (MANTEGA, 1987, pag 10)

Como podemos observar, se pegarmos o marco de ruptura de Bresser Pereira e o colocarmos em 1930, somente algumas décadas depois é que teríamos uma obra completa e conhecida como uma das principais referências nacionais. Celso Furtado não merece o mérito somente por ser um dos melhores escritores e economistas do país, é também o grande pioneiro em desbravar de forma bastante detalhada e original nosso subdesenvolvimento. E somente quando nos entendêssemos como tal é que poderíamos buscar ferramentas teóricas (sejam elas ortodoxas como as liberais ou originais como as estruturalistas) para sua superação. Continua Mantega com sua explicação:

Desde o princípio esse pensamento econômico estava fortemente marcado pela intensa discussão política que fermentava no Brasil ao longo dos anos 50 e 60, e na qual estavam empenhados boa parte dos teóricos mencionados. Nesse período de consolidação do novo Brasil urbano-industrial, acentuava-se o confronto entre velhos interesses agroexportadores, em franca decadência, e nos novos segmentos sociais vinculados à acumulação industrial, cujas ideias ganhavam terreno no cenário nacional. A “controvérsia sobre o desenvolvimento econômico”, conforme ficou conhecida essa discussão, travava-se entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a “vocação agrária” do Brasil, e uma corrente desenvolvimentista, que pregava a intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização no país. Estavam dadas as duas linhas ideológicas mestras em torno das quais se polarizava a intelectualidade brasileira durante a década de 50. (MANTEGA, 1987, pag 10)

1.3 As análises do desenvolvimento para Furtado/Campos

Se usarmos o conceito de desenvolvimento anteriormente explicado por Bresser Pereira, veremos que o embate entre as importantes forças políticas tradicionais, que eram contra o desenvolvimento e as novas forças que viriam para deslanchar esse processo, continua ao longo da década de 50. Foi chamado por Mantega de controvérsia em torno do desenvolvimento. O desenvolvimento então se tornaria uma ideologia que dominaria praticamente toda a cena política brasileira de forma bastante tímida na

década de 30, atingindo seu auge na década de 50 e passando pela sua primeira e grande crise ao longo dos anos 60.

Antes de passar para esse ponto, veremos de que forma Celso Furtado e Roberto Campos respondem a essa tentativa da intelectualidade nacional de se desvencilhar da alienação econômica. Eles fazem isso de forma completamente diferente.

Celso Furtado, ao analisar a profissão de economista, nos afirma que:

Para o economista, objetividade consiste exatamente em compreender que o fenômeno não pode ser captado fora de seu contexto e que para situá-lo nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios. Sempre que seja possível chegar a um acordo sobre esses princípios, não será difícil estabelecer critérios de racionalidade, elaborando-se uma ciência econômica suficientemente eficaz para indicar a interdependência de fenômenos passados e presentes e inferir tendências com respeito ao comportamento futuro de variáveis econômicas relevantes. Nos países altamente desenvolvidos, e que, portanto, alcançaram um elevado grau de integração social, um relativo acordo sobre alguns princípios básicos pode ser facilmente alcançado. O mesmo, entretanto, não ocorre num país heterogêneo e em rápida transformação como o Brasil. Contudo, já constitui grande progresso havermos compreendido as limitações de nossa objetividade. Já não procuramos lá fora, pré-fabricadas, soluções para nossos problemas, sob alegação de que alhures existem economistas, mais capazes do que aqui. (...) O centro da questão está em que postular a estabilidade é coisa distinta conforme se trate de estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas. (...) Transplantadas para um país como o nosso, as deduções do Fundo Monetário resultam ser muito menos objetivas. Não sendo possível pensar em termos de pleno emprego da mão de obra, a estabilidade passa a ser um problema estritamente de nível de preços. Ora, tidas em conta as flutuações da procura externa e a precária orientação dos investimentos, manter estável o nível dos preços, sem outras medidas, pode custar desemprego permanente de parte da capacidade produtiva. Dessa forma, a estabilidade poderia ter um custo social mais alto do que a própria inflação. Transformar a estabilidade de meio em fim é colocar como princípio básico de convivência social a imutabilidade na distribuição de renda. (FURTADO, 1962)

Furtado nos afirma que a profissão de economista necessita de objetividade e que isto significa analisar o sistema econômico-social em que se vive, ou melhor, o fenômeno econômico em si não pode ser entendido fora de seu contexto. Sua maior crítica ao afirmar isso é colocar que o Fundo Monetário Internacional erra ao tentar transplantar para o Brasil teorias e técnicas econômicas somente usadas pelos países desenvolvidos e suas economias completamente estáveis e com o problema da inflação resolvido. Nos países desenvolvidos o crescimento econômico se dá com a inflação se manifestando em graus pouco significativos. Quando ocorre um problema econômico, basta recuar o gasto público ou privado. A grande crítica de Furtado é que levar esse

mecanismo recessivo para economias subdesenvolvidas é um grande erro. Segundo este, perseguir o controle da inflação como fim dos resultados econômicos é perpetuar o grande abismo social que ainda persiste no Brasil e nos países subdesenvolvidos de uma forma geral.

Furtado é uma mostra de que os economistas e os intelectuais brasileiros já começavam a pensar e buscar novas ferramentas teóricas para lidar com problemas internos. A solução então seria fugir desse arcabouço teórico liberal ortodoxo e buscar outra via. Os métodos usados pelo FMI não deveriam ser adotadas pelo Brasil, pois sua economia é completamente diferente, bem como suas estruturas econômico-sociais. No próximo capítulo, falaremos melhor de Furtado e sua teoria.

Roberto Campos também teve seus desentendimentos com o Fundo Monetário. Porém, de outra natureza. Campos, apesar de estar preocupado com o desenvolvimento brasileiro, propunha uma interpretação monetarista. O país deveria controlar a inflação, mas de forma diferente da proposta pelo Fundo Monetário.

O enfoque gradualista do PAEG se opunha ao choque radical, proposto por alguns economistas, mas defendido, sobretudo pelo Fundo Monetário Internacional. Não foram fáceis, aliás, as discussões com o FMI, o que torna inverídica e ridícula a acusação de que a administração Castello Branco se tivesse caracterizado por uma abjeta submissão ao ponto de vista dessa instituição... Em três pontos a filosofia do PAEG diferia daquela recomendada pelo FMI. Em primeiro lugar, este julgava necessário um tratamento de choque, por acreditar que a abordagem gradual permitia a formação de resistências políticas, que acabariam comprometendo o plano. Na estratégia gradualista, previam-se três fases de ajustamento: a fase de inflação corretiva, a fase da desinflação e a fase de estabilidade de preços.

Em segundo lugar, o FMI não aceitava a ideia da correção monetária, que o ministro Bulhões e eu considerávamos necessária, precisamente em decorrência da adoção de uma estratégia gradualista. Enquanto que a inflação não fosse debelada, seria necessário um mecanismo de indexação, com quatro objetivos (a) preservar o estímulo à poupança; (b) atualizar pelo seu valor real os ativos das empresas; (c) desencorajar a protelação dos débitos fiscais e (d) finalmente, criar um mercado voluntário de títulos públicos.

Uma terceira e séria divergência com o FMI era que o ministro Bulhões e eu relutávamos em aceitar metas quantitativas estritas, quer no tocante à taxa de inflação, quer no déficit público. Alegávamos que o importante seria acordarmos com o FMI uma “estratégia” anti-inflacionária e fazermos uma “escolha de instrumentos” tecnicamente adequados. O ritmo preciso de aplicação das medidas deveria ser uma questão de “julgamento político”, a cargo do governo. (...) Em ríspidos debates, Bulhões e eu acusávamos o FMI de irrealismo e mecanicismo. Irrealismo porque desejava aplicar no Brasil um tratamento de choque baseado numa falsa analogia com as hiperinflações europeias do pós-guerra. Nesses casos, havia condições objetivas diferentes daquelas do Brasil. A inflação era aguda, porém, não crônica; não tinha havido a deformação na composição de ativos, que é característica das inflações crônicas. Esta, no Brasil, levava as empresas, como medida de autoproteção, a se imobilizar, reduzindo ao máximo o capital de giro não

protegido contra a inflação. Nessa hipótese, um controle monetário demasiado rígido, sem dar tempo às empresas de mudar a composição de seus ativos, poderia deflagrar um processo generalizado de falências, com grave perigo de estagnação econômica. Em segundo lugar, as economias europeias, abaladas por devastações da guerra, eram mais plásticas para aceitar violentas cirurgias porque se haviam debilitado enormemente os interesses consolidados. Em terceiro lugar, a cura da inflação na Europa foi facilitada por maciços programas de auxílio externo, inclusive o Plano Marshall, o que não seria realista esperar no caso da América Latina. (...) a inflação alemã era um “abcesso”, que se poderia lancetar, enquanto que a inflação brasileira era um “envenenamento”, cuja depuração teria que ser mais lenta. (CAMPOS, 1994)

Campos, ao analisar a economia brasileira, afirma a necessidade de recessão para lidar com a inflação. Ou seja, temos aqui um enfoque monetarista. No entanto, também critica duramente o FMI, assim como Furtado, colocando que a economia brasileira era completamente diferente da europeia. Trazer para o Brasil as soluções dos países desenvolvidos sobre a inflação era um erro. O tratamento de choque proposto pelo FMI poderia ter consequências bastante graves para a economia nacional. Uma das maiores, conforme citada por Campos, poderia ser a falência de empresas que não teriam habilidade para lidar com tamanho choque recessivo.

Vemos aos poucos as diferenças entre Furtado e Campos sobre a melhor forma de se atuar na economia. Enquanto que o primeiro era contra soluções recessivas e não concordava com a estabilidade da economia como o maior objetivo de um país, o segundo afirmava que a estabilidade econômica era o pressuposto do desenvolvimento. Sem ela, um país não consegue criar riqueza.

De qualquer forma, seguindo a linha heterodoxa, como a da CEPAL, ou mesmo a linha monetarista/ortodoxa, Furtado e Campos representam uma geração de economistas e intelectuais que buscariam interpretar o Brasil de uma nova forma. Com arcabouços teóricos próprios e originais, como Furtado, que fez parte da CEPAL, buscando tirar o Brasil do subdesenvolvimento ou seguindo soluções monetaristas divergentes daquelas que os teóricos do FMI usavam em seu tratamento com países desenvolvidos. Esses autores então representavam uma tentativa do Brasil se desvencilhar da alienação econômica.

Essa reinterpretação de nossa realidade econômica e social acontece principalmente a partir dos anos 50 e, sobretudo, 60. Em grande parte, foi um esforço na compreensão de modificações tão intensas que o país atravessava. Já nos anos 60 passávamos pela primeira crise de nosso capitalismo industrial subdesenvolvido e

maduro. Os próximos dois capítulos serão uma pequena análise do que Campos e Furtado interpretam dessa crise. Várias perguntas foram feitas. Tais como: por que o desenvolvimento econômico alcançado até agora não foi capaz de elevar o padrão de vida da população? Por que nosso modelo industrial continua dependente dos países desenvolvidos? Qual a natureza da crise econômica que o país atravessava no começo dos anos 60 e por que entramos nela?

Furtado e Campos vão buscar resultados para essas perguntas, cada um a sua maneira. Furtado usando o arcabouço adquirido com o estruturalismo da CEPAL e Campos com sua análise ortodoxa.

A presente dissertação tem por objetivo colocar no primeiro capítulo um conceito de desenvolvimento econômico para, após isso, verificar as consequências deste através da bibliografia de dois autores importantes não só para a década de 1960, mas também para o pensamento econômico brasileiro. Celso Furtado e Roberto Campos, ao escreverem sobre a crise dos anos 1960, buscaram soluções, cada uma a sua maneira.

Não é o objetivo entender as diferenças entre as diversas correntes desenvolvimentistas e o liberalismo. São ideologias que servem de uma forma geral a burguesia e a seu padrão de acumulação. O que difere é a natureza desse padrão de acumulação. Como afirma Kuperman:

Neste sentido, tanto para os desenvolvimentistas quanto para os denominados liberais, o desenvolvimento econômico brasileiro deveria ter como característica a garantia da presença do capital privado. Mas, para eles, este capital privado poderia contar com a ajuda do capital internacional. Como sempre, não há contradições entre capital. Há um consenso em torno destes dois pontos. E a existência deste consenso nos remete à conclusão de que, em verdade, não existem contradições importantes entre estes dois campos, pois ambos representam frações de uma mesma classe dominante. (KUPERMAN, 2008, p. 115)

Isso corrobora, em parte, com a tese usada aqui anteriormente de que o Estado precisa auxiliar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Se nos países desenvolvidos, o chamado “desenvolvimento original” se deu com protagonismo ímpar da burguesia, nos países subdesenvolvidos, o chamado “desenvolvimento retardado” mostra a carência material e a necessidade dessa burguesia local ao contar com o Estado para realizar o dito processo econômico. Sendo assim

...compreendemos, portanto, que o processo de expansão do capitalismo no Brasil durante a década de 1950 foi impulsionado pelas ideias geradas por estes dois campos, nos quais predomina a defesa do capital. Para ambos, o Estado deve servir apenas como ferramenta auxiliar para a iniciativa privada, o que demonstra a proximidade ideológica dos dois campos. Assim, a disputa entre estes dois campos não reflete o embate entre uma proposta de crescimento redistributivo contra uma proposta de crescimento concentrador. Em nenhum momento qualquer dos dois aponta para a necessidade de políticas nas quais as classes trabalhadoras possam participar. A divergência gira em torno da atuação maior ou menor do Estado, embora não haja discrepância quanto à ideia de que este mesmo Estado esteja sempre a serviço do capital. É neste sentido que os dois projetos devem ser entendidos como pertencentes a frações de uma mesma classe: a burguesia brasileira. (KUPERMAN, 2008, p. 115)

Se nesse primeiro capítulo não abordamos mais detidamente as diferenças dentro das correntes desenvolvimentistas, isto fica mais claro nos próximos dois capítulos, onde colocamos Furtado como representante da corrente desenvolvimentista “nacionalista” e Campos como representante da corrente desenvolvimentista “não nacionalista”.³⁹ Quanto ao comentário da professora Esther Kuperman, entendemos que, de fato, esses intelectuais não estavam engajados em nenhum projeto onde vemos a participação popular. Talvez possamos contar com a exceção de Celso Furtado que, no meio da radicalização política, social e ideológica dos anos 60, propunha uma reforma política com o intuito de permitir maior participação das classes trabalhadoras no poder. Mas isso será mais bem explicado no próximo capítulo.

³⁹ Apesar de não concordar em sua totalidade com a teoria do ciclo ideológico do desenvolvimentismo usado por Bielschowsky, entendemos como pertinente a separação que este usa ao colocar os autores e seus respectivos pensamentos em determinadas correntes ideológicas.

Capítulo 2 – A visão de Celso Furtado da participação do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento e a crise dos anos 60

Uma das maiores preocupações de Furtado enquanto intelectual desenvolvimentista era o papel do Estado na industrialização. Os aparelhos estatais deveriam ter ampla participação na alocação e captação dos recursos necessários ao desenvolvimento econômico.

Furtado, porém, demorou a defender abertamente seus ideais. A resposta para isso se encontra na conjuntura intelectual em que se encontrava. Furtado fazia parte da CEPAL e escrevia em conjunto com Prebisch diversas vezes. Devemos entender que esta Comissão colocava como um dos seus pressupostos a intensa participação do capital estrangeiro no desenvolvimento das economias periféricas. Somente na década de 1960 iria esclarecer essa situação, afirmando que não concordava com a captação de poupança externa. A entrada de capitais externos criaria um fluxo de renda de saída de capitais, o que em nada poderia beneficiar nosso processo de industrialização. A melhor maneira de se lidar com esse capital era através da ação disciplinadora do Estado desse mesmo capital externo.⁴⁰

O controle de setores estratégicos para a economia nacional, como siderurgia e energia, era fundamental para Furtado. Colocaria que o desenvolvimento industrial somente se daria se o Estado controlasse esses setores. O caso da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, na década de 1940, e da Petrobrás, uma década depois, mostravam isso. A autonomia nacional e seu desenvolvimento seriam impossibilitados se a iniciativa privada controlasse essas áreas. O monopólio ou maior controle do Estado desses elementos permitiria que o desenvolvimento servisse mais aos interesses nacionais.

Antes de Furtado, o intelectual que se destacava na defesa do planejamento estatal era Simonsen. Porém, esta defesa tem diferenças significativas em relação a opinião de Furtado. Em suas obras, principalmente *Formação Econômica do Brasil*, a participação do Estado e o planejamento em si, eram a base das análises dos desequilíbrios estruturais de nossa economia. Nisto, a superação do subdesenvolvimento

⁴⁰ BIELSCHWOSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Contraponto. RJ. 1995.

deve partir inicialmente da decidida participação do Estado na economia e no desenvolvimento industrial.

Furtado também integrou, ou melhor, foi o mais destacado autor dos estudos da CEPAL aplicado ao Brasil, no que se refere ao contexto da década de 1950. Auge da aceitação do pensamento estruturalista da CEPAL no Brasil. A Comissão Mista CEPAL-BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) elabora a metodologia do “planejamento integral”. O que viria a ser completamente diferente da metodologia usada por Roberto Campos no Plano de Metas alguns anos depois, baseada no planejamento “setorial”.

Numa distinção básica entre os dois, no documento elaborado por Furtado temos preconizada a ação estatal que seria importante para compensar as deficiências da ausência de alocação de recursos destinados ao desenvolvimento. Radicalmente diferente, temos o Plano de Metas, de Roberto Campos. Neste tipo, temos a localização dos chamados “pontos de estrangulamento”, onde o Estado estabelece uma política econômica a fim de garantir as taxas mínimas necessárias para sua correção.

O método de Furtado e da CEPAL era muito crítico a esse planejamento adotado por Campos. A principal questão levantada era de que o Plano de Metas seria coerente com a hegemonia da iniciativa privada, o que Furtado combatia. De qualquer forma, os estudos de Furtado sobre o papel relevante que o Estado tem que ter nas economias periféricas e seu desenvolvimento se tornaram relevantes conforme o processo de industrialização avançava. Não apenas isso se tornava também um dos pressupostos das análises da CEPAL.

A relevância da obra de Furtado se estende por vários campos da vida acadêmica. Desde a história à economia e também dentro da teoria do desenvolvimento. O principal elemento em sua obra é sua decidida vontade em trazer todos dentro da sociedade para que possam usufruir dos benefícios do desenvolvimento econômico. Essa vontade se instrumentaliza na formulação de programas de desenvolvimento econômico, onde se tem um entendimento entre as classes e uma série de medidas de planejamento estatal.

É nesse sentido que analisamos o papel do Estado para este autor. Um Estado que tem enormes diferenças dos Estados dos países desenvolvidos. Os problemas se estendem desde a dificuldade de poupança, conseqüentemente de demanda a

dificuldades de administração de profundas desigualdades econômicas e sociais, e que por isso mesmo gera conflitos sociais enormes.

Parte-se então da ideia de que o desenvolvimento promovido deve servir a coletividade. E esse desenvolvimento vem da estabilidade econômica e da acumulação capitalista permanente. Um ponto importante deve ser destacado aqui. Em nenhum momento de suas obras Furtado questiona o capitalismo enquanto sistema. Muito pelo contrário, é a partir da reforma desse sistema que a coletividade deve usufruir das benesses do desenvolvimento econômico.

Aliás, a reforma desse sistema, no contexto brasileiro, passa pela expansão do mercado consumidor interno. Isso somente viria com a melhora da qualidade de vida e do seu poder de compra da população, o que se daria com a distribuição de rendas e de terras.

As obras de Furtado possuem uma grande preocupação histórica. Isso mostrava a necessidade que a América Latina tinha e, sobretudo o Brasil⁴¹, de elaborar medidas próprias para a resolução de seus problemas. Ou seja, deveríamos adotar medidas diferentes das adotadas pelas democracias européias, que na década de 1950, instalavam o Estado de bem-estar. Furtado mostrava, com suas obras, que o modelo europeu não deveria ser copiado e que o Brasil deveria seguir um caminho próprio de desenvolvimento. A própria teoria da deterioração dos termos de troca elaborada pela CEPAL e a teoria do subdesenvolvimento são provas da especificidade da América Latina. E são esses elementos que impedem o desenvolvimento econômico e a posterior distribuição de renda.

O Estado enquanto protagonista do desenvolvimento econômico deve responder às demandas e os interesses de classes sociais tão conflituosas e ao mesmo tempo legitimar suas atuações perante a sociedade. Esse Estado que é trabalhado na *Formação Econômica Brasileira*. Seguindo o exemplo da problemática gerada pelo café no começo do século XX, o Estado começou a resolver o problema do café através de sua queima, o que garantiria a princípio, a manutenção dos empregos gerados por essa produção.⁴²

Ao defender os interesses do setor cafeeiro durante os anos que se seguiram a crise de 29, o Estado adota uma política anticíclica e com isso impede a quebra total

⁴¹ Sua principal obra nesse sentido é “Formação Econômica do Brasil”

⁴² FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. 2005. 32 edição.

dessa elite cafeicultora, o que mais tarde levaria essa renda protegida a substituir as importações e iniciar o processo de industrialização de forma mais intensa. Na verdade, isso não foi somente uma resposta à crise que vinha de fora, mas também uma resposta interna a proteção dos cafeicultores que investiam o excedente de sua renda na industrialização leve.

Nesse contexto nasce uma das características mais importantes do Estado na obra de Furtado: proteger e manter o setor capitalista mais dinâmico e sua renda. No caso do Brasil naquele momento, a defesa do café seria importante porque iria defender a renda dos cafeicultores e, acima disso, manter o nível de empregabilidade. Isso se faz através de políticas cambiais, fiscais e de investimento. O incremento da produção é a tônica do debate de Furtado e da CEPAL em seus escritos. A manutenção do apoio e incremento da atividade mais dinâmica dentro de uma economia periférica abre possibilidades de se investir em novas atividades, gerando renda e emprego. No caso do café, a proteção dessa economia agrária geraria renda para a substituição das importações.

O Estado então deve estar comprometido com as frações burguesas mais dinâmicas e avançadas da economia nacional, combatendo aquelas frações e agentes sociais interessados na manutenção de uma economia agrária e subdesenvolvida. O Estado, nesse sentido, está acima de interesses específicos de uma determinada classe ou fração de classe e possui uma racionalidade e legitimidade que o permite gerenciar os processos econômicos e sociais que conduzem ao desenvolvimento de uma economia ainda subdesenvolvida.

No entanto, existem obstáculos à atuação do Estado numa economia subdesenvolvida. Desde a construção de um projeto nacional até a ação concreta através de políticas estatais existe uma enorme diferença. Falamos principalmente da grande desigualdade econômica e social existente nos países subdesenvolvidos. A desigualdade social leva, em muitos aspectos, ao surgimento de interesses antagônicos entre as classes sociais, o que dificultaria muito a atuação desse Estado. Por isso, Furtado insistia bastante na necessidade de reformas econômicas e sociais que reduziriam a desigualdade, facilitando assim a atuação deste Estado.

Uma das principais obras iniciais de Furtado que trata disso é *A Pré-Revolução Brasileira*. Nesse livro, Furtado já admite que exista uma série de dificuldades ao pleno funcionamento do Estado. A diminuição das contradições e desigualdades materiais

dentro de uma economia subdesenvolvida é então um pressuposto para a atuação do projeto nacional. E um dos maiores entraves é a diferença entre o urbano e o rural visto que o trabalhador do campo não usufrui dos benefícios do desenvolvimento econômico⁴³. Por isso a importância de reformas como a agrária, a fiscal, a bancária e a administrativa. Vale ressaltar que a primeira publicação de *A Pré-revolução Brasileira* é de 1962, um dos momentos em que mais se discutia, no Brasil, a necessidade de reformas estruturais em nossa sociedade. Já no começo de 1964, o então presidente Goulart afirmaria a necessidade dessas reformas. No contexto brasileiro, essas seriam: reforma agrária; reforma política; reforma universitária; reforma da Constituição e consulta a vontade popular⁴⁴.

Já no primeiro capítulo, Furtado demonstra um grande otimismo em relação ao caminho de transformação que o país trilhava e analisa diversas questões sobre a realidade que atravessada no começo da década de 1960.⁴⁵ A primeira delas é sobre a falta de políticas públicas dedicadas à melhora da qualidade de vida da população. Furtado mesmo explica que, com a industrialização, nem todos os setores da sociedade melhoraram de vida, a exemplo dos camponeses e operários que, em certas circunstâncias, tiveram seu padrão de vida piorado. Isso sem falar na concentração de renda que aumentava com o passar do tempo. No campo, por exemplo, a estrutura de latifúndios apenas beneficiava grupos que não investiam na produção. “Com efeito, à causa do anacronismo da estrutura agrária, esse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários.”⁴⁶

Em seu diálogo com estudantes, Furtado chega à conclusão que aquele era o momento para a realização de uma filosofia de ação. Ou seja, sabia-se que os problemas existiam, cabia à sociedade responsabilizar-se e mobilizar-se para sua alteração.

A segunda questão que Furtado aborda é a da necessidade dessa filosofia de ação e esta é o marxismo. Para o autor existe “a necessidade de uma filosofia que nos oriente na ação (...). A razão é simples: o marxismo em qualquer de suas variantes, permite traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação”.⁴⁷

⁴³ FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Fundo de Cultura. RJ. 1962.

⁴⁴ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Civilização Brasileira. RJ. 1977.

⁴⁵ *A Pré-Revolução Brasileira*.

⁴⁶ Op. Cit. P. 14.

⁴⁷ Op. Cit.

Em sua breve análise elogiosa do marxismo, Furtado nos afirma que esta filosofia é “em última instância, um estágio superior do humanismo; pois colocando o homem no centro de suas próprias preocupações, reconhece, contudo, que a plenitude do desenvolvimento do indivíduo somente pode ser alcançada mediante a orientação racional das relações sociais.”⁴⁸

Em poucas palavras, Furtado explica os principais conceitos do marxismo que podem ser aplicados ao desenvolvimento das economias periféricas. Afirma ainda que a realidade social é histórica e por isso mesmo passível de mudanças e de superação. É possível reconhecer os elementos atuantes no processo social e sua melhor forma de se conduzir a uma situação de desconcentração de renda e de fim do subdesenvolvimento.

Quanto aos objetivos gerais do desenvolvimento, o Brasil não deve se subordinar aos problemas de ordem estratégica e militar, sejam eles dos EUA ou da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), mesmo que se admita a incapacidade do Brasil de propor qualquer alteração no campo das relações de força entre as superpotências. Aqui temos uma importante questão para o papel do Estado. Embora sem forças para qualquer atuação significativa no âmbito da Guerra Fria, ou seja, atuação no campo externo, Furtado então pensa que é imperativo que esse Estado se volte para os problemas internos e a criação de políticas de desenvolvimento.⁴⁹

Reconhecida a impotência no cenário mundial, cabe ao Brasil decidir apenas sobre os processos políticos e econômicos internos. Traçar objetivos e resolvê-los. A incapacidade de atuação no âmbito externo permite-nos atuar com mais liberdade no âmbito interno. A partir disso, Furtado usa o marxismo como ferramenta para afirmar que o desenvolvimento vem com a correta utilização dos objetivos sociais da produção e a organização da propriedade privada.

Importante destacar que Furtado em momento algum se coloca a favor do fim da propriedade privada. O autor usa o marxismo enquanto ferramenta analítica importante para o que ele chama de “correta” utilização dos meios de produção. Ou seja, os meios

⁴⁸ Op. Cit. Pág 17.

⁴⁹ “O reconhecimento de nossa própria impotência, num mundo dominado por um impasse supremo, impõe-nos o dever de tomar consciência plena dos objetivos de nossa ação política em função de nosso próprio destino de povo e cultura. Em outras palavras: a nossa impotência em face do impasse mundial tem, como reverso maior margem de liberdade no que respeita à determinação dos próprios objetivos. E, como sói acontecer, essa margem maior de liberdade traz consigo uma consciência mais clara de responsabilidade.” Op. Cit. P. 19.

de produção e as relações sociais de sua produção devem ser modificados para a elevação da qualidade de vida da coletividade. Observemos então como ele coloca isso:

Sempre que exista conflito entre os objetivos sociais da produção e a forma de organização desta em empresa privada, teriam que ser tomadas providências para preservar o interesse social (...) destes últimos (poder político) é que se ditam, em última instância, as normas de distribuição e de utilização da renda social sob as formas de consumo público ou privado”. Ou seja, à medida que avançam as formas de produção, mais o Estado deve participar como intuito de evitar qualquer tipo de erro no uso dessa propriedade privada. O Estado deve fazer com que a propriedade trabalhe para atender a coletividade, mas nunca acabar com ela. (FURTADO, 1962, p. 19)

Se para os marxistas existe o argumento teleológico de que as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção devem conduzir necessariamente a uma revolução socialista, para Furtado, no capitalismo, o Estado deve atuar no sentido de evitar qualquer tipo de abuso no funcionamento dessa propriedade privada e ao mesmo tempo criar políticas e projetos nacionais para acabar com as distorções que caracterizam o subdesenvolvimento.

Ao falar de modelos de desenvolvimento, Furtado insiste no humanismo visto que diversos padrões de desenvolvimento adotados eram anti-humanos. O autor insiste nisso porque observava que o desenvolvimento atravessado pelo Brasil era inegável e este convivia com a concentração de renda e de terra apesar dos significativos avanços tecnológicos e industriais apresentados.⁵⁰

Ao chegar a conclusão de que o desenvolvimento econômico era concreto e que o país realmente passava por uma grande transformação, insiste-se na relação entre liberdade individual e desenvolvimento material. O autor cita como exemplo a URSS, que teve ao longo da primeira metade do século XX um rápido desenvolvimento sem humanismo ou mesmo liberdade. O autor via o desenvolvimento material como, na verdade, um meio de se atingir um fim. Senão, notemos: “Alcançamos aqui o ponto central de nossas reflexões: definidos os objetivos autênticos, como concertar-nos para a ação? Como prevenir que a luta por objetivos intermediários ou secundários nos faça dar de vista os fins verdadeiros?”⁵¹ Se o desenvolvimento material de uma sociedade é

⁵⁰ Op. Cit. P. 20.

⁵¹ Op. Cit. P. 21.

um meio, o fim último seria “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade. Em linguagem mais corrente: liberdade e desenvolvimento econômico.”⁵²

Conseguimos chegar a uma primeira conclusão geral sobre o que seria desenvolvimento para Furtado. Vimos também que o autor usa o marxismo como ferramenta analítica e a crítica à subordinação da política brasileira às estratégias militares dos EUA. Também observamos que a importância do Estado enquanto protagonista do desenvolvimento material da sociedade brasileira. Nas páginas seguintes, Furtado vai buscar relacionar o uso mais humano do desenvolvimento material como meio de se alcançar os fins necessários. Afirma ainda que, devido ao processo histórico das últimas décadas (Furtado escreve o livro em 1962), era como se houvesse uma opção forçada entre liberdade ou bem estar das massas.

Ao discutir a relação liberdade/desenvolvimento, o autor nos explica que nas sociedades subdesenvolvidas socialistas existe o alto preço pago pelo seu desenvolvimento, que é feito em troca de uma total falta de liberdade. “Com efeito: é fato mais ou menos evidente que o rápido desenvolvimento material da União Soviética, até há pouco país subdesenvolvido, se baseou, parcialmente, em métodos anti-humanos.”⁵³

Suas populações estão dispostas a pagar esse preço porque sabem as duras condições de permanecerem no subdesenvolvimento. Ao contrapor com nossa sociedade, fala das péssimas condições de vida experimentadas pela nossa economia. O autor ainda acrescenta que a liberdade aqui somente é apreciada por poucos em detrimento da maioria, ou seja, não existem alternativas para a ausência de liberdade no subdesenvolvimento. Nisso temos um conclusão: existem poucas possibilidades. Seja para economias socialistas ou economias capitalistas subdesenvolvidas, a falta de liberdade não é um fenômeno passageiro.

Ao desenvolver seus argumentos sobre as sociedades socialistas, Furtado nos afirma que o rápido crescimento dessas sociedades se deveu ao fato de que o marxismo-leninismo aplicava técnicas de crescimento que somente eram possíveis em sociedades fechadas, chamadas pelo autor de ditaduras. Esse parece ser o grande problema apresentado pelo autor: como elaborar um projeto de rápido crescimento econômico em sociedades abertas? A princípio, Furtado parece defender que a sociedade brasileira é

⁵² Op. Cit. Pp. 19 a 21.

⁵³ Op. Cit. P. 21.

aberta. E também afirma: “Deste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político.”⁵⁴

A partir de então, Furtado se concentra na realidade brasileira. Afirma que existe uma espécie de dualidade estrutural em nossa sociedade. No campo, temos uma sociedade de tipo fechada, onde o camponês não tem direitos e tentar se organizar é encarado como atitude subversiva. Nas cidades, temos uma sociedade de tipo aberta onde a classe operária tem plena liberdade para operar suas reivindicações. Desse comentário do autor podemos entender que somente no campo se encontram as condições sociais e materiais possíveis de se fazer uma revolução de tipo marxista-leninista.

Chegamos assim, a uma conclusão de extraordinária importância para nós: a existência de uma dualidade no processo revolucionário brasileiro. Na medida em que vivemos numa sociedade aberta, a consecução dos supremos objetivos sociais tende a assumir a forma de aproximações sucessivas. Na medida em que vivemos numa sociedade rígida, esses objetivos tenderão a ser alcançados por uma ruptura cataclísmica. (FURTADO, 1962, p. 29)

Para que o Brasil não siga o caminho de desenvolvimento das economias socialistas, engessadas em uma sociedade rígida, seria necessário a introdução de “modificações em nossas estruturas básicas. Como não nos preparamos para essas modificações e as ansiedades coletivas se agudizam dia a dia, transformando o desenvolvimento em imperativo político, passamos a viver uma autêntica fase pré-revolucionária”.⁵⁵

Furtado parece, nesse momento, preocupado com diversas possibilidades de retrocessos no quadro político brasileiro. Esses retrocessos podem ser a esquerda, no caso de uma revolução marxista-leninista, guiada, sobretudo pela rigidez campesina, ou o retrocesso também pode ser a direita. Em situações de crises políticas “os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam às soluções de emergência ou golpes preventivos.”⁵⁶

Para evitar os dois tipos de retrocesso político, Furtado sugere que seja dada mais elasticidade às desgastadas e rígidas estruturas econômicas e sociais brasileiras. E

⁵⁴ Op. Cit. P. 27.

⁵⁵ Op. Cit. P. 30.

⁵⁶ Op. Cit. P. 31.

essas modificações seriam as reformas ditas anteriormente: reforma agrária, bancária, fiscal, tributária e administrativa, dentre outras. Somente levando a cabo essas reformas é que a economia nacional teria forças para suportar as pressões sociais e o aumento da demanda, conduzindo a uma melhora gradativa da qualidade de vida da população. Isso sem falar que a reforma agrária levaria ao fim da rigidez social no campo. Voltamos aqui ao tema do papel do Estado em uma das mais importantes afirmações de Furtado:

Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. (FURTADO, 1962, págs. 31 e 32)

Aqui temos uma das passagens mais marcantes e importantes de toda a obra de Furtado. Nesse parágrafo destacado o autor sugere funções para o Estado, tal como estudamos aqui, e a melhor forma de se conduzir o desenvolvimento econômico e social da forma mais equânime possível. Reformas seriam necessárias para aplacar a pressão social sobre o rígido capitalismo subdesenvolvido brasileiro e evitar, dessa forma, a implantação de ditaduras, sejam elas de esquerda ou de direita.

Ao falar sobre política econômica, Furtado faz críticas ao liberalismo econômico e seu maior pressuposto: os automatismos do mercado são capazes de se autorregular sem prejuízos para a sociedade. Afirma ainda que essa premissa é equivocada e que se o mercado permanecer sem intervenção, o capitalismo continuará tendendo a crises que resvalam no social. Ao citar Keynes, o autor nos fala dos ideais intervencionistas do pós-crise de 1929 ou mesmo do pós Segunda Guerra. Um dos principais elementos que traria equilíbrio ao sistema capitalista e seus automatismos de mercado seria a situação de pleno emprego. Este é o principal objetivo da política econômica dos países desenvolvidos.

Furtado também estabelece uma relação entre pleno emprego e política de desenvolvimento. Um país desenvolvido, ao alcançar o patamar de pleno emprego, passa a sofrer escassez de mão de obra, o que pressionaria os salários para cima.

Ora, numa economia capitalista, a escassez permanente de mão de obra pressiona no sentido da elevação dos salários reais, o que, por seu lado, estimula fortemente as inovações tecnológicas tendentes a poupar mão de

obra. Esse avanço tecnológico acelerado garante a manutenção da taxa de lucro. Ora, para evitar o colapso da demanda efetiva e o desemprego é indispensável que esses lucros sejam absorvidos pela economia em um fluxo contínuo de novas inversões, isto é, que a economia se mantenha crescendo. Em outras palavras: a política de pleno emprego traz implícita outra de desenvolvimento. (FURTADO, 1962, p. 37)

Esta fórmula parece ser a responsável pela prosperidade econômica e social alcançada pelos países desenvolvidos naquele que foi chamado de ciclo de ouro do capitalismo. Porém, devemos deixar claro que o modelo explicitado acima é um modelo de política econômica aplicado a um país desenvolvido. A partir desse raciocínio, Furtado parte para a análise do que seria necessário aos países de economia periférica.

Nas últimas décadas, segundo o autor, os países subdesenvolvidos, de uma forma geral, têm elaborado planos que não levavam em conta seus diversos problemas estruturais enquanto que os países desenvolvidos faziam projeções tendo em conta suas estruturas. Afirma ainda que, no caso do Brasil, a realização das chamadas reformas de base demonstram uma retomada da consciência de nossos problemas estruturais. Se nos países desenvolvidos o trabalho do economista e dos responsáveis pelas políticas econômicas é relativamente simples, a introdução da política do pleno emprego é um de seus elementos mais marcantes, num país subdesenvolvido como Brasil o problema parece ser mais complexo. Na visão de um economista ortodoxo, os problemas estruturais brasileiros não parecem de ordem econômica. Por isso a dificuldade em se armar de ferramentas teóricas necessárias ao diagnóstico dos problemas e, a partir daí, sua resolução. E para Furtado, essa situação somente se resolve com enorme esforço teórico por parte desses economistas e, porque não dizer, desse quadro político nacional que é o responsável direto pelas diretrizes econômicas adotadas.

Em mais uma importante citação sobre a importância do Estado no desenvolvimento econômico, este é responsabilizado pelos problemas estruturais e as contradições inerentes ao subdesenvolvido sistema capitalista brasileiro.

Por causa do acelerado processo de industrialização nacional, o Estado deveria fazer reformas estruturais e institucionais que dotassem a economia nacional de uma infraestrutura e de serviços públicos de qualidade para acompanhar esse processo.

Nas palavras do próprio Furtado:

(...) (problemas estruturais e a crise dos anos 1960) resultou menos dos automatismos econômicos operando espontaneamente do que da tomada e consciência coletiva da necessidade de concentrar esforços em pontos estratégicos para romper inflexibilidades estruturais, como sucedeu nos casos

da criação da grande siderurgia e da promoção da indústria automobilística, para citar exemplos conspícuos. (FURTADO, 1962, p. 42)

Ou seja, para o autor, uma das principais funções do Estado é acompanhar o acelerado processo de industrialização brasileiro. E essa é a acusação que Furtado faz: o Estado não somente não acompanhou a industrialização com reformas, como também reforçou a concentração de renda e de terras, beneficiando agentes sociais parasitas e a corrupção. Nenhuma reforma necessária havia sido feita até aquele presente momento.⁵⁷ Os problemas sociais e econômicos enfrentados não eram consequência da industrialização, como queriam afirmar os liberais, mas da falta de ajustes necessários à economia, falta de reformas e ajustes no funcionamento do Estado.

“O fato de que o Parlamento não capacite a administração para coletar impostos de que necessita e ao mesmo tempo amplie todos os dias os gastos do governo em função do desenvolvimento, traduz claramente a grande contradição que existe presentemente na vida política nacional”⁵⁸. Furtado ainda acrescenta que os frutos do desenvolvimento são financiados não por aqueles que usufruem do mesmo desenvolvimento, mas por aqueles que sofrem a concentração de renda derivada desse processo. Ou seja, o país cresce, se industrializa, beneficia uma fração da sociedade, mas quem paga pela manutenção do processo é exatamente a população mais pobre que apenas perdeu com o desenvolvimento.

Talvez o grupo mais castigado pelo desenvolvimento promovido seja o camponês. Este sofre as tensões estruturais da ausência de uma reforma agrária. Com o crescimento mais acentuado da população urbana, o que se exige da produção agrícola não é aquilo que esta conseguiria responder em longo prazo com seus latifúndios improdutivos e sua mão de obra sem a menor organização sindical e trabalhista. Disso resulta que a escassez de alimentos gera uma pressão inflacionária sobre os gêneros alimentícios nas cidades e especulações de todo tipo no campo.⁵⁹ Não à toa que a reforma agrária é uma das mais importantes reformas na concepção do autor. Esta permitiria uma desconcentração da terra e a renda no campo, o fim dos grupos parasitários que se beneficiam com o aumento da renda da terra e também e o mais

⁵⁷ Furtado se refere a 1962, momento em que segundo ele a economia nacional já começava a sofrer os reveses da falta de reformas que eliminariam ou reduziriam a rigidez na sociedade brasileira.

⁵⁸ Op. Cit, P. 43.

⁵⁹ Op. Cit. P. 44.

importante: acompanharia o aumento da demanda por alimentos das grandes cidades, um subproduto do desenvolvimento.

Se a questão mais importante para Furtado é o desenvolvimento em si, temos uma crítica aos que pensam ser a inflação a preocupação última dentro da economia nacional. Preocupar-se mais com a inflação do que com o desenvolvimento é mostrar-se sensível com os riscos que a camada privilegiada poderia sofrer com o aumento da inflação, consequência do desenvolvimento. O compromisso de Furtado é com o desenvolvimento e a manutenção das taxas de crescimento. Percebemos aqui um diálogo e uma crítica do autor aos argumentos liberais que tinham como pressuposto básico o combate à inflação.

Examinemos então como Furtado entende o problema da inflação e sua relação com o Estado, nosso objeto de estudo aqui:

A causa fundamental da inflação não está em um aumento da participação do setor público no produto nacional, pois esta participação não é maior do que a de muitos outros países que gozam de estabilidade e manteve-se constante no último decênio. O que houve foi uma inadequação crescente do setor fiscal para financiar os gastos públicos, com a agravação, nos últimos dois anos, decorrente da eliminação do setor cambial como instrumento de arrecadação de recursos para o Governo. Se queremos efetivamente enfrentar o problema da inflação, deveremos fazê-lo mediante uma reforma fiscal-administrativa em profundidade e não tumultuando a ação do setor público através de um ineficaz plano de economias ou sobressaltando a economia privada com inconseqüentes medidas no setor bancário. (FURTADO, 1962, p. 46)

Portanto, o problema da inflação não se encontra no aumento da participação do Estado na economia e muito menos em suas atitudes como fomentador do desenvolvimento. Mais uma vez, Furtado menciona reformas que possam alavancar o processo de desenvolvimento. Fala agora de uma reforma fiscal-administrativa. É como se o Estado estivesse arrecadando mal e gastando mal em suas obras. Em nenhum momento comenta-se em diminuir a participação do Estado na industrialização brasileira. O Estado é elemento fundamental dentro desse processo para o autor, o que precisa mudar é a qualidade da interferência deste agente dentro dessa intensa transformação estrutural pela qual passava a economia nacional.

A partir dessa conclusão, Furtado segue o raciocínio de que a atitude de um Estado em um país subdesenvolvido democrático é bem diferente da de um Estado em um país desenvolvido. Tomada a consciência de nosso subdesenvolvimento o Estado

precisa ser reformulado para atender a demanda de um novo processo de desenvolvimento que o país atravessava naquele momento.

... fomos inapelavelmente conduzidos a reformular as funções do Estado. (...) Se admitirmos que seja objetivo precípua da ação estatal promover padrões mais altos de bem estar social, cabe-nos estabelecer em que condições e sob que forma compatível com outros ideais de convivência social postulados poderá o Estado, em um país subdesenvolvido, alcançar aquele objetivo. (FURTADO, 1962, p. 73)

Furtado admite que a falta de entendimento entre economistas e cientistas políticos é um dos responsáveis pela falta de uma coesão em torno de um planejamento da política econômica. Porém, não basta a um país subdesenvolvido o bom entendimento de economistas e cientistas políticos e também criar uma estabilidade econômica e uma situação de pleno emprego. Existe uma série de diferenças. Num país subdesenvolvido, temos um enorme desequilíbrio estrutural a ser resolvido antes de qualquer coisa. Por causa de nossa estrutura deficiente, somos antes condicionados, por um pensamento conservador, a pensar primeiro no equilíbrio de preços, o que somente desgasta qualquer tentativa séria de desenvolver um país. Outro fator importante também deve ser levado em conta:

(...) em face da debilidade da classe empresarial numa economia subdesenvolvida, é possível que a ação supletiva do Estado deva ser muito ampliada ou deva assumir formas inaceitáveis em economias de elevado grau de desenvolvimento. A ação estatal, visando à formação da classe empresarial, à reorientação dos investimentos, a uma mais rápida acumulação de capitais, redução dos riscos, etc. assume, aparentemente, a forma de drástica redução na área do *laissez-faire*. (FURTADO, 1962, p. 75)

Furtado admite que os graus e a qualidade de participação do Estado na economia variam de acordo com o grau de desenvolvimento das economias. De qualquer forma, a crítica aos liberais foi feita. Os automatismos de mercado são insuficientes para levar qualidade de vida à população. O Estado deve participar ativamente do processo. Seja criando pleno emprego nos países desenvolvidos ou fomentando reformas e aumentando sua participação no caso de países periféricos, sobretudo o Brasil.

No entanto, essa participação do Estado não pode ser feita sem antes um planejamento e a criação de um objetivo específico de desenvolver o país. Se, num país desenvolvido, o aumento da participação do Estado pode trazer prejuízo ao bom

funcionamento da economia, por outro lado, num país subdesenvolvido, o aumento da participação do Estado pode permitir a melhor alocação de recursos e o melhor planejamento dos investimentos. Nesse sentido, Furtado insiste em quebrar o mito de que o aumento da participação do Estado pode provocar a queda da liberdade individual numa sociedade liberal. Seu principal argumento era que os países desenvolvidos haviam conseguido um equilíbrio entre liberdade individual e participação do Estado na criação do pleno emprego.

Não ao acaso que o autor volta ao argumento de que é necessário um debate maior entre economistas e cientistas políticos no Brasil. Sem esse debate e aproximação, faltam as ferramentas analíticas importantes ao necessário planejamento estatal. Por conta dessa falta de debate, também temos a confusão que, por ora, foi resolvida nos países desenvolvidos. A confusão entre liberdade individual e a liberdade de mercado. Furtado insiste que, nos países subdesenvolvidos, o Estado deve participar ativamente e fomentar o processo de industrialização. Embora isto de forma alguma represente um retrocesso político. Como falamos antes, somente temos uma situação de retrocesso político numa sociedade democrática como a nossa no caso de uma revolução marxista-leninista. O autor nos afirma que a maior participação do Estado pode facilitar a realização das reformas necessárias. E não é somente aumentar a participação do Estado, mas também modificar e aparelhar esse Estado.

Nenhuma tarefa é mais urgente, neste país, do que a de aparelhar o Estado para a luta pelo desenvolvimento. De organização quase exclusivamente destinada a prestar serviços, o Estado está evoluindo para um dispositivo de ação com responsabilidade de transformar a estrutura econômica. (...) (porém) O Estado não está devidamente aparelhado para exercer nenhuma das funções básicas de uma política de desenvolvimento econômico. As políticas monetária, fiscal, de exportação e importação, cambial, de fomento industrial, de assistência técnica à agricultura, dependem todas, entre nós, de medidas mais ou menos improvisadas e quase sempre tomadas de forma desconexa. O aparelhamento administrativo não permite o mínimo de integração para essas distintas políticas visem objetivos de conjunto. (FURTADO, 1962, p. 78)

Nisso podemos concluir a urgência das reformas administrativa, bancária, fiscal, tributária, dentre outras que foram pregadas por Furtado. Não bastava aparelhar e dotar o Estado de uma nova razão fomentadora de desenvolvimento se as diversas áreas citadas aqui não fossem reformadas.

Ao falar da objetividade do economista, Furtado comenta que a geração de profissionais com a qual ele dialoga, ou seja, a dos economistas da década de 1960, era

uma geração que aprendeu que as ciências econômicas não eram independentes da realidade social. E que toda teoria apreendida não era válida se não fosse aplicável à realidade humana. Um fenômeno não pode ser entendido fora de seu contexto social e para isso seriam necessários juízos de valor. No entanto, reconhecem-se as limitações dessa teoria aplicadas a um país subdesenvolvido com grandes problemas estruturais e de ausência de integração social. Em países como Brasil, a profissão do economista começa a ser valorizada e já não se procuram fórmulas prontas que venham de fora.

Nesse sentido, Furtado exerce uma crítica aos intelectuais liberais brasileiros. Estes que insistiam em leituras liberais de nossa realidade econômica, o que para o autor somente reforçava nossa situação de dependência. Porém, Furtado parece concentrar suas críticas aos economistas de fora que não conhecem nossa realidade.

O conflito que alguns economistas brasileiros têm tido com competentes teóricos do Fundo Monetário Internacional ilustra claramente esse problema da objetividade. Os economistas do Fundo Monetário aceitam como postulado que nada é mais importante para um sistema econômico que um grau mínimo de estabilidade. Como todo postulado, esse resulta de observações empíricas, observações essas feitas em países de estruturas relativamente homogêneas. Nessas estruturas, o crescimento econômico ocorre com grau moderado de inflação. Ultrapassado esse grau, os critérios de racionalidade começam a falhar, reduzindo-se o crescimento ou aumentando o seu custo social. Em tais condições, a terapêutica para corrigir a inflação consiste via de regra, numa redução do gasto público ou do investimento privado. Ao tentar universalizar essas regras, os economistas do Fundo Monetário cometem um erro de sérias consequências para os países subdesenvolvidos, erro esse tanto mais grave quanto decorre da aplicação de critérios supostamente científicos. (FURTADO, 1962, p. 82)

É o que se comenta sobre a objetividade do economista para o autor. A aplicação das ciências econômicas de nada adianta se não houver correta relação com a realidade. Furtado faz questão de afirmar que a realidade social e econômica dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos é radicalmente diferente. Observamos aqui uma influência da CEPAL no esforço teórico por parte do autor em afirmar o modelo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos deve seguir uma lógica própria, ou seja, uma lógica formada pelos intelectuais desses próprios países após a correta análise de seu processo histórico e de suas débeis estruturas.

Se para países desenvolvidos a estabilidade, e mesmo o crescimento econômico, passa pelo pleno emprego, ou seja, pela utilização da capacidade produtiva, isso não se dá num país subdesenvolvido. Em países como Brasil, “a estabilidade passa a ser um problema estritamente de nível de preços.” Porém, a manutenção dos preços pode

significar o desemprego de parte dessa mão de obra nesses. Furtado conclui que “a estabilidade poderia ter um custo social mais alto do que a própria inflação. Transformar a estabilidade de meio em fim é colocar como princípio básico de convivência social a imutabilidade na distribuição de renda.”⁶⁰ Como vimos anteriormente, para Furtado a finalidade ou a preocupação maior do ser humano é o desenvolvimento. Este deve ser o fim e não a estabilidade. Critica-se a busca da estabilidade como fim e não como meio. Fazer isso é sacrificar o crescimento e o desenvolvimento. Mais um crítica, e ao mesmo tempo um diálogo com os liberais, que eram os que mais se preocupavam com a estabilidade e o controle da inflação. Como Furtado se define como humanista, o humanismo para este autor era a elevação da qualidade de vida da população e de sua renda. A ferramenta a ser usada era o desenvolvimento econômico. E sem distribuição de renda não adiantava nada controlar a inflação.⁶¹

A partir da discussão sobre a falta de objetividade aos economistas que lidam com países subdesenvolvidos, Furtado inicia uma discussão sobre a questão do capital estrangeiro. Quanto a corrente que defende a participação do capital estrangeiro, afirma-se que elevar a taxa de investimentos em países subdesenvolvidos com capital nacional (público estatal ou privado nacional) é algo extremamente difícil e que seria necessário recorrer ao capital externo. A crítica de Furtado é que esse pensamento se aplica muito bem quando falamos de países desenvolvidos, cuja maior preocupação é o pleno emprego. Ou seja, nas palavras do autor:

Em tais condições, interferir no processo de crescimento através de um aumento artificial da taxa de poupança poderá ter como consequência uma modificação nas condições da procura e uma baixa de eficiência na aplicação dos novos investimentos. Sendo assim, somente um influxo de capitais externos poderia elevar a taxa de investimento, sem baixa na eficiência média desse investimento. (FURTADO, 1962, p. 85)

Temos, então, a compreensão de que os países desenvolvidos podem muito bem receber capitais externos sem que isso provoque desequilíbrios financeiros.

O mesmo não se dá numa economia subdesenvolvida. No Brasil “a entrada de capitais externos significaria a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país”⁶². Isso porque numa economia ainda não desenvolvida, com uma

⁶⁰ Op. Cit. P. 83.

⁶¹ Idem.

⁶² Op. Cit. P. 85.

sociedade altamente heterogênea “o investidor estrangeiro típico contribui, em grande parte, para criar novos hábitos de consumo e para estimular a procura do consumidor de alta e média renda. Contribui assim, a reduzir a poupança espontânea, ao mesmo tempo que cria um fluxo de renda para o exterior de consequências sérias para o balanço de pagamentos.”⁶³ Se nos países desenvolvidos o capital externo serve para otimizar os investimentos e as margens de lucros numa situação onde existe uma capacidade ociosa da poupança, o mesmo não se dá com países subdesenvolvidos. No caso destes últimos, a entrada de capitais externos não provoca a melhora da qualidade de vida população, muito pelo contrário, estimula a concentração de renda na medida em que apenas estimula o consumo das camadas elevadas da população, provocando uma fuga de capitais que poderiam ficar aqui. Outra característica, isso cria desequilíbrio na balança de pagamentos e não colabora para a criação de uma poupança, que seria aplicada no desenvolvimento do país. Em suma, ao sabor dos automatismos do mercado, o investimento externo cria um fluxo de riquezas dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos.

Importante acrescentar aqui um pequeno comentário sobre capital estrangeiro. Historicamente, os países subdesenvolvidos receberam investimentos outrora de metrópoles e após os movimentos pela independência das nações industrializadas. Importante ressaltar que esses capitais investidos tinham como objetivo auxiliar e melhorar a produção de gêneros agrícolas. Não à toa que a própria CEPAL denunciaria que esses países subdesenvolvidos teriam as chamadas “ilhas de progresso” em meio ao subdesenvolvimento local. Furtado advogava em favor da utilização desse capital externo para alterar essas estruturas econômicas e incrementar a produção e em favor do desenvolvimento da economia periférica, o que, de certa forma, aconteceu, à custa de um aumento dos problemas sociais, tais como concentração de renda e desequilíbrios econômicos e regionais.

Voltando aos comentários de Furtado, este se utiliza de uma das ferramentas teóricas mais importantes da CEPAL: a deterioração dos termos de troca para denunciar a entrada pura e simples do capital externo. Os problemas do mercado internacional não existiam quando o Brasil importava somente bens de consumo, “mas entramos numa fase em que nossas importações passam a ser basicamente constituídas de

⁶³ Idem

equipamentos, e equipamentos portadores dos últimos avanços da tecnologia.”⁶⁴ Ou seja, o comércio internacional atingiu outro nível. Até basicamente o começo do século XX, o Brasil somente importava basicamente bens de produção. O cenário se altera significativamente ao longo do período das duas grandes guerras quando se inicia o processo de substituição de importações, momento em que o Brasil deixava de importar somente produtos de bens de consumo e passava a importar também o maquinário necessário para a produção interna de determinados produtos industrializados de baixo valor agregado. “Já não importaremos trilhos, vagões ferroviários ou caminhões. E sim aqueles equipamentos que representam a vanguarda do processo tecnológico.”⁶⁵

É nesse contexto que se deve analisar a importância do capital externo. Até mesmo porque “... a contribuição do capital estrangeiro deve ser confrontada com seu custo em termos de redução da capacidade para importar equipamentos no futuro.”⁶⁶ A conclusão a que se chega é que o capital externo serve então para amenizar ou mesmo acabar com a deterioração dos termos de troca, bem como trazer independência tecnológica para um país subdesenvolvido e em desenvolvimento econômico.

Furtado agora se põe a analisar outro lado do debate: os que são contra o capital estrangeiro, e concorda com esse grupo quando este afirma que:

a vantagem trazida ao país pelo influxo de capital estrangeiro é totalmente fictícia, pois esse capital aqui chegando liga-se à poupança interna, contribuindo para desnacionalizá-lo. Os empréstimos levantados no país pelos grupos estrangeiros, uma vez resgatados, transformam-se em capital estrangeiro, contribuindo para avolumar a saída de recursos do país e para agravar a pressão sobre o balanço de pagamentos. (FURTADO, 1962, p. 86)

Este argumento é completamente válido para Furtado. Porém, o autor afirma que um país como Brasil não pode se desenvolver sem a ajuda do capital externo. Até mesmo porque o país está integrado a uma economia mundial que cresce. Seria impossível buscar o crescimento econômico apenas com capital interno.

Qual então seria a resposta para o correto uso desse capital estrangeiro? Furtado mesmo nos diz:

⁶⁴ Op. Cit. P. 86.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

(...) para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiro - aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação - necessitamos de uma política disciplinada da entrada desses capitais. Permitir o seu influxo desordenado será seguramente privar o país, no futuro, das reais vantagens da cooperação desses capitais, em setores de tecnologia menos acessível. (FURTADO, 1962, p. 87)

Mais uma vez temos a crítica de Furtado aos automatismos de mercado. Em seu diálogo com os liberais, afirma que o livre mercado apenas perpetuaria a miséria no Brasil. Importante ressaltar que a participação do Estado é fundamental para essa disciplina dada ao capital.

Se num país desenvolvido a entrada de capitais estrangeiros facilita o crescimento econômico numa situação de pleno emprego, o mesmo não se dá numa economia subdesenvolvida. Furtado explica que o grande problema seria não a entrada do capital estrangeiro, mas a forma equivocada como ele entra no país. A crítica aos liberais continua porque somente se pode usufruir das condições de livre mercado quando se exporta produtos de alto valor agregado e se está na vanguarda tecnológica mundial. Obviamente não é o caso do Brasil. Não ao acaso que Furtado critica a livre entrada desses capitais nos países subdesenvolvidos e principalmente nas áreas pobres desses países.

É por esta razão que os adeptos do *laissez-faire* nos parecem tão fora da realidade em um país como nosso, particularmente, nas regiões mais pobres. Nestas últimas o *laissez-faire* significa, simplesmente, a perpetuação da miséria. Os recursos disponíveis para investimento são colocados em residências de luxo, em clubes suntuosos, ou são exportados. Tais investimentos não criam emprego permanente para a população e, portanto, em nada contribuem para mudar a estrutura econômica. (FURTADO, 1962, p. 88)

É o caso de nos perguntarmos como se daria a reorientação dos capitais externos. “Para romper esse ciclo vicioso, é mister modificar fundamentalmente a orientação do investimentos, o que exige ação decidida do poder público.”⁶⁷ Temos, então, uma importante afirmação de Furtado. A participação do Estado é fundamental nesse processo. Existe uma relação entre atuação do Estado e participação do capital externo. O Estado deve modificar seus aparelhos, tal como Furtado afirmou no começo do livro. O Estado deve ser modificado para adquirir uma mentalidade de

⁶⁷ Op. Cit. P. 88.

desenvolvimento e de crescimento econômico. E que os frutos produzidos por este desenvolvimento sejam repartidos entre todos dentro dessa sociedade.

De que forma é possível o poder público reorientar o capital externo? “Em uma primeira fase, trata-se de concentrar os investimentos no setor infraestrutural, para os quais dificilmente se pode contar com a iniciativa privada; em fase subsequente, criam-se os estímulos para que o investimento privado possa reorientar-se.”⁶⁸. Furtado por diversas razões reconhece que a classe empresarial nacional, Estado, e somente eles sozinhos não teriam a capacidade de fazer os vultosos investimentos em infraestrutura que o país precisava para manter seu ritmo de crescimento. Isso seria uma crítica indireta aos liberais ao afirmar que o Estado deve ter participação decisiva na orientação dos capitais externos.

Dentre as principais características de Furtado presentes no texto que observamos, temos o uso do marxismo enquanto ferramenta analítica de nossa situação de subdesenvolvimento, mas também a de que o Estado é peça fundamental na atuação no processo de desenvolvimento. Sendo assim o autor considera que “o passo mais importante a dar no aperfeiçoamento de nossa política econômica consiste em disciplinar com muito mais rigor o investimento público. Essa disciplina pressupõe cuidadosa análise das tendências e potencialidade da economia nacional”.⁶⁹ É o que já foi comentado por Furtado ainda no começo do livro. Tirar dos políticos locais o poder sobre as verbas e punir efetivamente aquele que malverse fundos públicos. Desta forma pode-se controlar com muito mais rigor o capital originário do Estado. “A ação supletiva do Estado deveria estar presente em todos os setores, se essa disciplina tivesse que ser efetivamente cumprida. A iniciativa privada, exercendo a suas expectativas num campo assim iluminado pelos programas a mais longo prazo dos investimentos infraestruturais, poderia aumentar amplamente sua eficiência.”⁷⁰ Segundo o autor, uma das principais características de um país subdesenvolvido é a baixa eficiência dos investimentos. Isso se deve ao fato de que o capital externo não era orientado pelo Estado e por conta disso buscava apenas a melhora dos setores ligados à expansão de produtos agrícolas, ou seja, ligados a perpetuação dos países subdesenvolvidos como

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Op. Cit. p. 89.

⁷⁰ Op. Cit. P. 89.

meros exportadores de produtos primários. Os investimentos não eram orientados à áreas como infraestrutura ou mesmo desenvolvimento tecnológico local.

Temos em outro livro de Furtado a mesma preocupação do autor com o Estado como elemento importante de superação do atraso. No livro *Dialética do Subdesenvolvimento*, Furtado nos afirma que o subdesenvolvimento não é uma etapa dentro do qual se instala o sistema capitalista, mas antes, consequência de processos históricos e sociais específicos de sociedades que, durante séculos, funcionaram como plataformas de exportação de riquezas através da agroexportação, principalmente.

Uma das formas de se superar a condição de periferia é através da atuação de intelectuais, agentes sociais fundamentais que pensam a sociedade e que por causa disso têm a missão de conceber e colocar em prática um plano de reformas que eliminariam as condições que formam o atraso dessas sociedades.

É uma característica importante nas obras de Furtado, sobretudo nas décadas de 1950/60, a crença e o otimismo de que o posicionamento de intelectuais em áreas estratégicas da administração pública e da política brasileira poderia resolver parte dos problemas sociais e econômicos que enfrentamos. Pensava-se que os intelectuais atenderiam o chamado da responsabilidade social de desenvolver a nação. Assim, o planejamento estatal não é apenas a simples atuação do Estado para repartir os benefícios da industrialização, mas também a atuação concreta e sistemática de intelectuais e profissionais comprometidos com o ideal desenvolvimentista.

Temos a combinação de dois ideais esquematizados aqui. O primeiro, já abordado, é o papel dos intelectuais. O segundo é a questão do desenvolvimento enquanto processo, que tem uma determinada lógica, a da superação da situação de atraso. Somados o primeiro, papel dos intelectuais, com o segundo, desenvolvimento como processo, temos a posição de otimismo de Furtado em relação a “Dialética do Desenvolvimento”.⁷¹

No que se refere a atuação dos intelectuais, Furtado afirma que os economistas têm papel importante no diagnóstico dos problemas do subdesenvolvimento. Porém, fica claro que somente analisar o subdesenvolvimento como um fenômeno econômico é um completo equívoco. Deve ser entendido “em primeiro lugar, como um problema que se coloca em termos de estrutura social (...). Seria, entretanto, equívoco total esperar que

⁷¹ FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura. Brasil. RJ. 1964.

os economistas, usando instrumentos de análise que lhes são próprios, viessem a esgotar essa matéria, que possui importantes aspectos a serem abordados do ângulo da sociologia e da ciência política.”⁷² Ou seja, se o papel dos intelectuais é importante no diagnóstico e superação do subdesenvolvimento, esta tarefa não deve ficar somente a cargo dos economistas. Essa é a crítica de Furtado. Economistas não estão sozinhos no trabalho de superação do subdesenvolvimento. Até mesmo porque o autor faz uma crítica ao afirmar que planejamento econômico não é apenas uma questão de quadros técnicos, mas também do envolvimento do uso da racionalidade na política.

Para pensar a política é necessário atinar como se dá o exercício do poder e assim abordar “a atividade humana concreta dentro de uma realidade histórica”⁷³. Furtado novamente faz uso de ferramentas analíticas do marxismo ao analisar o subdesenvolvimento como fenômeno, assim como o fez no livro analisado anteriormente. Se o autor afirma que quase todos os países subdesenvolvidos são fundamentalmente agrícolas, não necessariamente este é o principal elemento de seu subdesenvolvimento. Antes disso é o dualismo estrutural que deve ser entendido como elemento que perpetua o subdesenvolvimento. “Este (o dualismo estrutural) tem origem quando numa economia agrícola atrasada, determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores – na linguagem dos economistas – com reflexos em toda a estrutura social.”⁷⁴ Essa passagem é uma das mais importantes do autor. Furtado analisa o subdesenvolvimento como uma questão histórica. As economias subdesenvolvidas foram montadas no passado para a exportação de riquezas através da produção de gêneros agrícolas. Ao chegar o momento de sua independência política e, posteriormente, no começo do século XX, essas economias tinham basicamente duas estruturas: uma dinâmica e capitalista, responsável pela exportação de matéria-prima, e a outra estrutura, completamente marginalizada e fora dos padrões de consumo e de atualização tecnológica. Após o desenvolvimento industrial experimentado, essas economias apresentariam uma classe trabalhadora organizada e consciente de si na cidade e no campo um trabalhador totalmente excluído dos benefícios da industrialização, sem benefícios trabalhistas e com pouca ou nenhuma organização.

⁷² Op. Cit. P. 77.

⁷³ Op. Cit. P. 78.

⁷⁴ Op. Cit. P. 79.

Como diria Furtado: “Dada a existência de duas formas de remuneração do trabalho, de duas tecnologias de níveis extremamente diversos, de duas concepções de organização da produção, a economia dual é intrinsecamente instável.”⁷⁵

No que se refere a questão política, Furtado afirma que a classe dirigente de um país subdesenvolvido está dividida em três setores⁷⁶. O primeiro é o dos latifundiários. Estes sempre com ideologia liberal e contra o aumento da participação do Estado na economia. O segundo grupo está ligado ao comércio exterior. Embora tenha ideologia liberal, entende que o Estado deve ter alguma participação no sentido de defender seus interesses no mercado externo. O terceiro grupo é o capitalista ligado ao mercado interno. Este grupo defende políticas estatizantes e protecionistas. Esses grupos dirigentes em nada se diferenciam daquelas elites europeias na passagem para o capitalismo industrial no século XIX. No entanto, enquanto que na Europa existia um crescimento da organização da classe operária e da luta de classes, ou seja, a pressão por parte dos trabalhadores por melhores condições de vida, aqui e nos países subdesenvolvidos de uma forma geral, a economia dual não permitia que isso acontecesse. A mobilização social ficava restrita a poucos operários nas cidades, enquanto que no campo a massa trabalhadora ficava alheia aos benefícios do desenvolvimento econômico, desorganizada e sem consciência de classe.

Se a economia dual tem uma estrutura social, Furtado assim a define:

(...) por cima está a classe dirigente, formada de vários grupos de interesses sob muitos aspectos antagônicos e incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional, com um monopólio incontestado de poder; mais abaixo, temos uma grande massa de assalariados urbanos empregados no terciário, que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita; segue-se a classe dos trabalhadores industriais, que não chega a representar um décimo da população ativa do país, mas constitui o seu setor mais homogêneo; por último vem a massa camponesa, a cujas características já nos referimos. (FURTADO, 1964, p. 82)

De qualquer forma é a mesma análise feita pelo autor no livro “Pré-Revolução Brasileira” que vimos agora pouco. A diferença é que dessa vez o autor acrescenta uma relação entre inflação e classes sociais, ou melhor, a ausência de combatividade da classe trabalhadora.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Op. Cit. P. 81.

Ora, é através desse processo de tomada de consciência de classe que se forma a ideologia própria da classe trabalhadora, se bem que nessa elaboração possam ter influência decisiva os dados da experiência histórica de outros povos e a contribuição interpretativa de intelectuais. Em muitos países subdesenvolvidos – o Brasil é um bom exemplo – um prolongado processo inflacionário contribuiu para desnaturar as características originais das lutas de classes. Com efeito, em situação inflacionária, as elevações de salário podem interessar tanto aos patrões como aos empregados, pois se admite que quem pagará, em última instância, será o consumidor. (FURTADO, 1964, ps. 82 e 83)

Como podemos observar, numa análise dessas duas obras de Furtado, chegamos à conclusão de que a dualidade na estrutura político-social tem reflexos na fragilidade política das democracias subdesenvolvidas. Nos países desenvolvidos, a política é capaz de se flexibilizar para receber as pressões das classes trabalhadoras e dessa forma elevar o nível de vida para a maior parte da população. Isso sem provocar nenhum retrocesso político. Nos países subdesenvolvidos, o Estado não é preparado e nem adaptado para acolher as pressões das classes trabalhadoras. Nisso, qualquer tensão provocada por uma reivindicação um pouco mais organizada é capaz de detonar em diversas frações da elite dirigente uma tendência à ditadura. Esta, um remédio para o descontrole da classe trabalhadora. Furtado deixa isso bastante explícito no livro “Pré-Revolução Brasileira”. Ainda neste livro, o autor aponta como solução as reformas de base como as únicas que podem tirar o Brasil de seu subdesenvolvimento.

Ao voltarmos para a análise do livro “Dialética do Subdesenvolvimento”, perceberemos em Furtado uma importante relação entre as disputas dentro das frações da classe dominante e seus reflexos na política, sobretudo em países como Brasil. Nos países subdesenvolvidos o poder é disputado por essas frações da classe dominante que falamos agora. Uma vez controlando o Estado, determinada fração da classe dominante buscaria trabalhar as classes médias e assalariadas em favor de seus objetivos políticos. É dessa forma que Furtado enxerga o fenômeno do populismo. Grupos políticos que controlam o poder e realmente fazem uma distribuição de renda sem modificar a organização da produção na sua essência.

O perigo do populismo deriva de que ele efetivamente logra provocar uma redistribuição da renda, em favor de certos grupos e em detrimento de outros, ainda que o seja durante um período limitado de tempo. Desta forma, constitui poderosa arma nas mãos de uma fração da classe dirigente contra outras. Em período inflacionário, quando o crédito assume enorme importância, essa nova arma pode golpear fundo. Na política populista, o povo – classes assalariadas e outras pequenas rendas – é sempre utilizado

como massa de manobra, para assustar os adversários e permitir a tomada de posições-chaves. (FURTADO, 1964, p. 83)

É o que observamos no Brasil após a saída da oligarquia cafeeira do poder com a chamada “Revolução de 1930”. O rearranjo das forças políticas coloca Vargas no poder e vemos uma redistribuição de renda. Trabalhadores urbanos são beneficiados com uma nova política trabalhista, em detrimento de trabalhadores rurais.

Mas Furtado alerta que em períodos inflacionários essa política populista pode ser bastante prejudicial. A seqüência de presidentes com posturas populistas ao longo do breve período democrático pós 1945 no Brasil, a falta de controle da inflação e a crise política, quando somados, são elementos bastante favoráveis ao retrocesso democrático ocorrido em 1964.

Ao insistir nos problemas do populismo, Furtado cita o próprio Lênin ao falar da desorientação provocada na classe trabalhadora.

A consequência mais grave do populismo, do ponto de vista social, reside no fato de que desorienta os trabalhadores, incapacitando-os para distinguir os seus próprios interesses. Como observou o próprio Lênin: “Os demagogos são os piores inimigos da classe operária. Os piores, precisamente, porque excitam os maus instintos da massa sendo impossível aos trabalhadores não desenvolvidos reconhecer seus inimigos, que se apresentam, e às vezes sinceramente, como seus amigos. (FURTADO, 1964, p. 84)

Outro grande problema do populismo para Furtado é sua relação com as fragilidades do sistema democrático e suas tendências à direita. Quando temos a ditadura e o fortalecimento da fração da classe dominante por ora no poder, reduz-se a importância da mobilização das massas. A intensa propaganda estatal faz com que as massas devam aguardar de cima aquilo que lhes pertence devido ao histórico de lutas. “Reduzidas as querelas internas da classe dirigente, também se reduz a importância do povo como massa de manobra. Para consolidar a sua posição, o ditador pode considerar mais efetivo “promover” o seu prestígio dentro da massa através de uma intensa propaganda, para isso concedendo favores de forma parcimoniosa a fim de realçar-lhes a significação”.⁷⁷ Observa-se, então, que Furtado é contra toda e qualquer tipo de intervenção no processo democrático e de controle da classe trabalhadora.

⁷⁷ Idem

Um dos pressupostos do desenvolvimento econômico de um país subdesenvolvido é a manutenção da democracia. Com um sistema aberto, sem censura, livre e sem disputas dentro da classe dominante é o que o Estado democrático pode pensar políticas de desenvolvimento. Além do mais, sem os cabrestos do populismo, os trabalhadores podem se organizar e pensar seus objetivos enquanto classe e seus interesses. Dessa forma, o populismo somente pode ser superado pela classe trabalhadora organizada.

Conforme falado anteriormente, a experiência populista no Brasil permitiu a melhoria significativa e parte da classe trabalhadora urbana. Porém, para Furtado, é condição básica do desenvolvimento econômico (e do regime democrático) que os trabalhadores rurais também possam participar desse desenvolvimento.

Se é fundamental manter o regime democrático aberto para a ação das classes assalariadas urbanas, não o é menos estender esse regime político à imensa massa camponesa. Na maioria dos países subdesenvolvidos, e é este o caso do Brasil, a sociedade chamada democrática permanece praticamente fechada à participação da massa camponesa. Excluída do direito de voto por um analfabetismo compulsório, essa imensa massa quase nenhuma participação tem na vida política do país. (...) Entretanto, enquanto prevalecerem as atuais discriminações políticas contra a massa camponesa, é de esperar que em mais de uma contingência tenham curso técnicas revolucionárias de tipo leninista e, em casos particulares, com real eficácia. (FURTADO, 1964, ps. 86 e 87)

Em outros estudos, Furtado havia comentado o potencial revolucionário da população marginalizada e que não participava do desenvolvimento econômico. A população camponesa brasileira seria um dos maiores exemplos do autor no momento em que o livro foi escrito na década de 1960. Seria necessária então a extensão dos frutos do desenvolvimento econômico ao camponês. Afinal, Furtado julgava a revolução socialista um retrocesso político. Um assunto que ele aborda mais detidamente em “A Pré-Revolução Brasileira”. Não à toa que Furtado afirma que trabalhadores urbanos e rurais devem participar ativamente da política brasileira.

O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos – isto é, o objetivo cuja consecução assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico em uma sociedade democrática pluralista – consiste em criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham participação no processo de formação do poder. As atuais classes dirigentes, no caso brasileiro, não representam mais que uma parcela da população com atividade política. (FURTADO, 1964, p. 87)

Por falar em trabalhadores rurais, a estrutura agrária não é desprezada por Furtado como condição para o desenvolvimento econômico. A reforma agrária, que era amplamente debatida na época, dificilmente seria aprovada sem que antes outras reformas mais importantes fossem aprovadas. A mais importante, na concepção do autor, é a reforma política. Esta tinha como objetivo principal aumentar a participação popular nos meio políticos. Isso daria uma maior flexibilidade ao sistema democrático brasileiro, então em transição. Não à toa que, antes de chegar a essa conclusão, Furtado faz um histórico das estruturas econômicas e sociais sem desprezar a questão política. Ainda enfatiza a rigidez política em que o país vivia até 1930, que aos poucos vai se flexibilizando:

O Brasil da fase presente (começo da década de 1960) é, portanto, um país em transição. O seu sistema político, de democracia representativa, tem demonstrado um certo grau de flexibilidade. Contudo, essa flexibilidade tem sido utilizada ao máximo, período recente, criando-se um clima de permanente suspense com respeito à capacidade do sistema político para suportar novas tensões. O maior obstáculo a uma transição gradual está em que a reforma mais urgentemente necessitada - aquela que daria maior capacidade de autoadaptação ao sistema e facilitaria a introdução de outras - resulta ser a de mais difícil realização: a reforma política, visando a aumentar a representatividade dos órgãos que atuam em nome do povo. Uma vez que se alcance esse grau mais alto de efetiva democracia, as demais modificações do marco institucional poderão ser introduzidas sem maiores tensões para o sistema político. Como até o presente não foi possível encontrar o caminho para aquela reforma básica, as demais modificações institucionais exigidas pelo desenvolvimento vêm sendo realizadas com lentidão e num clima de grandes tensões. A extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo foi recentemente efetivada depois de um decênio de duras lutas no Congresso e grande pressão de grupos de opinião. A reforma agrária, atualmente em discussão no Congresso, dará provavelmente a prova decisiva dos limites de pressão que comporta o atual sistema político. Os resultados da presente contenda, em torno dessa reforma, serão decisivos para a evolução do sistema político brasileiro nos anos futuros. (FURTADO, 1964, p. 107)

Fazendo uma conclusão geral sobre o que foi analisado da obra de Furtado, pensamos que quando relacionamos a questão do Estado com o desenvolvimentismo, vemos que desenvolvimento, para o autor, nada mais é do que a busca da racionalidade na política por meio da superação de mitos ideológicos. Furtado parece cair em contradição aqui. Ao pedir que se tenha mais racionalidade e responsabilidade social na política para combater mitos ideológicos, o autor se contradiz. Seu idealismo fica claro aqui, e ao mesmo tempo combate essas mitologias ideológicas.

A questão negativa, ou o pessimismo que o autor guarda, vem da questão científica nos países subdesenvolvidos. A inovação tecnológica nestes não ajuda a resolver o problema da distribuição de renda, onde podemos entender que causam pouco impacto no consumo ou investimento. Por isso, a intervenção do Estado é necessária, pois o subdesenvolvimento é um fenômeno cujo maior problema é a concentração de renda. Sob a ótica de Furtado, uma sociedade desigual demanda pouco investimento, serviço e consumo. Se o consumo não é alto não se exige da produção, sendo assim, não se revoluciona os meios científicos. A CEPAL mesmo alertaria que, nos países subdesenvolvidos na América Latina, o pleno desenvolvimento da produção se concentrava na agroexportação somente. Ou seja, apenas se revoluciona a produção dos elementos dinâmicos da economia periférica, no caso, os produtos destinados à agroexportação.

Sob análise marxista do Estado bonapartista, Furtado afirma que numa situação de subdesenvolvimento, o Estado se fortalece na medida em que as classes sociais intensificam os conflitos. Para usar a expressão marxista, luta de classes. Nessa situação, o Estado cresce em importância e se torna árbitro dessa sociedade conflituosa. Furtado se refere aqui aos Estados latino-americanos e o aumento dos conflitos sociais no continente no começo da década de 1960, onde conflitos rurais pela posse da terra somavam-se aos trabalhistas e sindicais nas grandes cidades, tendo como elemento catalisador dessa mesma crise o baixo crescimento econômico e as progressivas altas taxas de inflação.

Em uma comparação, afirma que nos países desenvolvidos existe uma flexibilidade por parte do Estado para atender as demandas sociais e as pressões dos movimentos sociais sob o Estado. Ao buscar a legitimidade, esse mesmo Estado atende as reivindicações por parte das classes sociais mais baixas, no sentido de manter a sobrevivência e evitar que o conflito entre as classes chegue ao ponto de impedir a acumulação capitalista. Ou seja, nas sociedades desenvolvidas, cada vez mais a população de uma forma geral tem as suas necessidades básicas atendidas, alcançando um nível de bem estar elevado, se comparado aos das sociedades subdesenvolvidas.

Nas sociedades subdesenvolvidas ocorre o contrário. O Estado é bastante limitado em sua capacidade de lidar com os conflitos sociais. Nos países

subdesenvolvidos existe uma dualidade em que contrasta o moderno com o atraso, onde um não completa o outro, pelo contrário, apenas reforçam as contradições inerentes a essa sociedade.

Nesse contexto, o moderno representa a economia do produto agrícola de exportação, o elemento dinâmico sobre o qual gira a economia subdesenvolvida. A forma de se produzir é renovada e modernizada constantemente para aumentar os lucros da elite agroexportadora. O atraso está representado pelo restante da economia. Principalmente pela de subsistência. Interessante observar que por não ser uma complementaridade o atraso não é absorvido pelo moderno. Muito pelo contrário, existe um choque estrutural.

A manutenção dessa situação contraditória apenas beneficia os setores conservadores da sociedade subdesenvolvida. A dicotomia desenvolvimento/estagnação, a princípio insolúvel, é resolvida sob a ótica de Furtado através do nacionalismo. E nesse contexto, o Estado, numa situação de subdesenvolvimento, deve atuar de forma ainda mais integradora e conciliatória, visto que a classe dirigente é quase sempre uma representante dos interesses conservadores que não têm comprometimento com o desenvolvimento econômico. São nessas circunstâncias que o Estado integrador funciona ao criar um projeto nacional.

Voltando ao assunto das reivindicações populares, se nos países desenvolvidos a melhora da qualidade de vida se dá com as pressões da massa trabalhadora, cada vez mais organizada e sindicalizada, o mesmo não ocorre nos países subdesenvolvidos. A intensa urbanização e industrialização nesses países não foi acompanhada pela melhora da qualidade de vida e nem da organização dessa classe trabalhadora. Nas cidades, a pequena classe operária não consegue desenvolver sua consciência de classe e, no campo, a grande massa camponesa, sem terra nem direitos ou mesmo noção de sua importância enquanto classe, dificultam a pressão sobre esse mesmo Estado.

Nesse contexto social, a expansão da qualidade de vida para a população é feita de forma incompleta. Furtado afirma junto da CEPAL que os automatismos do mercado não podem realizar a expansão da qualidade de vida para a população. Nos países subdesenvolvidos a estrutura social necessita da ação de um Estado plenamente eficaz e capaz de gerir planejamentos e intervir para realizar reformas básicas com o objetivo de

reduzir o fosso social entre as classes. Somente assim o desenvolvimento econômico seria possível. A crítica ao capitalismo liberal sempre foi um dos fortes argumentos de Furtado a favor da intervenção do Estado na economia. As reformas econômicas necessárias ao capitalismo subdesenvolvido é que seriam as substitutas na condução do processo de desenvolvimento econômico, e não esse automatismo dos mercados.

CAPÍTULO 3 – A resposta da ditadura militar: o pensamento econômico de Roberto Campos e sua visão da crise dos anos 1960

Antes de analisarmos o pensamento econômico de Roberto Campos, devemos entender que este autor dispunha de vários pontos de vista diferentes de Celso Furtado no que diz respeito ao quadro deflagrador da crise brasileira dos anos 1960. É importante observarmos isso visto que tanto Furtado quanto Campos são objetos de estudo da presente dissertação.

Para Celso Furtado, a crise na economia brasileira dos anos 1960 derivava de basicamente três problemas, o primeiro tem causa externa, na balança de pagamentos, e os outros dois seriam de causa interna, ou seja, os desajustes entre oferta e demanda e a concentração de renda. Esta última se dava tanto entre regiões do país como em faixas de consumo da sociedade.

Nisso podemos concluir que os obstáculos ao crescimento e o motivo da crise interna na década de 1960 se deu graças às estruturas brasileiras que precisavam de reformas, sendo a principal delas a reforma política, que tinha como objetivo trazer novos agentes sociais para as discussões políticas.

Tudo isso, nós vimos no capítulo anterior, ao analisarmos o pensamento econômico de Celso Furtado. Avaliemos agora quais seriam os elementos constituintes da crise brasileira dos anos 1960 para Roberto Campos. Vale adiantar que é uma visão oposta a de Furtado.

Em suas memórias⁷⁸, Roberto Campos inicia sua análise da crise dos anos 1960 através do caráter eminentemente político. Afirma que:

O imediato deflagrador da crise política fora o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. A Revolução de Março era o resultado e não a causa do impasse institucional, a que Goulart pretendia escapar pela implantação de uma república autoritária e sindicalista. A intervenção militar fora algo relutante, tendo em vista a tradição legalista das Forças Armadas, a que Castello imaginava dar continuidade. (CAMPOS, 1994, p. 567)

Se analisarmos, poderemos ver muitas diferenças entre Furtado e Campos aqui. Enquanto o primeiro enxerga os golpes de Estado como retrocessos na vida política e social, como visto várias vezes nas obras explicitadas anteriormente, o segundo via o

⁷⁸ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1994.

golpe como uma retomada da normalidade que o país precisava para dar continuidade em seu desenvolvimento econômico. Se para Furtado⁷⁹ as Forças Armadas eram usadas pelas elites em pânico com o crescente movimento organizado da classe trabalhadora que apenas queria participar dos processos políticos, Campos analisa as Forças Armadas como instrumento da legalidade política e institucional. Furtado analisa o começo da década de 1960 como o momento em que o país mais se aproximava de um período de reformas que poderiam finalmente colocar o Brasil no caminho do verdadeiro crescimento econômico. Campos observa o governo Goulart como o auge da irresponsabilidade política e econômica dos governos populistas, processo iniciado por Vargas. Retomemos o texto do autor:

Se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise, ela vinha de mais longe. Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da política da gangorra, oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicato peleguista. (CAMPOS, 1994, p. 567)

Se podemos observar que existe um ponto de concordância entre Furtado e Campos, esse ponto seria a crítica feita aos governos populistas. Em Furtado observamos mais isso no livro “Dialética do Desenvolvimento”, principalmente no capítulo intitulado “projeções políticas do subdesenvolvimento”. Furtado analisa esse fenômeno como uma linguagem comum a do socialismo utópico do século XIX, onde realmente lograva-se uma distribuição de renda, porém não se mexia na organização da produção. Campos, bem longe de reconhecer qualquer tipo de vantagem do populismo, mesmo que temporária, afirmaria que no Brasil esse fenômeno tem origem em Vargas, através do que ele chamaria de interrupção ditatorial do processo político brasileiro. A partir daí, a crítica se concentra em afirmar que esses governos fazem uso indevido das políticas econômicas, ou mesmo do dinheiro público.

O esgotamento do populismo como fenômeno político se deu no governo Kubitschek onde o “desenvolvimentismo nacionalista alcançou um período de euforia, mas também criou uma safra de impasses: aceleração inflacionária, insolvência cambial, nacionalismo temperamental, quebra da disciplina sindical, estudantil e militar, e

⁷⁹ A Pré Revolução Brasileira. FURTADO, Celso.

imobilismo legislativo.”⁸⁰ Ou seja, para Campos, o populismo que havia se iniciado com Vargas através do que ele chamou interrupção ditatorial, atinge seu auge com o governo Kubitschek, porém, seu sucessor herdaria os problemas listados acima. Jânio Quadros, além de não resolver os problemas econômicos, ainda acrescentaria mais um de ordem política ao renunciar. Goulart⁸¹ então seria o encarregado de sanear a política e a economia, mas não o faz e aprofunda a crise econômica.

Às habituais características do “populismo latino-americano” – ideologia confusa, com abuso de terminologia socializante, processos inviáveis de redistribuição de renda, nacionalismo irracional e estatização ineficiente – o regime Goulart acrescentara uma excepcional inapetência administrativa. E também outras contradições: a política salarial premiou os sindicatos politicamente mais mobilizáveis, criando uma espécie de aristocracia do proletariado; as massas rurais foram politicamente excitadas, mas economicamente feridas, de um lado pelo congelamento de preços agrícolas e, de outro, pela inflação de preços industriais. Os aumentos tributários seguiram a linha de menor resistência – impostos indiretos, que ferem as classes assalariadas, enquanto que a estagnação de investimentos, nacionais e estrangeiros reduziu as oportunidades de emprego e o avanço tecnológico da massa operária. (CAMPOS, 1994, p. 568)

Se já no governo Kubitschek o fenômeno do populismo apresentava problemas, no governo Goulart ele se tornaria insustentável, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político.

Do ponto de vista de Campos, a então Revolução de 1964, assim chamada por ele, foi um movimento no sentido de restaurar a normalidade do sistema. A explicação é complexa e tem atores internos e externos.

O movimento de 64 tem de ser entendido como um processo detonado pela interação de condições internas com o contexto internacional da época. O quadro externo era o da guerra fria, que a União Soviética parecia estar ganhando: crescimento a taxas muito altas, prevendo ultrapassar a economia americana até o fim do Segundo Plano Septenal (1972); dianteira na tecnologia militar nos mísseis e nos satélites; guerrilhas “anti-imperialistas” em todo o Terceiro Mundo, com o apoio soviético, reduzindo à defensiva o bloco ocidental; e expansão geográfica que nada parecia deter com a ocupação por dentro da Tchecoslováquia em 48, o socialismo da China em 49, o empate na Coreia em 52, e o conflito no Vietnã, reiniciando-se depois

⁸⁰ Op. Cit. P. 568.

⁸¹ “Havia uma fatídica alternância entre “governos empreiteiros” e “governos contadores”. Preferia essa metáfora à habitual alusão às duas fases – a fase Campos Salles e a fase Rodrigues Alves, a primeira de arrumação da casa e a segunda de obras. (...) Quanto ao primeiro governo revolucionário, para o qual estava me convidando Castello Branco, não havia por que ter ilusões. Seria um “governo contador”. Juscelino deixara contas a pagar, Jânio não tivera tempo de pagá-las, e Jango as havia aumentado ainda mais.”

da derrota francesa em 1954. Mais perto de nós, eletrizando as esquerdas latino-americanas, a vitória da Revolução em Cuba em 59. A crise dos mísseis nesse país, em 62, por pouco não levava o mundo à confrontação nuclear. (CAMPOS, 1994, p. 568)

Nesse sentido, o movimento de 64, para Campos, acontece no sentido de impedir a expansão das ideias comunistas e populistas pelas quais Goulart era acusado. Campos nos coloca que, se durante a década de 1960, a URSS parecia em expansão, isso não a impediria de exercer sua influência política e ideológica no Brasil através da implantação de uma república socialista e sindicalista. É nesse contexto que, segundo o autor, devemos enxergar o movimento de 64 de forma defensiva. Bem diferente da visão de Furtado, segundo a qual os golpes de Estado nos países subdesenvolvidos tendem a ser retrocessos políticos que em nada contribuem para o desenvolvimento econômico. Pelo contrário, concentram renda e impedem a maior participação popular na política, um dos pressupostos do verdadeiro desenvolvimento econômico.

Se o cenário da guerra fria é o fator externo que interfere no movimento de 64, no âmbito interno temos os problemas do governo Goulart como um dos detonadores da crise. Afirma Campos que:

O governo Goulart já nascera de uma dessas incoerências políticas em que o Brasil é pródigo: o presidente eleito por um partido, o vice-presidente por outro. Goulart, eleito por uma fração minoritária do eleitorado, e com o apoio suspeito das lideranças sindicais “peleguistas”, evidentemente não tinha mandato legítimo para promover mudanças radicais no país. Mas era isso que se anunciava na campanha pelas “reformas de base” e nas aparentes tentativas de promover a indisciplina nas Forças Armadas e de assustar a “burguesia” com ameaças tais como o “grupo dos onze”. A infiltração das esquerdas era visível, e as classes médias sentiam medo, como não é difícil compreender. Para os que acreditam na inocência idílica das esquerdas desse tempo, é bom lembrar que importantes frações delas pouco depois optariam pela luta armada no Brasil (e na América Latina em geral), entrando pela década de 70 adentro. (CAMPOS, 1994, p. 568)

Campos procura usar como argumento contra Goulart o fato de que este tinha pouco apoio e apelo popular. Sua tentativa de fazer reformas fracassa por não ter o endosso dos partidos e de poucos movimentos sociais de expressão. Outro grande fator que contribuiu para a queda de Goulart foi seu suporte indiscriminado a parte mais baixa da hierarquia militar que lutava por melhores condições de trabalho e de salário, o que foi visto por Campos (e pelos militares da época) como quebra da disciplina militar, algo que eles não poderiam admitir. O autor enxergava a existência de uma infiltração

da esquerda em diferentes ambientes pelo país, desde as Forças Armadas até os movimentos sociais. E mostra, principalmente, como culpa da esquerda a escalada de violência e a opção pela luta armada destas, e não culpa o fechamento dos canais democráticos de diálogo existentes na América Latina, onde essa esquerda poderia, ainda que timidamente se mobilizar e se expressar.

Campos não culpa apenas a “falta de competência” de Goulart nas questões políticas e administrativas para o ocaso democrático em 64, outras questões também seriam levantadas.

De qualquer forma, é preciso dizer que o país estava, economicamente, num beco sem saída, inviabilizado por uma herança institucional, jurídica e fiscal pré-moderna, antiempresa, corporativa, ainda dos anos 30, em especial por uma legislação sindical e trabalhista inspirada na Carta Del Lavoro do fascismo italiano, que criara distorções insuperáveis, como o chamado “passivo trabalhista” das empresas. (CAMPOS, 1994, p. 569)

Se Furtado enxergava como entrave ao desenvolvimento econômico questões como a concentração de renda, estruturas arcaicas, dualidade da estrutura político-social e a falta de mobilidade política das classes mais baixas, Campos analisaria os entraves ao desenvolvimento econômico como a ausência de mecanismos que pudessem deslanchar a empresa e o empreendimento capitalista no Brasil. A engessada legislação trabalhista no Brasil e a herança paternal por parte do governo populista aos sindicatos deixara um legado de vícios políticos e econômicos que impediam o desenvolvimento econômico. Seria necessário, então, reformas que modificassem esse cenário brasileiro. Essas reformas resultariam mais tarde no PAEG.

Já como Ministro do Planejamento, ao fazer discursos à imprensa, Campos afirmaria que “o papel do planejamento estatal não era asfixiar a iniciativa privada e sim, ao contrário, disciplinar os investimentos públicos e racionalizar a ação do governo, construindo assim uma moldura dentro da qual a iniciativa privada poderia operar com segurança.”⁸² Aparentemente, nada do discurso à imprensa de Campos se diferencia do que Furtado escrevia ou dizia. As diferenças começariam a aparecer somente quando Campos iniciou os trabalhos do PAEG.

Dessa forma, nos aproximamos da visão de Campos sobre a crise brasileira dos anos 1960, seus planos e ideias para resolvê-la.

⁸² Op. Cit. Pag 570. Discurso à imprensa. 20 de Abril de 1964.

Na primeira reunião do gabinete, em 23 de Abril de 1964, apresentei um visão panorâmica da problemática brasileira e um ensaio de soluções (...) intitulava-se “A crise brasileira e diretrizes de recuperação econômica”. (...) Em minha visão, as características principais da crise brasileira de então incluíam, além da inflação acelerada, da paralisação do crescimento, da crise cambial, uma crise de motivação, derivada do alto grau de inquietação psicossocial.⁸³ (CAMPOS, 1994)

Dentre os elementos que Campos destaca como os principais da crise dos anos 1960, temos também fatores econômicos, psicológicos e sociais. Como um autor que se preocupava com o desenvolvimento, mas com posições teóricas próximas dos monetaristas, Campos tinha preocupações com o câmbio e a inflação. A criação de um plano de desenvolvimento seria anulada se a inflação permanecesse descontrolada. É nesse momento que o PAEG começa a ser pensado. Um programa de controle inflacionário que permitisse posteriormente altas taxas de crescimento econômico.

Quanto à crise de motivação e de inquietação psicossocial, podemos citar diversos elementos motivadores. A crise de motivação se refere ao clima de euforia experimentado pela economia nacional desde a chegada de Vargas ao poder em 1930 até o final dos anos 1950. Esse ciclo econômico parecia ter chegado ao fim. Quadros não iniciou nenhum programa ou reforma da economia para sanar os problemas. Goulart os aprofundou à medida que tentava agradar os diversos segmentos políticos e aos sindicatos organizados. Seu Plano Trienal fracassara, principalmente porque não conseguia levar a cabo um projeto de contenção de despesas, refrear a inflação, sanear o balanço de pagamentos, dentre outros objetivos. A política populista não permitia. Cortar gastos públicos e sociais implicava reduzir medidas populistas e Goulart não se disponha a isso.

Quando nos referimos ao elevado grau de inquietação psicossocial, podemos afirmar que a década de 1960 é o auge da organização e mobilização social e da discussão política por parte da classe trabalhadora. No campo, temos a mobilização das Ligas Camponesas no sentido de apressar medidas favoráveis à reforma agrária. Na cidade, a classe trabalhadora civil e militar também se organizava cada vez mais. Os sindicatos serviam como plataforma política e de apoio à Vargas, a princípio, e depois de Goulart, seu maior herdeiro político.

Se pudermos citar um fator social importante para a maior adesão dos altos escalões militares ao golpe, este seria a luta por melhores condições de trabalho por

⁸³ Op. Cit. P. 575.

parte dos militares de baixa patente. O apoio dado aos sargentos durante a greve pelo presidente Goulart foi encarado como uma inaceitável quebra da hierarquia militar e um desrespeito do Poder Executivo. O posicionamento de Goulart ao lado de militares de baixa patente foi um dos grandes fatores que levou até mesmo oficiais legalistas a repensar a ideia de colaborar com o Golpe de 1964.

Se somarmos esses fatores, grande mobilização da classe trabalhadora, no campo e na cidade, conservadorismo por parte da classe média e das elites econômicas, cenário externo de Guerra Fria, ou seja, radicalização dos antagonismos políticos e ideológicos, baixo crescimento da economia, se comparados com os períodos anteriores, queda dos investimentos externos, uma das consequências da Lei de Remessa de Lucros aprovada por Goulart e aceleração da inflação, se unimos todos esses elementos, teríamos o alto grau de inquietação psicossocial descrita por Campos em seu documento de trabalho para a reunião dos ministros.

Em seu diagnóstico dos problemas econômicos, Campos iniciava seus trabalhos buscando a origem do processo inflacionário. “Quanto às raízes do processo inflacionário, eu arguia que elas tinham variado no curso do tempo, mas ultimamente a responsabilidade primordial cabia aos déficits governamentais e à contínua pressão salarial. Aqueles geravam inflação de procura, e esta, inflação de custos.”⁸⁴ O que mais podemos chamar a atenção aqui é a diferença nas ferramentas analíticas. Enquanto Furtado usa questões históricas e problemas nas estruturas para explicar as raízes da inflação, Campos, mostrando suas características monetaristas, afirmaria que os déficits governamentais e o aumento salarial pressionariam as contas do governo, criando uma inflação de procura. De início, podemos adiantar que um dos mecanismos do PAEG seria o arrocho salarial como forma de conter a espiral inflacionária. Continua Campos:

Mais complexas eram as raízes da crise de estagnação, cabendo aí salientar dois grupos de fatores: os político-institucionais e os resultantes de erros ou indeterminações da política econômica. Alinhei entre os fatores político-institucionais: a) a constante tensão política criada pela desarmonia entre o Executivo federal, de um lado, e o Congresso Nacional e os governos estaduais, de outro; b) a propensão estatizante, criando contínuo desestímulo e ameaças aos investidores privados; c) as paralisações sucessivas de produção pelos comandos de greve, frequentemente com objetivos claramente políticos; d) a incerteza criada nos meios agrícolas pela ameaça de aplicação de uma indefinida reforma agrária, baseada principalmente em

⁸⁴ Op. Cit. P. 576.

desapropriações, sem critérios objetivamente conhecidos. (CAMPOS, 1994, p. 576)

Esse trecho mostra muito da formação de Campos como um intelectual desenvolvimentista, preocupado com os problemas e entraves ao desenvolvimento econômico, mas também mostra sua preocupação monetarista e liberal, de respeito e confiança nos potenciais da iniciativa privada. Enquanto Furtado pensava que o Estado deveria gerir os recursos mais estratégicos e que ainda deveria disciplinar os recursos privados e direcioná-los ao desenvolvimento interno, Campos segue do lado oposto, afirmando que havia uma tendência estatizante por parte dos governos populistas e uma inconsistência em suas políticas econômicas e que estas dificultavam os investimentos privados, fazendo com que o país entrasse em recessão. Outra grande preocupação de Campos é com a questão da produção, tanto industrial quanto agrícola. No campo, o “problema” das Ligas Camponesas que pressionavam por uma reforma agrária radical impedia maiores investimentos e criava tensões sociais. Nas cidades, o movimento operário cada vez mais organizado também vai ser alvo de críticas por parte de Campos. As greves e paralisações prejudicavam a produção, o que atrapalhava os investimentos também no setor industrial. Quanto a desarmonia entre os poderes e a inconsistência das políticas econômicas, podemos destacar principalmente o fracasso do Plano Trienal. Este foi elaborado e levado a cabo pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado, mas esbarrava nas manobras e políticas populistas que não permitiam cortes sociais tão grandes, já que faria o governo perder apoio desses setores populares mais organizados.

Ainda nesse assunto, Campos seguiria com sua análise dos problemas econômicos. Agora, sua fala se concentrava nos erros da política econômica populista.

Mais graves ainda, seriam talvez os erros ou indeterminações da política econômica. Os fatores principais eram os seguintes: a) a conjugação da propensão estatizante com a inflação de custos e a intensificação de movimentos grevistas, desencorajando o investidor nacional; b) o clima de estatismo e xenofobia, revelada esta, sobretudo na regulamentação restritiva da Lei de Remessa de Lucros, que fizera cessar virtualmente o ingresso de capitais estrangeiros de investimento, e por repercussão, dos próprios capitais de empréstimo; c) o desestímulo a investimentos na agricultura (...) e à natureza indefinida das promessas de reforma agrária; d) a contínua “entropia” dos serviços públicos, cujo já reduzido nível de eficiência declinava. (CAMPOS, 1994, p. 576)

Conforme falamos anteriormente, a Lei de Remessa de Lucros, vista como entrave ao aumento dos investimentos privados no país mostrava-se uma bravata

nacionalista completamente nociva na visão de Campos. Outros elementos que prejudicavam a produção e atrapalhavam o bom desempenho da economia nacional eram a falta de confiança no investidor agrícola, devido às incertezas da economia agrícola - lembremos que naqueles tempos de radicalização política e ideológica, a plataforma política da Liga dos Camponeses assustava os investidores - e o serviço público de baixa qualidade oferecido à população e cujo servidor ainda tinha pretensões salariais fora da capacidade econômica.

Quanto à crise cambial, Campos afirmaria que o maior problema eram as ameaças de nacionalização de várias empresas e da fuga de capitais privados que buscavam ambiente seguro para seus aportes. Os principais governos de orientação nacionalista na história desse breve período democrático pós 1945/1964 foram Vargas e Goulart. A principal atitude de Vargas nesse sentido foi a de criar uma estatal que explorasse petróleo e entregar o monopólio da exploração a essa empresa, o que suscitou uma onda de críticas por parte de setores conservadores e de intelectuais não nacionalistas, como o próprio Roberto Campos. O principal argumento era de que o Estado não tinha plenas condições de investir nessas áreas. A tendência nacionalizante continuaria bastante forte somente no governo de Goulart, que ameaçaria nacionalizar diversos setores importantes da economia, provocando uma fuga de capitais externos.

Quanto a crise de motivação, Campos afirmaria que

Não existia nenhum projeto nacional de desenvolvimento capaz de traçar rumos e aliciar o entusiasmo da população. A instabilidade política e a inapetência administrativa do governo Goulart tinham um vácuo de comando e de motivação. Um dos resultados era termos ficado, no setor econômico, entre “um capitalismo sem incentivos e um socialismo sem convicção”. As classes empresariais sofriam de uma crise de desconfiança; as classes operárias se viam frustradas ante a inexecutabilidade das promessas demagógicas; e finalmente, certos grupos psicologicamente mais voláteis, como a classe estudantil, não encontravam escoadouro para sua impulsividade idealista, descambando para falsas soluções radicais. (CAMPOS, 1994, ps. 576 e 577)

Conforme comentado anteriormente, o período de estabilidade política e euforia econômica, onde havia confiança no desenvolvimento e no progresso, acabara no governo de Kubitschek. Com chegada de Quadros e posteriormente Goulart, instalou-se um clima de instabilidade política, econômica e de radicalização dos movimentos populares, o que assustava enormemente a classe média e as elites dirigentes. Quadros e Goulart não conseguiram sanar os problemas econômicos e políticos. Muito pelo

contrário, a inflação aumentava e o ritmo de crescimento diminuía a cada ano do começo da década de 1960. Para Campos, diante desse “diagnóstico seguia-se a terapêutica. A eliminação da herança inflacionária exigiria um concerto de medidas catalogadas em três grandes grupos: a) medidas fiscais; b) ação sobre expectativas; c) ação de emergência sobre a oferta.”⁸⁵.

A seguir, Campos faz um diagnóstico das consequências do combate à inflação.

Num ensaio de realismo, apontavam-se os percalços da política antiinflacionária, mencionando-se especialmente os seguintes. Primeiro, a inevitabilidade de uma recessão industrial temporária, resultante da eliminação da demanda especulativa e acautelatória, isto é, fuga de moeda em busca de mercadorias, característica das fases de inflação aguda. Adiantei que, conquanto um certo grau de recessão da procura fosse inevitável no período de reajuste, importaria não se agravar o fenômeno por uma contenção abrupta do crédito, antes de se lograr uma contenção de custos governamentais, com o fito de liberar recursos para o setor privado. Em segundo lugar, a resistência popular ao reajustamento de tarifas públicas. Cunhei então a expressão “inflação corretiva”, para designar o inevitável reajuste dos preços relativos desorganizados pela compressão de tarifas, seja por demagogia política seja por errôneas tentativas de subvencionar serviços públicos como instrumento antiinflacionário. Estabeleci uma distinção entre “inflação corretiva”, que é um impulso controlado, o qual, ao diminuir as emissões do Tesouro, abre caminho para a estabilização dos preços, e a “inflação espiral”, resultante do descontrole monetário. Aquele seria um mal menor. (CAMPOS, 1994, p. 577)

Para Campos, um dos pressupostos de uma política antiinflacionária começaria pelo abandono de políticas populistas. Estas impediam o aumento das tarifas de serviço público e consumiam os recursos do Estado com políticas sociais, não permitindo a contenção de despesas para equilibrar assim as contas públicas.

A recessão industrial temporária não seria a única consequência negativa da política de combate à inflação. Campos citaria outra muito importante.

(...) a cura de uma inflação crônica seria o equivalente à extirpação de um câncer. A cirurgia é inevitável, mas há que minimizar os riscos pós-operatórios, o principal dos quais seria o desemprego transicional. Para minimizar esse risco, deveria ser contemplado um elenco de quatro medidas. A primeira seria uma ativação imediata da indústria de construção civil, como grande absorvedora de mão de obra; mas isso teria como pré-condição a mobilização de poupanças voluntárias. Segundo, o encorajamento à exportação, mediante desburocratização e câmbio realista, o que teria a dupla vantagem de criar empregos e melhorar a posição cambial. Terceiro, a reativação da produção agrícola, que seria estimulada pela liberação de preços internos e livre exportação, além da eliminação da ameaça dos

⁸⁵ Op. Cit. Pag 577.

confiscos de terras. A quarta seria a remoção das áreas de atrito e restrições legais que dificultavam o ingresso de capitais estrangeiros, quer de empréstimo quer de risco. (CAMPOS, 1994, ps. 577 e 578)

O combate às tendências inflacionárias deveria ser feito com medidas, a princípio, recessivas. Se era inevitável uma recessão temporária na indústria para ajustar demandas, o desemprego transicional era algo que poderia, se não ser evitado, ao menos combatido. Isso seria feito com a adoção de medidas de incremento da produção e reativação da economia. Como, por exemplo, a ativação da construção civil, o que absorveria grande parte da massa desempregada. Quanto ao encorajamento às exportações, isso surtiria efeito principalmente na melhora da posição cambial e contribuiria para a absorção de empregos.

No que se refere ao campo, a liberalização dos preços e livre exportação contribuiriam para reduzir a recessão. Outra grande questão que deve ser comentada é a eliminação das tensões sociais no campo. A redução dessas tensões não foi feita por conta da reforma agrária, muito pelo contrário, a Ditadura Militar ficou marcada como um período em que a concentração de renda e terra atingiu níveis bastante significativos. A redução das tensões sociais no campo se deu por causa da repressão aos movimentos sociais que reivindicavam terra, principalmente a Liga dos Camponeses. Sem qualquer tipo de movimento social para lutar por terras e assim atrapalhar os negócios, os investimentos retornaram ao campo normalmente.

Para corrigir o desequilíbrio do câmbio, as medidas a serem tomadas foram:

a) reorientação do sistema cambial para promoção e diversificação de exportações, mantendo-se as taxas cambiais realistas e, tanto quanto possível, unificadas; b) reativação do ingresso de capitais e investimentos privados estrangeiros, o que pressuporia o abandono de atitudes estatizantes e expropriatórias, assim como uma revisão da posição no tocante à Lei de Remessa de Lucros. Como medidas complementares, contemplavam-se a retomada de entendimentos para obtenção de financiamentos de longo prazo de instituições internacionais e a execução de um programa de consolidação de dívidas. (CAMPOS, 1994, p. 578)

Como podemos notar, a maior preocupação de Campos, no que se refere à questão cambial, era criar um ambiente propício para o retorno dos investimentos internacionais. Para isso, seria necessário o abandono das políticas populistas, ou seja, políticas que insuflavam parte da classe trabalhadora à organização e luta por melhores condições de vida. Chegaria ao poder agora, com o golpe de 1964, uma nova classe

política, interessada principalmente em retomar a produção e o desenvolvimento econômico sem negociação e/ou diálogo com a classe trabalhadora. Isso implicaria num clima favorável de investimentos e retomada dos empréstimos internacionais, visto que agora a classe trabalhadora estava impedida de se organizar e, principalmente, parar a produção através de greves. Outro ponto importante deve ser destacado. Os investimentos estrangeiros seriam encorajados também pelo fim das políticas estatizantes e de entraves à livre circulação de capitais. Fator crucial para isso foi uma revisão na Lei de Remessa de Lucros. Sem entraves a saída do capital, pressupõe-se que ele, então, entraria livremente, o que contribuiria para o desenvolvimento econômico.

A Lei de Remessas de Lucros ganha atenção especial de Campos. O autor dedica várias páginas ao assunto. Faz um balanço desde Vargas até o momento em que ele consegue resolver essa questão, levada à Castello Branco em 1964. Assim afirma:

O tema da remessa de lucros passou, entretanto a dominar o debate a partir do famoso discurso de Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 1951 em que dramaticamente, denunciava uma trama criminoso contra a “economia”, a “riqueza” e a “independência” da pátria. Essa trama era representada pela “espoliação” da remessa de lucros. Tratava-se apenas de que a Carteira de Câmbio do Brasil houvera dado uma interpretação flexível, e aliás bastante lógica, a um decreto-lei de 1946, que estabelecia que a remessa anual de lucros poderia alcançar 8% do capital inicial. A Carteira de Câmbio, através de circular, passou a autorizar remessas de 8% sobre a soma do capital mais as reservas reinvestidas. Esse tratamento era minimamente justo, pois que o reinvestimento dos lucros evitaria um simples passeio do capital. Ao invés de sair e voltar como novo investimento, os lucros ficariam no país. (...) Nossos problemas de balanço de pagamentos não provinham da remessa de lucros, fator pouco expressivo, e sim da estagnação das exportações em virtude do irrealismo da taxa cambial. A taxa oficial sobrevalorizada encorajava as remessas de lucros (que eram, por assim dizer, subsidiadas) e desestimulava o ingresso de capitais. A crise cambial do fim do governo Kubitschek, que projetou sua sombra sobre o período Quadros assim como sobre João Goulart, fez reviver o tema da remessa de lucros, como uma espécie de “demônio substituto. (CAMPOS, 1994, p. 601)

Dentre os problemas econômicos brasileiros, Campos não lista a questão da remessa de lucros como uma delas. Um dos grandes responsáveis pelas baixas taxas de crescimento econômico era a estagnação das exportações, uma consequência dos problemas na taxa cambial. Campos criticava veementemente a sobrevalorização da taxa cambial. Isso incentivava a remessa de lucros e dificultava a entrada de capitais, usando as palavras do autor.

Os problemas continuariam durante o governo de Quadros.

No fim de 1961, começou a tomar corpo a ideia de que era necessário modificar-se a disciplina de movimentação dos capitais estrangeiros e seus rendimentos. Duas tendências então surgiram no Congresso Nacional. Uma mais restritiva e radical, cujos princípios se definiram num projeto apresentado pelo deputado Celso Brant. Outra, mais realista e pragmática, cujas ideias deram origem a um substituto da comissão mista de senadores e deputados, relatado por Mem de Sá. O texto finalmente aprovado (...) em 1962 (...) constituiu-se num amálgama desses dois projetos heterogêneos: manteve-se a maior parte do substitutivo da comissão mista, mas ele foi distorcido pela inserção de três dispositivos do projeto Celso Brant que instituíam a limitação quantitativa das remessas e das repatriações, e distinguíam entre capital inicial e capital reinvestido. (CAMPOS, 1994, p. 602)

Como intelectual que sempre batalhou pelo desenvolvimento da economia nacional, Campos se coloca na fileira daqueles cuja formação e base teórica afirmavam que não deveria haver entraves a circulação de capitais. Principalmente no que se refere a um país subdesenvolvido e carente de recursos como o Brasil. Apesar de apoiar, durante toda a década de 1950 e 1960, de forma entusiasmada a ideologia desenvolvimentista, Campos não deixa de expor suas preocupações monetaristas também. Em sua opinião, como fica claro aqui no texto, um dos pressupostos do pleno desenvolvimento econômico é o equilíbrio da balança de pagamentos e uma taxa de câmbio realista. Esses fatores encorajariam a entrada de capitais e seu posterior reinvestimento. Nisso, o controle excessivo da remessa de lucros seria nada mais que um erro político e demagógico de governos populistas, principalmente Vargas e Goulart.

Visão completamente diferente tem Celso Furtado em relação a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento interno. Este afirma que:

Tivesse um país como o Brasil de depender de um fluxo continuado de capitais externos para desenvolver-se, e suas atuais perspectivas (década de 1960) seriam muito pouco alvissareiras. Isso porque a entrada de capitais externos significa a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país. Se os capitais externos contribuem para aumentar as exportações ou substituem importações, esse fluxo pode não criar problemas de balanço de pagamentos. Na nossa etapa atual de desenvolvimento, entretanto, o investidor estrangeiro típico contribui, em grande parte, para criar novos hábitos do consumidor de alta e média rendas. Contribui, assim, a reduzir a poupança espontânea, ao mesmo tempo que cria um fluxo de renda para o exterior de consequências sérias para o balanço de pagamentos. (...) Como ter acesso a esses recursos sem pagar o preço que eles custam? Confrontando os resultados de nossa análise chegamos à conclusão de que, para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiro – aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação – necessitamos de uma política disciplinadora da entrada desses capitais. Permitir o seu influxo desordenado será seguramente privar o país, no futuro, das reais vantagens da cooperação desses capitais, em setores de tecnologia menos acessível. Por

outro lado, criar condições de hostilidade generalizada aos capitais estrangeiros, significará o preço que sempre teremos de pagar pela contribuição indispensável da técnica alienígena, e, assim dificultar o desenvolvimento. (FURTADO, 1962)

Como podemos observar, tanto Campos quanto Furtado são favoráveis a entrada do capital estrangeiro e sabem da importância de sua contribuição para ao desenvolvimento da economia nacional. As diferenças começam no uso e na independência dada a esse capital. Para Furtado, se esse capital ficar livre, ele entrará, pregará e não contribuirá em nada com o desenvolvimento interno. Apenas exercerá uma influência negativa nas formas de consumo das classes mais elevadas. O capital estrangeiro teria que ser disciplinado e canalizado para o incentivo ao incremento da produção e criação de uma infraestrutura interna. Continua Furtado:

Não somente financiar os investimentos infraestruturais se torna tarefa complexa, mas também orientá-los. O Governo, a quem cabe reunir os recursos para financiar esses investimentos, ainda não se aparelhou, entretanto, para orientá-los adequadamente. Resulta, daí, forte baixa na eficiência de tais investimentos. (...) Considero que o passo mais importante a dar no aperfeiçoamento de nossa política econômica consiste em disciplinar com muito mais rigor o investimento público. (...) A ação supletiva do Estado deveria estar presente em todos os setores, se essa disciplina tivesse que ser efetivamente cumprida. A iniciativa privada, exercendo as suas expectativas num campo assim iluminado pelos programas a mais longo prazo dos investimentos infraestruturais, poderia aumentar amplamente sua eficiência (FURTADO, 1962)

Enquanto que nos trechos que analisamos de Campos não observamos qualquer linha sobre interferência ou tentativa de disciplinar os investimentos estrangeiros, em Furtado encontramos abundantemente trechos sobre a interferência estatal no sentido de disciplinar o capital estrangeiro. De fato, os dois intelectuais são amplamente favoráveis ao desenvolvimento e industrialização da economia nacional, entretanto, as formas de se atingir esse objetivo são completamente diferentes.

Retornemos agora a visão de Campos sobre esse capital estrangeiro e a questão da remessa de lucros.

O desincentivo trazido pela nova lei da remessa de lucros do período Goulart foi rápido. No ano de 1962, enquanto se discutia a lei (que acabou sendo votada em setembro) os ingressos caíram para 71 milhões de dólares. Em 1963, baixariam a 31 milhões de dólares. O tiro, assim, saía pela culatra. Havia prejuízo cambial e não economia cambial com a legislação restritiva. (CAMPOS, 1994, p. 603)

Campos, então, expunha à Castello Branco desde as primeiras reuniões sobre a necessidade de modificar a lei restritiva e torná-la mais liberal.

A retomada de ingressos de capitais estrangeiros era importante para melhorar o nível de investimentos, o que, por sua vez, auxiliaria na manutenção do nível de emprego. Alinhei as medidas necessárias para correção do desequilíbrio cambial, que seriam: 1) a regularização do sistema cambial, no sentido da promoção e diversificação de exportações, mantendo-se taxas cambiais realistas e, tanto quanto possível unificadas; 2) a reativação do ingresso de capitais e investimento privados, o que pressuporia o abandono de atitudes estatizantes expropriatórias; uma revisão de posição no tocante à lei de remessa de lucros (...) retomada de entendimentos para obtenção de financiamentos de longo prazo de instituições internacionais; execução do programa de consolidação da dívida externa. (CAMPOS, 1994, p. 603)

A preocupação com programas de consolidação de dívidas e financiamentos externos nos dá a mostra de que começava naquele momento a gestão de uma política econômica que privilegiava o desenvolvimento. A questão é por quais caminhos esse desenvolvimento foi almejado. Pelo que acabamos de ler nas últimas linhas das memórias de Roberto Campos, podemos deduzir que tal percurso passava pelo intenso uso do capital internacional. Isso refuta a tese⁸⁶ de que existe um ciclo desenvolvimentista que se inicia com Vargas com a chamada Revolução de 1930 e se encerra em 1964 com o fim do processo democrático. A preocupação dos militares com o controle da inflação e retomada do crescimento tinha visões desenvolvimentistas.

Finalmente, em 1964, o texto definitivo da lei da remessa de lucros.

O assunto só viria a ser resolvido no governo Castello Branco, pela Lei nº 4390, de 16 de julho de 1964. Removeu-se a principal área de atrito – a caracterização dos lucros superiores a 10% como capital suplementar, que não geraria direito à remessa de lucros. Eliminou-se também o limite de 10% do capital registrado para remessa de rendimentos. Essa limitação era contraproducente, pois induzia as empresas a remeterem o máximo permitido. Como desincentivo às remessas que excedessem de 12% do

⁸⁶ Ricardo Bielschowsky em seu livro *Pensamento Econômico Brasileiro* trabalha com a ideia de que existe um ciclo desenvolvimentista que se inicia com Getúlio Vargas ainda na década de 1930 e se encerra em 1964. A presente dissertação aqui elaborada pretende afirmar que os militares também tinham preocupações desenvolvimentistas, ou seja, o desenvolvimentismo como ideologia permanece entre as principais diretrizes políticas e econômicas dos militares no pós 64. Importante fazer a ressalva de que a obra de Bielschowsky é bastante pertinente e nos ajuda a entender muito sobre o desenvolvimentismo enquanto ideologia concreta e ferramenta teórica de grupos intelectuais nesse recorte cronológico adotado pelo autor. Principalmente no que se refere a preocupações e análises de objetos de estudos da presente dissertação como Celso Furtado e Roberto Campos, colocando-os como desenvolvimentistas, porém cada um com suas diferenças e peculiaridades.

capital original, mais reinvestimentos, criou-se um imposto de renda suplementar de 25%. (CAMPOS, 1994, p. 605)

Como podemos ver, houve um esforço dos militares, e principalmente de Campos, para mudar a lei de remessa de lucros e torná-la mais atraente para o capital estrangeiro. Removeram-se as barreiras e entraves ao capital investido.

Campos retoma o assunto crise de motivação. O autor afirma que esta:

tinha que ser enfrentada pelo lançamento de um programa de emergência, destinado a combater eficazmente a inflação, pela promoção de campanhas específicas, como campanhas de exportação ou de incremento da produtividade agrícola ou industrial. Mais importante ainda seria o lançamento de reformas de estrutura. Dentre estas, caberia as de caráter psicossocial e as de caráter instrumental. Entre aquelas, sobressaía a reforma habitacional, a agrária e a fiscal. As reformas de sentido psicossocial teriam um efeito econômico (geração de empregos), um efeito social (abrandamento de tensões), e um efeito cosmético, destinado a melhorar a imagem interna do novo regime junto às massas, perturbadas por um sentimento de orfandade e de “sebastianismo” em relação aos líderes que as nutriam de promessas demagógicas. Um subproduto das reformas seria melhorar-se a imagem externa do regime, caracterizada pela falsa visão, existente em alguns países, de que Revolução teria sido uma reação de direita, que seria pendularmente seguida por uma reação de esquerda. (CAMPOS, 1994, p. 578)

Uma das grandes preocupações do autor era com a crise de motivação. Esta se dava pela ausência de estabilidade política e de crescimento econômico. Se durante a década de 1930 até o final da década de 1950 o Brasil, salvo em alguns momentos, experimentou uma significativa expansão econômica e, sobretudo industrial, a década de 1960 já não mostrava isso. A começar pela inflação elevada e baixo crescimento econômico. Campos buscava um plano de recessão planejada e controlada. O combate a inflação passava obrigatoriamente pela recessão industrial e econômica, porém estes efeitos negativos na economia poderiam ser reduzidos ao máximo se paralelo ao controle da inflação o governo também estimulasse outros setores conforme foi citado anteriormente. Referimo-nos principalmente a setores agrários e de construção civil.

Outra questão importante citada nesse trecho foi a importância dada por Campos a uma substituição eficaz na memória social e política. O autor afirmava que a população (ou grandes setores da classe trabalhadora) estava acostumada com as promessas e a relação de proximidade dos líderes populistas.

No que se refere a tentar abrandar ou melhorar a imagem do regime militar no exterior, Campos se coloca a combater um importante argumento usado por Celso Furtado ao se tratar da política dos países subdesenvolvidos.

Para evitar um retrocesso social (leia-se fechamento dos canais democráticos) não basta desejá-lo: é necessário criar condições objetivas de caráter preventivo. O retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face a pressão social crescente. Não permitindo as rígidas estruturas adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam às soluções de emergência ou golpes preventivos. Fossem as modificações progressivas ou gradativas, e o sistema político-social resistiria. (FURTADO, 1962)

O que Campos chamava de Revolução de 1964, nada mais era que a retomada da estabilidade política e econômica frente aos desmandos e irresponsabilidades do populismo. A revolução era necessária na medida em que os regimes populistas não davam conta do desenvolvimento econômico brasileiro. Mais uma importante diferença que podemos estabelecer aqui: Furtado enxerga exatamente o contrário. Nesse trecho e durante todo o livro, observamos que o autor afirma que durante a segunda metade do século XX, especialmente durante a década de 1960, já estava em curso uma revolução social, política e ideológica. As pessoas tinham mais consciência e lutavam mais pelo alargamento dos canais democráticos e de distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico e industrial. A realização de um golpe militar seria um retrocesso no curso dessa revolução democrática e atrasaria ainda mais a abertura do sistema político a massa trabalhadora, ideia mais bem elaborada por Furtado no livro “Dialética do Desenvolvimento”.

Importante ressaltar que apesar de toda essa discordância política em relação aos militares e ao golpe de 1964, como falamos anteriormente, tanto Campos quanto Furtado eram contra práticas populistas e seus mecanismos de dominação e de controle da massa trabalhadora.

Retornando ao projeto de reforma econômica de Campos, este conceitua as reformas instrumentais como as mais importantes, colocando que seriam “uma reforma constitucional dos dispositivos de natureza fiscal e uma administrativa, visando, sobretudo à reforma de estatutos obsoletos, de efeitos econômicos negativos, como o

Código de Navegação Marítima e a legislação portuária.”⁸⁷ Campos também propunha uma reforma financeira. Falaremos com mais detalhe sobre esta mais a frente, mas podemos adiantar que o autor assim afirma:

Finalmente, acentuava-se a importância da reforma bancária, visando, sobretudo à formação de um Banco Central independente, responsável pela política monetária. Em relação às reformas de base, duas decisões se impunham de imediato, uma sobre prioridades e outra quanto ao mecanismo de elaboração. No concernente às prioridades, tinha-se que levar em conta não só a urgência objetiva do problema, mas também a existência de projetos já em tramitação no Legislativo, o que implicaria canalizar-se o ímpeto reformista na seguinte ordem de apresentação: reforma fiscal de emergência, reforma educacional, reforma agrária, reforma bancária, reforma administrativa e reestruturação definitiva do sistema fiscal. (CAMPOS, 1994, p. 579)

De todas essas reformas tidas como necessárias por Campos, poucas delas saíam do papel. A reforma principal que foi concretizada foi a financeira. Durante o começo da Ditadura Militar, um dos grandes avanços financeiros do período seria a criação do Banco Central.

Ainda em 1964, Campos dedicou-se integralmente a um programa de estabilização financeira: o PAEG. Este mostra de forma bastante eficaz de que forma podemos analisar Campos e seu pensamento econômico, suas ferramentas teóricas e sua opinião sobre quais deveriam ser os rumos que a economia nacional deveria seguir para obter seu desenvolvimento econômico.

De início, o PAEG se apresentava como uma antítese das políticas econômicas do populismo.

A Revolução de 1964 fora um rude apelo à realidade; uma tentativa de substituir a paixão pela razão, na direção dos negócios econômicos. Castello concordou em seguida com minha análise dos “três mitos fundamentais” da algarvia populista: a) um desenvolvimento sustentado pode ser conciliado com uma inflação galopante; b) os salários reais podem ser aumentados livremente pelo governo, independentemente do aumento de produtividade; c) pode-se conduzir uma política “nacionalista”, sem ter em conta os constrangimentos econômicos e sociais do Brasil. (CAMPOS, 1994, p. 609)

Já começamos a observar que a relação de proximidade política e ideológica entre o governo e os sindicatos tinha chegado ao fim; acabaram-se também as épocas

⁸⁷ Op. Cit.

em que o funcionalismo tinha aumentos desconexos da realidade econômica atravessada pelo país; o combate à inflação entrava com bastante seriedade na pauta dos ministros e um dos pilares de Campos ao organizar o PAEG: a política dita “nacionalista” sofreria enormes mudanças, o Brasil seria alinhado politicamente com os EUA nesse momento tenso da Guerra Fria.

Era inevitável, acrescentei, que o presidente mencionasse os cinco objetivos tradicionais: retomar o crescimento econômico, corrigir disparidades setoriais, adotar uma política de investimentos capaz de absorver quantidades crescentes de mão de obra e, finalmente, corrigir tendências deficitárias do balanço de pagamentos. Mas era importante que esses objetivos fosse hierarquizados, dando-se absoluta prioridade ao objetivo condicionante - a cura da inflação. Nesse ponto eu marcava uma posição que se poderia dizer “monetarista – ortodoxa”, contrariamente à posição “desenvolvimentista”, que acreditava na possibilidade de se atingir simultaneamente o objetivo de queda da inflação e aceleração do crescimento. (CAMPOS, 1994, p. 610)

Considero este um dos trechos mais importantes de toda a obra autobiográfica de Roberto Campos. Este se intitula monetarista-ortodoxo. Esta declaração é importante para analisarmos que não podemos de forma alguma colocar Roberto Campos como um intelectual somente desenvolvimentista. Muito menos nesse momento delicado de sua trajetória política, em que lidou com uma situação de conturbação política e econômica. Podemos afirmar sim que este intelectual tinha preocupações desenvolvimentistas, mas também não podemos esquecer que ele não perdeu nunca seu horizonte monetarista-ortodoxo. Se existe um período da trajetória política de Campos em que este apresentava marcadamente posições desenvolvimentistas, este período foi o governo de Juscelino. Ao lado de Lucas Lopes, Roberto Campos foi um dos mais destacados intelectuais que integrava um grupo de economistas que buscou aplicar o Plano de Metas daquele governo. Defendiam um planejamento estatal para alavancar o processo de industrialização brasileira. Nesse momento, podemos observar que Campos mais se utiliza da ideologia desenvolvimentista do que de qualquer outra. Sua preocupação monetarista somente vai se sobressair em um momento de grave crise econômica, como o pós 1964.

Temos novamente aqui uma diferença marcante em relação a Celso Furtado. Este economista tinha como pressuposto o desenvolvimento econômico e a reforma das estruturas brasileiras. Não se deveria sacrificar o desenvolvimento econômico em prol do combate a inflação. Não à toa que o Plano Trienal, por mais que buscasse a

estabilização da economia e a economia de gastos públicos, não ousava sacrificar o desenvolvimento econômico. A inflação para Furtado era um fenômeno das estruturas brasileiras, enquanto que Campos enxergava o problema da inflação na má gestão da taxa de câmbio e de percalços na balança de pagamentos. Ou seja, se o Plano Trienal de um buscava a manutenção do desenvolvimento econômico e pregava que mais tarde deveria haver reformas estruturais, o outro, com o PAEG, ousava erradicar a inflação como fenômeno fazendo uma série de reformas beneficiando a iniciativa privada, tendo como ponto de partida a elevação dos preços das tarifas públicas e a redução do poder de compra da população.

Havia uma diferença clara no PAEG entre objetivos e instrumentos. Observemos:

Os cinco objetivos enunciados eram rituais e clássicos, no sentido de que haviam norteado vários esforços anteriores do planejamento. Eles seriam: a) acelerar o crescimento e desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1961-63; b) conter progressivamente o processo inflacionário durante 1964 e 65, objetivando-se um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida; d) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão de obra que continuamente flui ao mercado de trabalho; e) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar. Mais importante que a enunciação de objetivos genéricos foi a explicitação dos instrumentos – política financeira, política de produtividade social e política econômica internacional. (CAMPOS, 1994, p. 610)

Campos costumava dar ênfase à chamada “política de produtividade social” para mostrar aos críticos do regime militar que não havia preocupação ou mesmo sensibilidade social. De fato, ao elaborar o PAEG, havia um planejamento de inicial recessão da economia, mas que logo depois deveria entrar em vigor um incremento da produção e do consumo através do incentivo à construção civil. Aumentar o nível de empregabilidade, política salarial, política habitacional eram muitas das preocupações de Campos com a economia e com a sociedade. Na visão desse autor, a manutenção de altas taxas de concentração de renda, a pobreza e a continuidade do subdesenvolvimento eram frutos da má gestão e das tendências populistas e socializantes, e não da tentativa inicial do regime militar e deste intelectual, sobretudo, de fazer com que o Brasil entrasse plenamente na economia de mercado. Esta, aliás, foi a maior crítica de Campos ao paternalismo das lideranças populistas e suas legislações ditas “atrasadas e arcaicas”.

Se no livro “Lanterna na Popa” tem-se as memórias do autor sobre os preparos e eventuais consequências do PAEG e dos planos econômicos elaborados por ele enquanto ministro, veremos uma análise igualmente aprofundada ou mais da conjuntura econômica brasileira e de seu pensamento econômico no livro “A Nova Economia Brasileira”, escrito em parceria com Mário Henrique Simonsen. Como o próprio nome já diz, o livro trata o golpe de 1964, ou revolução, como chamavam os autores, como uma nova forma de se encarar a economia brasileira. Da mesma forma que em “Lanterna na Popa”, o livro faz uma defesa da estabilização política proporcionada pelos militares, um pressuposto muito importante para o trabalho de correção monetária como um dos grandes mecanismos de combate a inflação. Nesse sentido, vemos semelhanças ao livro autobiográfico de Campos. Este costumava, como vimos anteriormente, fazer uma defesa intransigente dos militares e da estabilidade política trazida por estes em 1964.

Segundo os autores, são cinco os elementos que provocaram a crise econômica dos anos 1960. São eles: crença numa moeda estável, desordem tributária, tendência ao déficit orçamentário, lacunas no sistema financeiro e os problemas da legislação trabalhista. Esta última já bastante trabalhada por Campos em sua autobiografia, conforme dito anteriormente.

No que se refere a “existência” de uma moeda estável, a economia brasileira tem um histórico de congelamento de preços e de fixação de juros e patamares pouco significativos como um meio de desencorajar a elevação sistemática de preços. Para os economistas que hoje assumem a economia brasileira como inflacionária, era um erro bastante grave e que causava distorções em diversos setores econômicos e financeiros a colocação das políticas econômicas anteriores a imposição da moeda como elemento estável. Simonsen e Campos reconhecem que foi um grande avanço das políticas econômicas do pós 1964 a aceitação da economia brasileira como essencialmente inflacionária.⁸⁸ E a adoção sistemática da correção monetária, o que permitia a melhor alocação dos recursos, impedindo de certa forma que as altas constantes dos preços deteriorassem o valor dos ativos. A correção monetária constitui também uma boa ferramenta de arrecadação tributária.

⁸⁸ CAMPOS, R. O. & SIMONSEN. M. H., (1979) A nova economia brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio.

Quanto à desordem tributária, pouco foi feito no imediato pós 1964, ou seja, no PAEG. Sempre houve uma inadequação da legislação brasileira à inflação como um fenômeno inerente ao sistema. Uma das poucas alterações do pós 1964 foi à instituição do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadoria) e da correção monetária, conforma vimos acima.

A dificuldade do governo em reduzir gastos públicos e aumentar a renda mostrava uma tendência ao déficit público. Segundo os autores, uma das principais fontes de despesas eram os poderes Legislativo e Executivo, que propunham gastos sem vinculação de receitas. Outra grande fonte de déficit público eram os constantes aumentos dados ao funcionalismo público e os aumentos em cascata, decorrentes deste. Estes provinham da tentativa de impedir a sistemática perda do poder de compra da população em face da elevação da inflação no período.

Não podemos esquecer que esses aumentos desmedidos, sem levar em conta o caixa do governo, eram características do populismo existente antes do golpe de 1964. Esta era a crítica que vimos anteriormente na autobiografia de Campos. O populismo de Goulart, herança de Vargas, era um dos grandes responsáveis pelo aumento do déficit público, conseqüentemente da inflação, segundo a visão de Campos.

Outros grandes problemas diagnosticados por Campos e Simonsen, foram as lacunas no sistema financeiro nacional. Lembremos que, ainda em 1964, o Brasil não contava com um Banco Central enquanto autoridade financeira. Naquele momento, essa função era exercida pela SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro Nacional. O Tesouro tinha competência para emitir moeda e a SUMOC cuidava das políticas monetárias e cambiais, mas era dependente do Banco do Brasil, inclusive atuando nas dependências deste. Este último funcionava como uma espécie de banqueiro do tesouro e dos bancos comerciais.

Podemos observar a ausência de instrumentos, instituições e competências legais para gerir o sistema financeiro nacional. Simonsen e Campos reconhecem a criação do Banco Central como um dos grandes méritos das políticas econômicas da ditadura militar. Aliás, devemos acrescentar que a ausência de mecanismos institucionais e suas falhas foram grandes entraves ao desenvolvimento econômico. Sem instituições sérias e competências legais previamente discutidas e acordadas, não existe suporte creditício e nem monetário para sustentar o desenvolvimento econômico do país. Esta é uma das visões dos autores.

Por último, mas não menos importante, temos os problemas criados pela legislação trabalhista. Na sua autobiografia, Campos dedicaria, de forma bastante crítica, muitas páginas ao assunto. Uma das maiores críticas era a paralisação da produção, consequência das constantes greves. Isso sem falar que as categorias eram diferentes. Alguns sindicatos mais fortes conseguiam mais aumentos em detrimento de outros mais fracos que viam a defasagem de seus salários. Para Campos e Simonsen, o grau máximo de tensão se deu no governo Goulart. A estreita ligação deste com os sindicatos, sua política populista, aumento da inquietação social, crescimento econômico baixo e explosão da inflação eram as causas dos problemas gerados pela política antes dos militares. Outro grande fator era a chamada Lei de estabilidade, o que garantia a permanência do trabalhador no cargo depois que completasse dez anos. Isso fazia com que muitas empresas perdessem bons profissionais devido a falta de interesse na estabilidade no emprego. Outro fator foi a imobilidade da mão de obra, isso porque muitos trabalhadores se recusavam a procurar empregos melhores quando conquistavam a estabilidade. Nisso tudo, podemos concluir que Campos e Simonsen, em sua obra, buscaram tirar a legitimidade das conquistas alcançadas pelos trabalhadores. Na visão destes intelectuais, uma legislação amplamente favorável ao trabalhador era um prejuízo ao desenvolvimento econômico e, em especial, aos interesses do empresariado. Estes últimos interessados na flexibilização das leis trabalhistas para que pudessem aumentar seus investimentos no setor produtivo.

Independente da defesa ou mesmo proselitismo feito pelos autores aos militares e da política econômica levada a cabo por eles, ficava claro que esses objetivos não foram posteriormente seguidos de uma melhor distribuição de renda e nem da qualidade de vida da população. O período da ditadura militar mostrou uma enorme concentração de renda e perda do poder de compra dos trabalhadores, da organização e da capacidade de mobilização dos sindicatos. As consequências do PAEG e, posteriormente, de outros planos econômicos da ditadura mostraram uma brutal desigualdade social e aumento da pobreza. Para Campos e Simonsen, assim como mais tarde Netto afirmaria, era necessário criar a riqueza para depois distribuir. Sendo que a distribuição de riqueza não foi feita.⁸⁹

⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco de. 1989. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro. 5ª edição. Graal.

Um dos grandes méritos dos autores foi reconhecer a existência de falhas institucionais e a contribuição destas para os entraves do desenvolvimento econômico. Os contornos da controvérsia em torno do pensamento econômico, então, estavam dados. Simonsen e, sobretudo Campos, funcionariam como uma espécie de contraponto intelectual do estruturalismo enquanto análise de nossa realidade e problemas. Mas não podemos apagar o grande mérito de Furtado, que seria o de ser um dos primeiros a criar um modelo explicativo do nosso subdesenvolvimento.

Propomos agora uma análise do PAEG sobre as questões econômicas dos anos 1960. Entendemos como necessário observar de que forma esse plano de ação econômica faz isso para entendermos um pouco mais como Campos pensava a economia brasileira nesse período.

Um dos pressupostos do pensamento de Campos, conseqüentemente do PAEG, era entender a economia brasileira como inflacionária. A partir disso, os esforços da reforma iniciada por esse plano econômico deveriam agir nesse sentido. A origem histórica do processo inflacionário brasileiro vem das constantes pressões dos gastos originados na substituição de importações. Outro grande fator, também diagnosticado por Furtado, era a falta de elasticidade de produtos estratégicos para o andamento da economia. Qualquer elevação mais significativa da demanda não seria acompanhada pela oferta desses produtos, causando inflação desses preços no mercado. Para o presente plano de ação econômica de Campos, as principais causas da alta inflacionária dos anos que antecedem o golpe de 1964 eram fatores de ordem monetária, cambial e o que Campos chamava de irresponsabilidade populista na condução das políticas econômicas.

Entender a inflação e, conseqüentemente, a estagnação econômica não era o suficiente para o bom funcionamento do PAEG. Era necessário absorver mão de obra e reativar a economia, inclusive o setor agrícola. Aliás, esse setor era visto como atrasado porque teria oferta inelástica de produtos e, por isso, seria incapaz de responder aos estímulos do mercado.

Tendo como meta o combate a inflação, o PAEG optou pelo gradualismo como ferramenta de enfrentamento. Em sua autobiografia, Campos afirmava haver uma controvérsia em torno do melhor planejamento na reforma econômica.

O enfoque gradualista do PAEG se opunha ao choque radical, proposto por alguns economistas, mas defendido sobretudo pelo Fundo Monetário Internacional. Não foram fáceis, aliás, as discussões com o FMI, o que torna inverídica a ridícula acusação de que a administração Castello Branco se tivesse caracterizado por uma abjeta submissão ao ponto de vista dessa instituição... (...) A despeito de acerbos debates, não foi possível persuadir o FMI a abandonar seus postulados mecanicistas. Para eles, não bastaria um acordo sobre uma estratégia anti-inflacionária e sobre os instrumentos básicos de combate à inflação. Isso porque o Brasil tinha uma larga tradição de inadimplência e, conquanto houvesse percepção de seriedade de propósitos do novo governo, a junta governativa do FMI insistiria em ter metas verificáveis de controle. (...) Parte do folclore das esquerdas da época, então como hoje intelectualmente subnutridas, era a acusação de uma falsa submissividade: o PAEG teria sido uma imposição americana, um transplante de normas ortodoxas do capitalismo ianque. Na realidade, o objetivo de combater a inflação e promover reformas estruturais era simples imperativo de bom senso. Há várias maneiras de cair a inflação, mas uma só de dela sair: ajustar o ritmo de expansão monetária ao ritmo possível de crescimento do produto. Isso é verdade tanto em economias capitalistas como em economias socialistas. O PAEG não era uma doutrina de Washington. Era uma reflexão realista sobre os problemas nacionais, utilizando-se o instrumental clássico. Ortodoxia é, no fundo, a compilação das experiências que deram certo. Nas décadas subseqüentes ao PAEG viriam vários planos heterodoxos. Todos buscaram originalidades desnecessárias e nenhum deu certo. (CAMPOS, 1994, pags. 612, 614, 615)

Uma das maiores preocupações de Campos era evitar uma recessão muito forte, ou mesmo restringir muito a emissão de moedas e gastos para não quebrar a economia brasileira. Evitar o “tratamento de choque” proposto pelo FMI era evitar afundar ainda mais a economia brasileira na crise que ela já se encontrava desde o governo de Goulart. Sem falar que Campos acerta quando afirma que o FMI não conhece a realidade histórica e econômica brasileira. Na sua visão, o gradualismo no combate a inflação era a forma mais correta. Não se deveria combater a inflação brasileira através da comparação que o FMI fazia com as economias europeias do pós segunda guerra. São situações completamente distintas.

Para além dos problemas de Campos com o FMI, havia uma controvérsia dentro do PAEG, que é um importante subsídio para entendermos o pensamento econômico do autor. Consideremos de que forma ele muda sua opinião. Assim se expressava Campos na introdução do PAEG:

A ação do poder público no sentido de melhor conduzir o sistema econômico à consecução dos objetivos escolhidos pela comunidade, notadamente em países subdesenvolvidos, baseia-se em princípios pouco controvertidos como: a) O livre jogo das forças de mercado não garante necessariamente a formação de um volume desejável de poupança; b) o sistema de preços nem sempre incentiva adequadamente a formação de economias externas (investimentos em educação, estradas, etc.), dada a desvinculação entre a respectiva rentabilidade e a produtividade social correspondente; c) o livre jogo das forças de mercado não leva necessariamente a uma distribuição

satisfatória da renda nacional entre pessoas e regiões; d) a eficácia do sistema de preços pode ser apreciavelmente distorcida pelas imperfeições espontâneas ou institucionais do mercado. (CAMPOS, 1994, p. 616)

Pelo que acabamos de ler, podemos perceber claramente que Campos se posiciona de forma desenvolvimentista. Isso pelo menos em meados da década de 1960, momento em que aplicava as medidas reformistas e restritivas do PAEG. O autor afirma que o livre mercado sozinho não pode formar poupança interna e nem distribuir de forma justa a renda pelas camadas sociais e regiões. Torna-se, então, necessária a intervenção estatal para melhor conduzir os rumos da política econômica e assim atingir o tão almejado desenvolvimento econômico. Podemos mesmo afirmar que, não havendo como identificar este pedaço de documento como pertencente ao PAEG e nem mesmo identificar o autor, existiriam chances iguais de ser de Furtado, ou de qualquer outro autor desenvolvimentista.

Na ocasião em que a autobiografia foi publicada, que julgamos ser o momento em que se encontrava o pensamento econômico do autor, ou seja, na década de 1990, já era significativamente diferente. Afirmava ele que:

Hoje, (...) reconheço que eram válidas as críticas que fazia Eugênio Gudin à minha ingenuidade de planejador. Os princípios que eu chamava de “pouco controvertidos”, acima enumerados, na realidade podem ser objetos de larga controvérsia. Se é verdade que o livre jogo das forças do mercado não garante necessariamente a formação de um volume desejável de poupanças, é também verdade que iniciativas governamentais mal concebidas acabam desestimulando a poupança. É válido o princípio de que ao governo cabe uma responsabilidade importante na formação de economias externas, mas é necessário lembrar que essa ação pode ser compartilhada. Assim, investimentos na infraestrutura econômica como energia, transportes e comunicações podem e devem ser partilhadas com a iniciativa privada. (CAMPOS, 1994)

No parágrafo seguinte, Campos faz a defesa da participação da iniciativa privada na exploração de nossa infraestrutura.

Historicamente, aliás, a infraestrutura brasileira de energia elétrica, ferrovias, telefones e portos nasceu de investimentos estrangeiros, de ingleses, americanos, canadenses e franceses. Sem a tecnologia herdada da Brazilian Traction e da Bond & Share, o desenvolvimento da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) e da Eletrobrás teria sido muito mais lento. (CAMPOS, 1994)

As críticas começam a se concentrar no controle estatal de determinados setores. Vemos aqui um enorme contraponto aos ideais desenvolvimentistas nacionalistas de Furtado. Campos continua sua crítica:

É relativamente recente o preconceito de que os chamados “setores estratégicos” devem ser de propriedade estatal. Os interesses estratégicos do governo podem ser preservados pelo poder eminente de regulação do Estado, sem necessidade de controle acionário. O governo pode exercer controle regulatório, sem controle gerencial, e controle gerencial, sem controle patrimonial. (CAMPOS, 1994)

Este é o ponto da autobiografia de Campos que julgo ser o mais importante trecho, onde o intelectual coloca de forma clara seu pensamento econômico acerca da participação do Estado na economia. A tônica do debate é que esta deveria ser de apenas fiscalizar, regular e gerenciar a exploração desses recursos tidos como estratégicos. O Estado não deve, em hipótese alguma, controlar e/ou deter monopólios de empresas. Para ficarmos apenas num exemplo, digamos que no debate entre a criação de uma estatal que deteria o monopólio da exploração do petróleo e a entrega desse recurso para a exploração estrangeira, Furtado ficaria ao lado do primeiro grupo enquanto que Campos ficaria ao lado do segundo. No auge desse debate, durante a criação da Petrobrás no começo da década de 1950, o pensamento nacionalista havia recebido muitas críticas de grupos liberais pela ingerência estatal nesse ramo da economia.

Continua Campos. “A ideia de que o governo deve estatizar as *commanding heights* da economia é um dos piores legados do socialismo Fabiano. Passou a fazer parte de nossa “sabedoria convencional”, sendo acriticamente aceito como um postulado “nacional-desenvolvimentista.””. O intelectual afirma categoricamente que o planejamento estatal fazia parte do contexto ideológico brasileiro. Fazia parte de nossa mentalidade. Era um consenso político, afinal de contas:

Nessa época, as dúvidas sobre a relevância do planejamento, num contexto de estatísticas inadequadas, instabilidade política e descontinuidade administrativa, eram confinadas a um ciclo relativamente pequeno de economistas liberais e empresários tradicionalistas. Em todas os níveis de governo – federal, estadual ou municipal – havia uma aceitação formalística e acrítica da imprescindibilidade do planejamento. (CAMPOS, 1994)

Numa época de caos político e econômico, como o começo da década de 1960, fazia mais sentido ainda que existisse um Estado presente e um planejamento forte e

marcante na condução econômica do país. Vemos, então, mais uma vez o autor defendendo ao menos o mínimo de planejamento estatal e presença do Estado na economia. Nesse momento Campos se aproxima mais dos desenvolvimentistas que dos ortodoxos e liberais propriamente ditos. Digamos que o autor tinha posições desenvolvimentistas que em alguma característica o aproximavam de Furtado assim como sua preocupação monetária, cambial e financeira o aproximava de liberais, como Gudin.

Sustentava eu, entretanto, que, conquanto seja limitado o grau de planejamento compatível com a preservação de estilos não socialistas de crescimento, a utilização do planejamento não significaria necessariamente, como alguns liberais brasileiros pretendiam uma perversidade socialista. O planejamento, num sentido genérico, é em si mesmo politicamente neutro. Poderia abrir a porta para a socialização, ao estimular controle governamental excessivo e dirigismo econômico. Mas poderia ser utilizado para fortalecer a iniciativa privada, “substituindo intervenções erráticas e perturbadoras do governo por políticas definidas; clarificando os campos respectivos de ação do governo e da iniciativa privada; apontando os objetivos gerais de crescimento e estabelecendo incentivos para a ação empresarial. (CAMPOS, 1994, p. 618)

Se na década de 1990, ao escrever suas memórias, Campos deve ser admitido como um intelectual que se encontrava nas fileiras liberais, na década de 1960, durante a elaboração do PAEG e da reforma econômica da ditadura militar, este intelectual deve ser colocado como bastante preocupado com o desenvolvimento econômico, mas afastado de forma equidistante tanto do desenvolvimentista Furtado quanto do liberal ortodoxo Gudin.

Campos não parece muito preocupado com o debate entre liberais e intervencionistas. E ainda afirma que este não era muito relevante para a época do PAEG. Mais importante e

relevante talvez na discussão que as objeções ideológicas ao planejamento, eram as limitações de natureza técnica e institucional. Os constrangimentos técnicos são conhecidos. Resultam de deficiências estatísticas, da escassez de material humano, da larga participação do setor agrícola, assim como da enorme variabilidade resultante do setor externo. (CAMPOS, 1994)

Ou seja, para o autor, mais importante que a controvérsia do planejamento, era a falta de material humano qualificado e condições técnicas.

As limitações institucionais eram várias tais como a existência de diversas subdivisões políticas autônomas e a falta de consenso.

O personalismo e faccionalismo dos partidos políticos tradicionais tornam difícil um esforço de formação de consenso e ainda mais difícil o comprometimento com a implementação de objetivos específicos de planejamento. A isso se acrescenta a instabilidade política. Precisamente pela dificuldade de formação de consenso, os planos representam pouco mais do que um compromisso pessoal do chefe do Executivo, sendo a instabilidade dos planos proporcional à instabilidade das lideranças. (CAMPOS, 1994, p. 619)

Campos acerta quando afirma que a instabilidade política atrapalhava o bom andamento dos planejamentos econômicos. Conforme o mesmo afirmou no parágrafo seguinte de sua autobiografia, de 1956 até 1964 o Brasil teve quatro presidentes. A enorme instabilidade política impedia o andamento dos planejamentos econômicos, bem como sua aplicação. A formação de um consenso diante do planejamento econômico também era dificultada pelo personalismo de seus líderes. As maiores críticas de Campos se concentram no Plano Trienal de Furtado. Acusado de tendências socializantes, Campos também criticaria o fato de que as lideranças populistas, especialmente Goulart, não permitiriam o controle da inflação pelo corte de gastos públicos porque eram essas despesas com medidas populistas que mantinham a estreita ligação dessas lideranças com a massa trabalhadora e principalmente com os sindicatos mais fortes e organizados.

Continuando o debate em torno do planejamento durante a idealização do PAEG, Campos afirmaria que:

abriram-se duas controvérsias. Uma, de muito maior respeitabilidade, provinha das observações do professor Gudin, que via na ideia de planejamento uma das grandes idiossincrasias da CEPAL: a propensão ao intervencionismo estatal e ao dirigismo planificador. Para Gudin, cultor da escola austríaca, a ciência econômica não tinha outro propósito senão “explicar” as consequências não-intencionais da ação humana. Gudin rejeitava *in limine* o estado intervencionista, assistencial e planejador. Nossas divergências, entretanto, eram talvez mais semânticas que reais. Para mim, o planejamento não era senão uma tentativa de racionalizar a ação governamental e não de modificar fundamentalmente o comportamento humano. (CAMPOS, 1994)

Campos não deixa muito claro quais seriam as divergências “semânticas” que tinha com Gudin, porém, podemos afirmar que os dois concordavam que o Estado não

deveria intervir na iniciativa privada e nem em suas operações. Se pudermos colocar uma diferença, veremos que Campos é a favor da ação governamental enquanto elemento racional da administração pública, porém era contra o excessivo controle de empresas e de infraestrutura. Gudin era ainda mais radical em seu liberalismo ao afirmar que o Estado não deveria sequer participar do processo de desenvolvimento econômico sob o risco de afetar a busca pelo lucro das empresas.

A outra linha de objeção era de caráter político e seu arauto principal era o governador Carlos Lacerda. (...) Pleiteava a adoção de uma “política de soluções práticas, adaptável às circunstâncias”. Em vez do planejamento, caberia perseguir um “oportunismo econômico”, capaz de aproveitar os fatores favoráveis que viessem a surgir e não sofrer, por sua rigidez, os desgastes dos fatores contrários. (CAMPOS, 1994)

Discordando menos de Gudin que de Lacerda, Campos afirmaria que as críticas deste último eram injustas. Responderia ao político usando a própria introdução do texto do PAEG:

A ideia de planejamento não é incompatível com a predominância da livre empresa no sistema econômico. As nações mais tradicionalmente capitalistas recorrem pelo menos a um embrião de planejamento ao programarem seus investimentos públicos e ao fixarem a sua legislação econômica. Reciprocamente, nenhuma economia real abandona as forças de mercado. O mundo real compõe-se assim de mistura de planejamento e de sistemas de mercado. As proporções da mistura variam conforme os regimes econômicos, mas os sistemas nunca chegam a se substituir por completo. Faz parte do conteúdo essencial de um plano o conjunto das decisões governamentais concernentes à política econômica. Numa economia onde predomina a livre empresa, esse conteúdo forçosamente se restringe à esfera de decisões dos poderes públicos. (CAMPOS, 1994, p. 621)

Ao longo da elaboração do PAEG, talvez por estar em contato com liberais no governo, talvez pela herança intervencionista do populismo no governo anterior, talvez pelo clima de histeria ou esquizofrenia da guerra fria, Campos passava boa parte do tempo defendendo ao menos o mínimo de intervenção estatal. Advogava a favor do planejamento estatal num nível pequeno, mas o defendia. Afirmava que as forças do mercado não poderiam, somente elas, fazer o trabalho de elevar a renda das pessoas, melhor sua qualidade de vida ou mesmo reduzir disparidade regionais. Seria necessário o mínimo de intervenção estatal. Claro que concordava com Gudin e outros liberais quando colocava que o Estado não deveria intervir ou mesmo participar da exploração de recursos naturais e de infraestrutura. Ao ler esse pedaço de sua autobiografia, onde

explica o PAEG, temos a impressão que antes de se colocar como enfaticamente favorável ao desenvolvimento econômico com intervenção estatal, Campos parece tentar se justificar ou se desculpar pela crença no mínimo de planejamento estatal e sua intervenção. Era um esforço racional da administração pública, e não de interferência nos padrões de acumulação ou no lucro das empresas.

E Campos termina a defesa de seu plano de ação econômica.

O PAEG não tem pretensão de apresentar-se como um plano de ação global de desenvolvimento, mas apenas como um programa de ação coordenada do governo no campo econômico. As quantificações globais utilizadas são de caráter meramente indicativo. Procurou-se, ainda assim, formular uma estratégia de desenvolvimento e um programa de ação para os próximos dois anos, período em que se lançariam as bases para um planejamento mais orgânico e de longo prazo. (CAMPOS, 1994)

Não foi somente no que se referia a intervenção estatal que Campos e os idealizadores do PAEG sofreram críticas. Uma delas, grande, foi a forma de se tratar a inflação ou mesmo se deveria ser tratada.

A estratégia de “gradualismo rápido” do PAEG se viu logo entre dois fogos. A prioridade absoluta da luta contra a inflação despertava a oposição de numerosos economistas que, imbuídos das ideias cepalinas, ainda viam na inflação um estimulante necessário ao desenvolvimento. De outro, os peritos das organizações monetárias internacionais (FMI e Banco Mundial), assim como os representantes de governos credores do Brasil, que atribuíam uma virtude quase mística ao retorno imediato da estabilidade da moeda, favorecendo o tratamento de choque. (CAMPOS, 1994, p. 623)

As críticas ao PAEG, então, estavam concentradas em dois polos, como vemos no trecho acima. De um lado, temos os desenvolvimentistas da ala cepalina. Estes afirmavam que o desenvolvimento econômico era mais importante que o combate a inflação. O próprio pensamento de Furtado, um dos principais desta ala, dizia que não se deveria sacrificar o desenvolvimento em prol do controle inflacionário. Além do mais, a noção da inflação enquanto fenômeno econômico dos países subdesenvolvidos era encarado por Furtado como um elemento estrutural. Em sua visão, era necessário combater a inflação com reformas estruturais, eliminando a rigidez econômica e a inelasticidade da oferta de nosso setor produtivo.

No extremo oposto temos as organizações financeiras internacionais. Estas, que segundo acusações do próprio Campos, não tinham a menor noção de nossa realidade econômica, queriam impor tratamentos de choque e eliminar a inflação de uma vez só.

Esses organismos internacionais estavam acostumados a lidar com as realidades europeias do pós-guerra e suas experiências com a inflação através do tratamento de choque. A subdesenvolvida economia brasileira era bastante diferente da economia europeia do pós-guerra e, obviamente, se encontrava numa situação muito menos delicada que a espiral inflacionária vivida pela Alemanha no período pré-Nazismo.

Nesse contexto, Campos prefere atacar o argumento cepalino, se podemos assim exprimir.

A conjunção fortuita e artificial de uma inflação acelerada com substancial desenvolvimento no período pós-guerra, até o fim da era Kubitschek, levou muitas a acreditar que a inflação era um acompanhamento necessário, senão um fator causal, do desenvolvimento. Isto era contrária a toda experiência internacional e veio a ser dolorosamente desmentido pela experiência brasileira ulterior, inclusive no início da década dos 60 e depois, mais dramaticamente, nos anos 80, quando a aceleração da inflação foi acompanhada de estagnação e mesmo de retrocesso. O penoso reajustamento da produção a um formato mais consistente com condições monetárias estáveis – eliminando-se a formação de estoques especulativos e a fuga para bens duráveis de consumo como substituto para a moeda – causa atritos políticos que levam frequentemente ao abandono prematuro dos programas de estabilização, sob o atraente slogan de “salvar o país da estagnação.” (CAMPOS, 1994, p. 623)

Ao contrário do que pensavam os estruturalistas cepalinos, Campos afirmava ser necessário o controle inflacionário como pressuposto do desenvolvimento econômico. Seus dados empíricos mostram que os governos brasileiros do pós-guerra, os governos militares depois de Castello Branco e os primeiros presidentes do período democrático não respeitaram isso. O autor coloca que era necessário um reajuste temporário, uma breve recessão que consertasse os problemas econômicos para depois usufruir dos benefícios do crescimento econômico estável e dentro dos limites inflacionários. Seu principal exemplo é a Coreia do Sul, que soube nos anos 70 aceitar uma retração momentânea para logo depois continuar deslanchando sua economia. Ao contrário fez o Brasil. Os governos militares quiseram sacrificar a estabilidade econômica em prol de um crescimento econômico mais acelerado, que eles julgavam de longo prazo, mas que foi debelada tão logo a inflação voltou a subir.

Quando fala da instabilidade política como elemento perturbador da estabilidade inflacionária, Campos não poupa críticas também aos militares, não atacando somente os regimes populistas.

Os percalços da descontinuidade foram melancolicamente ilustrados pelo fato de que o Plano Decenal, legado de Castello Branco à administração Costa e Silva como uma contribuição de planejamento estratégico foi por esta prontamente consignado ao esquecimento, por ser interpretado como um esforço de tutela. Entretanto, o Plano Decenal era uma contribuição importante. Sanava algumas das objeções merecidamente formuladas ao PAEG. (CAMPOS, 1994, p. 625)

Conclusões

A ideologia predominante dentro de nosso campo político e econômico desde os anos 1930 até os anos 1960 foi a desenvolvimentista. Não à toa colocamos no primeiro capítulo um conceito geral de desenvolvimento que explica de forma significativa o progresso alcançado (ou mesmo parte dele). Embora o Brasil permaneça um país subdesenvolvido, nossas estruturas econômicas e sociais mudaram profundamente no período mencionado. Ou seja, não nos tornamos desenvolvidos, mas um dos grandes objetivos, que era a industrialização, foi colocado em prática. No entanto, se aceitarmos o conceito de desenvolvimento usado no primeiro capítulo, entenderemos que a simples existência da industrialização não significa desenvolvimento. O desenvolvimento é visto como um processo global de transformação. Todas as estruturas se transformam porque estão interligadas através de um sistema social. Se não houver mudança significativa em todas as estruturas de um sistema social, poderemos falar tão somente em crescimento econômico ou mera transformação social ou política.

Nesse sentido é pertinente abordar de forma superficial outra visão sobre o assunto, que afirma que a industrialização seria em si o desenvolvimento do Brasil. Essa abordagem é citada pelo Professor Ciro Cardoso:

- em várias épocas, antes de 1914, principalmente desde o começo da era republicana (...) houve fases de desenvolvimento de indústrias leves vinculadas a auges de exportação, a incentivos governamentais, a manipulações cambiais e a medidas protecionistas;
- a Primeira Guerra Mundial estimulou a produção, mas não o investimento; a interrupção do comércio marítimo tornou difícil a importação de bens de capital, necessários ao incremento da capacidade produtiva, e que o Brasil ainda não produzia; em vez de ampliar ou mudar a capacidade produtiva industrial brasileira, a guerra conduziu a maior utilização da capacidade produtora das indústrias de alimentos e têxteis, já instaladas;
- nos anos de 1920 houve um período de lento crescimento da produção industrial, mas de grande importação de bens de capital e grande consumo de cimento e aço, fatores que indicam importantes inversões;
- durante a depressão do decênio seguinte a redução das importações brasileiras conduziu a uma expansão da produção industrial, mas diminuiu muito a importação de bens de capital; isto e o exame de outros indicadores das inversões mostram que, durante a primeira metade da década, a produção aumentou através da maior utilização da capacidade produtiva existente (em grande parte instalada nos anos 20), enquanto que a segunda metade viu aumentar também, a capacidade produtiva; expansão da produção de aço, cimento e papel; a indústria já se fazia um setor motor da economia do Brasil;
- a Segunda Guerra Mundial caracterizou-se pelo aumento da produção, acompanhado por pequena expansão da capacidade produtiva, salvo os setores de aço (Volta Redonda) e do cimento que acusam grande incremento;

momentaneamente, aumentam as exportações brasileiras de produtos manufaturados;

- a fase 1947-1962 (maior intensidade em 1956-1962): desde o fim dos anos cinquenta a parte da indústria na formação do produto nacional é superior à da agricultura; a expansão compreende tanto os bens de consumo quanto os bens intermediários e de capital – e se apóia na política do governo; a industrialização caracteriza-se, então, claramente, pela substituição de importações;

- Fase 1962-1967: estagnação, declínio drástico da taxa de crescimento industrial; isto reflete o fato da substituição de importações já não proporcionar força motriz suficiente ao crescimento, e reflete ainda a necessidade de serem encontradas outras bases para o dinamismo industrial. (CARDOSO e BRIGNOLLI, 1979)

Observamos que a visão adotada se baseia na relação entre o crescimento da produção e o da capacidade produtiva. Essa é a visão de Baer e Villela.⁹⁰ Esta forma de se analisar a industrialização não leva em consideração fatores importantes, tais como política econômica empregada pelo governo; como era o relacionamento com o capital estrangeiro, concentração de renda, seja ela entre classes ou entre regiões do país; questões cambiais, monetárias e financeiras. O próprio professor Ciro Cardoso faz essas críticas e se pergunta se não seria a análise de Celso Furtado mais eficiente por levar em conta aspectos globais da economia.⁹¹ De qualquer forma, concordando ou não com essa forma de se observar as transformações estruturais que o país atravessou, temos que conciliar com a ideia de que a industrialização brasileira começa antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.

Afirmamos aqui que a industrialização é um dos pressupostos do processo de desenvolvimento. Porém, ela sozinha não realiza o desenvolvimento. É necessária uma transformação conjunta de todas as estruturas de um sistema social dado num determinado momento histórico. Admitindo que a industrialização ocorra antes de 1930, foi somente a partir desta data, ou melhor, no decorrer desta data em diante que todas as estruturas brasileiras foram alteradas significativamente.

Mas não é exatamente com o começo de nosso processo de desenvolvimento que estamos mais preocupados aqui na presente dissertação. Admitir um marco decisivo para o início do desenvolvimento é importante, mas tão importante quanto isso é descobrir porque esse processo de desenvolvimento parou na década de 1960.

⁹⁰ Citados em CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLLI, Hector Perez. Os Métodos da História. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1979.

⁹¹ Idem.

É a partir desse ponto que escolhemos a maior parte de nossa bibliografia. Debruçamo-nos em entender porque nosso processo de desenvolvimento estanca no começo dos anos 60. Celso Furtado e Roberto Campos vão analisar esse fenômeno econômico e buscar soluções para que este processo continue. Explica-nos Bresser Pereira que “a partir de 1962 tem início a primeira crise do Brasil industrial, que irá estender-se até 1966. A economia brasileira já possuía suficiente grau de integração industrial para ficar sujeita a ciclos econômicos endógenos, gerados pela sua própria dinâmica de acumulação de capital”.⁹²

Nosso desenvolvimento econômico, que iniciava de forma modesta no decorrer dos anos 30, acelerava ao longo dos anos 50 e parava nos anos 60. É nesse exato momento que analisamos de forma mais detida a bibliografia de Celso Furtado e Roberto Campos.

O pensamento de Roberto Campos e o golpe de 1964 são as respostas de uma fração da classe dominante ao modificar a relação entre as classes sociais. Em sua opinião monetarista, Campos mostra que o conturbado clima político criado pelos políticos populistas e a agitação dentro dos sindicatos dificultavam o controle da inflação, que o intelectual julgava ser a finalidade do crescimento econômico nacional.

Se no segundo capítulo abordamos somente o pensamento econômico de Furtado, ao elaborar o terceiro capítulo, tive a ideia de não apenas abordar o pensamento econômico de Campos, mas também fazer comparações deste com Furtado ao longo da análise.

Podemos concluir que tanto Furtado quanto Campos eram dois dos maiores intelectuais brasileiros do período, senão os maiores. Ao iniciar a análise das obras e do pensamento econômico dos dois, chegava-se a conclusão durante o estudo de que eram autores que se encontravam em lados completamente opostos no que diz respeito a forma de se pensar nossos problemas econômicos. O equívoco foi logo corrigido. Um grande acerto foi a colocação, no começo da pesquisa, que os autores tinham semelhanças no que diz respeito ao interesse no desenvolvimento econômico e que esse conceito era uma ideologia praticada por eles durante suas trajetórias políticas e intelectuais.

⁹² Bresser Pereira. Op. Cit.

Uma diferença marcante entre Furtado e Campos é que o primeiro coloca os problemas estruturais como os entraves maiores ao nosso desenvolvimento econômico. Somente com reformas estruturais é que resolveríamos nossa situação de subdesenvolvimento. Nisso, vale afirmar que Furtado coloca o desenvolvimento econômico como mais importante do que o combate a inflação, sendo esta um dos elementos e consequências do processo desenvolvimentista.

No que diz respeito a questões teóricas podemos situar Roberto Campos a uma distância relativamente grande de Furtado. Campos também se preocupou de forma enfática com o desenvolvimento brasileiro, mas tendo como pressuposto o controle inflacionário. É aí que os dois intelectuais se tornam divergentes. Campos não concorda com a tese estruturalista de Furtado e da CEPAL. Pensa que a causa da inflação estava nos problemas deficitários cambiais, monetários e da balança de pagamentos. Isso sem falar nos problemas de instabilidade política e a legislação arcaica e paternalista do populismo. E quanto mais avançava na análise de sua autobiografia, percebia que Campos tinha afinidades cada vez maiores com liberais ortodoxos como Gudin, a ponto deste último discordar quando Campos colocava que deveria haver o mínimo de intervenção estatal nos planos econômicos do governo.

De qualquer forma, chegamos a conclusão que durante todo o processo de industrialização brasileiro, se usarmos o período chave de 1930 a 1960, veremos que em boa parte deste, foram usadas políticas econômicas mais de acordo com as ideias de Campos do que de Furtado. As contribuições de Campos para a abertura da economia nacional e os pesados investimentos no governo Kubitschek, foram cruciais para o sucesso do governo. Já na época do governo Castello Branco, de posse de uma estabilidade política que há muito não se via, Campos conseguiu trabalhar na elaboração do PAEG e da reforma econômica do período.

A mesma sorte não teve Furtado na aplicação de seus projetos. Quando assume a pasta do Planejamento, encontra a economia numa crise de proporções gigantescas e sem ao menos estabilidade política e respaldo dos poderes Executivo e Legislativo para seu Plano Trienal. Menos de um ano depois, por causa da derrubada de Goulart pelos militares, é obrigado a sair do governo.

Dentre as poucas semelhanças que podemos encontrar entre os dois intelectuais, temos as duras críticas ao populismo. Afirmando que esta forma arcaica e prejudicial de se fazer política atrapalhava o processo de desenvolvimento econômico. Para Furtado,

impedia a verdadeira distribuição de renda e as reformas necessárias, sendo a principal delas a política, que permitiria a maior participação popular nos projetos políticos. No caso de Campos, o populismo era danoso porque tinha diversas irresponsabilidades com o dinheiro público, tais como a má administração dos problemas de câmbio, emissão de moedas, dentre outros. Sua instabilidade política e legislação paternalista eram a maior crítica de Campos a essa forma de se fazer política.

Outra grande concordância entre os dois intelectuais era a necessidade de planejamento estatal e sua orientação para o desenvolvimento econômico. Divergiam apenas no grau de intervenção e planejamento estatal. Furtado achava que o Estado deveria exercer o controle majoritário ou mesmo o monopólio dos recursos naturais e da infraestrutura. Já Campos afirmava que o planejamento estatal deveria ser basicamente um esforço da racionalidade administrativa pública e sem intervenções nesses ramos da economia.

Essa seria a comparação que poderíamos estabelecer entre os dois intelectuais. Ambos estariam enfaticamente favoráveis a um sólido desenvolvimento econômico onde o Estado tem participação importante na ordenação dos recursos. Porém, Furtado deve ser colocado entre as fileiras cepalinas, sofrendo grande influência de ideias keynesianas. Já Campos deve ser colocado entre as fileiras dos intelectuais que tinham forte inclinação monetarista, usavam medidas ortodoxas em suas reformas econômicas e um arcabouço teórico liberal.

Bibliografia

- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1977.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1995.
- CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*. SP. Editora 34. 1999.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1994.
- CAMPOS, R. O. & SIMONSEN. M. H., (1979) *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro. Edições Graal.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento*. Brasil JK-JQ. Paz e Terra. 2ª edição. São Paulo. 1978.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo. Abril Cultural/Brasiliense. 1984.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia Editora, 1972.
- _____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *Prefácio à nova economia política*. São Paulo, Paz e Terra, 1976.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

- LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Mûchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5ª ed. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1987
- MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 5ª edição. Editora Hucitec. São Paulo 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de. 1989. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro. 5ª edição. Graal.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983*. 15ª edição. Editora Brasiliense.1987. SP.
- TAVARES, Maria da Conceição (Organizadora). *Celso Furtado e o Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José. *Allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente de Brasil*. São Paulo, EAE, 1970.